UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
IRLENA MARIA MALHEIROS DA COSTA

“CADERNO DE SEGREDOS”:
TRAJETÓRIAS DE VIDA MARCADAS PELO ABUSO SEXUAL INCESTUOSO

FORTALEZA - CEARÁ
2013

IRLENA MARIA MALHEIROS DA COSTA

“CADERNO DE SEGREDOS”: TRAJETÓRIAS DE VIDA MARCADAS PELO ABUSO SEXUAL INCESTUOSO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, do Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre.
Área de concentração: Políticas Públicas e Sociedade.

Orientação: Prof. Dr. João Tadeu de Andrade

FORTALEZA - CEARÁ

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho

Bibliotecário Responsável – Francisco Welton Silva Rios – CRB-3/919

C837c Costa, Irlena Maria Malheiros da

"Caderno de segredos": trajetória de vida marcadas pelo abuso sexual incestuoso / Irlena Maria Malheiros da Costa. – 2013.

CD-ROM. 136 f. ; il. (algumas color.) : 4 ¾ pol.

"CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm)".

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Sociedade.

Orientação: Prof. Dr. João Tadeu de Andrade.

1. Infância. 2. Adolescência. 3. Família. 4. Violência intrafamiliar. 5. Abuso sexual incestuoso. I. Título.

CDD: 362.76

Universidade Estadual do Ceará
Centro de Humanidades
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade

MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS e SOCIEDADE

IRLENA MARIA MALHEIROS DA COSTA

"CADERNO DE SEGREDOS": TRAJETÓRIAS DE VIDA MARCADAS PELO ABUSO SEXUAL INCESTUOSO.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Sociedade.

Área de concentração: Políticas Públicas e Sociedade

Aprovada em: 26 / 03 / 13

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Tadeu de Andrade
(Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Profa. Dra. Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Universidade Federal do Ceará - UFC

Universidade Estadual do Ceará
Centro de Humanidades
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade

MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS e SOCIEDADE

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Título da dissertação: "Caderno de segredos": trajetórias de vida marcadas pelo abuso sexual incestuoso.

Nome da Mestranda: Irlena Maria Malheiros da Costa

Nome do Orientador: Prof. Dr. João Tadeu de Andrade

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Tadeu de Andrade
Orientador

Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
1º Examinadora

Profa. Dra. Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
2º Examinadora

Data da Defesa: 26/03/2013

Conceito obtido: SATISFATÓRIO

“Nada mais escuro que o silêncio”
(Eva Thomas, 1988)

A todos aqueles que sofreram ou sofrem
algum tipo de violência na infância,
dedico este trabalho.

AGRADECIMENTO

A Deus e aos trabalhadores da Seara Divina, por tudo!

À minha mãe, Helena, pelo apoio incondicional;

À minha irmã, Thicianne, minha companheira de todo o sempre;

À minha cadelinha, Nina, pela companhia nas madrugadas de angústia e estudo;

Aos meus amigos Amanda, Luana, Marianna, Morganna, Cleber, Júnior; Luís Carlos, Renan, pela torcida e pela amizade. “Until the very end”!

Às minhas amigas Lara, Monalisa, Graça, Sarah, Ana Maria. Minhas companheiras em diversos momentos no curso de mestrado. Depois dessa aventura, quero vocês na minha vida. Não fujam!

À minha amiga, Elisângela, minha irmã de alma;

À minha amiga, Germana Gomes, que sempre está por perto;

À querida Ana Maria Zuwick, minha ex-colega de trabalho, minha ex-orientadora de especialização e para sempre minha grande amiga. Obrigada por me apresentar esse tema. A culpa desta dissertação é sua!

A todos os meus outros amigos e familiares. Não caberia citar todos, mas tenham certeza de que vocês fazem parte dessa história.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Tadeu de Andrade, pelo respeito, carinho e presteza com que tem me tratado desde os tempos de graduação em Ciências Sociais. Pela paciência em compartilhar seus conhecimentos comigo nessa aventura chamada vida acadêmica. Prof., quero continuar nossa parceria, hein? Não me deixe!

À Profª. Drª. Regianne Leila Rolim Medeiros, por ter aceitado o desafio de me orientar enquanto o Prof. Dr. João Tadeu de Andrade realizava seu pós-doutorado.

À Profª. Drª. Rosemary de Oliveira Almeida, pelo carinho com que tem me tratado desde os tempos de graduação em Ciências Sociais, pelas aulas inspiradas de Seminário de Dissertação e por estar participando das bancas de qualificação e de defesa desta dissertação.

À Profª. Drª. Ângela de Alencar Araripe Pinheiro, por abrilhantar ainda mais as bancas de qualificação e de defesa desta dissertação, com lucidez, conhecimento e experiência nos assuntos relativos à infância;

A todos os contribuintes que financiaram, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro no segundo ano de pesquisa.

Ao curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS), especialmente à coordenação e à secretária pelo suporte.

Aos professores do curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS), especialmente à Profª Drª Mônica Dias Martins, pela excelência no ensino; e à Profª Drª Kadma Marques, pelas aulas maravilhosas de francês e por ter me apresentado alguns dos livros que utilizei neste trabalho.

Aos meus colegas da turma 11 do MAPPS. Nada teria graça sem a companhia de vocês.

À Universidade Estadual do Ceará (UECE), pela acolhida durante toda a minha vida acadêmica.

Ao Projeto Vira Vida (PVV), por abrir carinhosamente suas portas para a pesquisa.

À Germana Vieira, assistente social do PVV, que foi imprescindível na pesquisa.

Aos jovens, Maria, João, Camila, Rebeca e Luna, pela confiança e por aceitarem abrir seus “cadernos de segredos”. Estamos juntos na luta para que um dia não nenhuma outra criança passe pelo que vocês passaram.

RESUMO

Esta dissertação analisa narrativas de vítimas de abuso sexual incestuoso durante a infância, captadas através de relatos biográficos de jovens alunos e ex-alunos do Projeto Vira Vida, localizado em Fortaleza/CE. O objetivo é compreender o fenômeno do abuso sexual incestuoso, bem como relações familiares, impacto da revelação e caminhos traçados para a superação. A metodologia utilizada foi História Oral, com cinco casos exemplares e revisão de literatura especializada. Discutiu-se a violência intrafamiliar, o abuso sexual incestuoso, o impacto da denúncia na vida das vítimas e a possibilidade da resiliência em casos de abuso sexual perpetrado por pai/padrasto. Considera-se que relações sexuais envolvendo pai-adulto e filho-criança-adolescente estão sujeitas a sanções formais e informais. Examina-se como os jovens pesquisados ressignificam família, violência e estigmas relacionados ao abuso e sua denúncia, bem como reflexos desse passado em suas vidas. Considera-se que o abuso sexual incestuoso desencadeia profundas e irreversíveis transformações para todos os envolvidos, que a denúncia traz tanto libertações quanto percalços, e que seguir em frente é possível apesar das marcas físicas e psicológicas.

Palavras-chave: infância e adolescência; família; violência intrafamiliar; corpo; abuso sexual incestuoso.

RESUMEN

Esta tesis analiza las narrativas de las víctimas de abuso sexual inceestuoso durante la infancia, capturada a través de relatos biográficos de los jóvenes estudiantes y egresados de Projeto Vira Vida, ubicado enFortaleza/CE. El objetivo es entender el fenómeno del abuso sexual incestuoso, así como las relaciones familiares, el impacto de la revelación y las rutas trazadas para superar. La metodología utilizada fue la Historia Oral, con cinco casos ejemplares y revisión de la literatura. Se discutió la violencia familiar, el abuso sexual incestuoso, el impacto de la queja en las vidas de las víctimas y la posibilidad de resiliência en casos de abuso sexual perpetrado por el padre/ padrasto. Se considera que las relaciones sexuales entre padre-adulto y hijo-ninõ-adolescente están sujetos a sanciones formales e informales. Se examina cómo los jóvenes encuestados explican la família, la violencia y el estigma relacionado relacionados con el abuso y la queja de el abuso, así como las repercusiones del pasado en sus vidas. Se considera que el abuso sexual incestuoso provoca transformaciones profundas e irreversibles para todos los involucrados, la queja que trae ambos lanzamientos como contratiempos, y que es posible pasar a pesar de las cicatrices físicas y psicológicas.

Palabras clave: la infancia y la adolescência; família; violencia familiar; cuerpo; abuso sexual incestuoso.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS 11

1. INTRODUÇÃO 12

2. "SENTIMENTOS DE INFÂNCIA": NOTAS SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE PHILIPPE ARIÈS 37
2.1 O contexto histórico europeu 38
2.2 Infância e adolescência no Brasil 45

3. QUANDO O LAR NÃO É SEGURO: A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES 51
3.1 Família e suas múltiplas interpretações 52
3.1.1 Família como categoria socioantropológica 53
3.1.2 A concepção de família entre jovens que sofreram abuso sexual incestuoso na infância 60
3.2 Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes 71
3.2.1 Tipos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes 71
3.2.2 Infâncias marcadas pela violência intrafamiliar 74

4. ABUSO SEXUAL INCESTUOSO: UMA VIOLAÇÃO DE CORPOS INFANTIS 78
4.1 Corpos violados 79
4.2 O segredo 90
4.3 Corpos marcados 99

5. DO SILÊNCIO AO 'ESCÂNDALO': REPERCUSSÕES DA DENÚNCIA DE ABUSO SEXUAL INCESTUOSO NA VIDA DAS VÍTIMAS 103
5.1 O abuso sexual incestuoso como um desvio-crime 104
5.2 Seguindo em frente 111

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 121

7. REFERÊNCIAS 125

APÊNDICES 132
Apêndices A: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará 133
Apêndices B: Ofício enviado à Secretaria de Direitos Humanos (SDH) 134
Apêndices C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 135
Apêndices D: Roteiro de Narrativa 136

LISTA DE ABREVIATURAS

Agência de Notícias dos Direitos da Infância ..... ANDI

Centro de Atenção Psicossocial Infantil ..... CAPSi

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente ..... CEDECA

Comitê de Ética em Pesquisa ..... CEP

Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria ..... CNS

Conselho Tutelar ..... CT

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ..... CAPES

Coordenadoria da criança e do adolescente ..... FUNCI

Delegacia Especializada de Combate à Exploração de crianças e adolescentes ..... DCECA

Estatuto da Criança e do Adolescente ..... ECA

Fundo das Nações Unidas para a Infância ..... UNICEF

Organização Pan-americana de Saúde ..... OPAS

Prefeitura Municipal de Fortaleza ..... PMF

Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro ..... PAIR

Programa Rede Aquarela ..... PRA

Projeto Vira Vida ..... PVV

Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza ..... SDH

Serviço Social da Indústria ..... SESI

Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes ..... VIVA

Sistema Nacional de Ética em Pesquisa ..... SISNEP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ..... TCLE

Universidade Estadual do Ceará ..... UECE

1 Introdução

Esta dissertação traz como tema central vivências e sentidos sobre o abuso sexual incestuoso, narrados por jovens, de ambos os sexos, vítimas desse tipo de violência na infância, alunos e ex-alunos do Projeto Vira Vida (PVV), localizado na cidade de Fortaleza/CE. O objetivo é analisar a percepção desses jovens sobre o abuso sexual incestuoso sofrido na infância, bem como conhecer os percursos pelos quais eles percorreram antes, durante e depois da violência sofrida, compreender o contexto doméstico no qual eles estavam/estão inseridos e analisar a repercussão da revelação/denúncia em suas vidas, observando as possibilidades de resiliência.

De acordo com Sanches e Minayo (2004, p.34), no Brasil, “levantamentos do IBGE revelam que cerca de 20% das crianças e dos adolescentes sofrem violência física e 80% dos agressores são os próprios pais”, geralmente ocorrendo cumplicidade silenciosa entre os cônjuges. Segundo Guerra (2001), os meninos são os alvos mais constantes das agressões físicas e as meninas são as principais vítimas de violência sexual. A grande maioria dos agressores são homens adultos. Apenas 10% dos agressores físicos apresentam transtornos mentais graves, o que desfaz a crença de que a violência contra crianças e adolescentes é cometida por doentes mentais. A faixa etária de maior incidência de maus-tratos é dos 7 aos 13 anos. A violência intrafamiliar, segundo a mesma autora, tem caráter repetitivo e, se não houver tratamento, as chances de reincidência variam de 50% a 60%.

Em pesquisa realizada na cidade de Fortaleza, constatou-se que entre os anos de 2000 e 2001 foram denunciados 2872 casos de violência física, 370 de violência sexual, 234 de violência psicológica e 2344 de negligência cujas vítimas são crianças e adolescentes. As mães são as agressoras mais frequentes. Os pais, quando são os agressores, causam as lesões mais graves. A maioria absoluta dos agressores são pais biológicos (ALVES; SOUSA, 2004).

Por sua vez, o Núcleo Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes do Ceará, no ano de 2007, registrou mais de 783 denúncias de violência física, 254 de abuso sexual, 151 de exploração sexual, 85 de violência psicológica e 552 de negligência familiar. A maior parte das denúncias foi feita por telefonemas anônimos. Em segundo lugar, ficaram os vizinhos e depois apareceram os profissionais da área de saúde e da educação. Geralmente, antes de uma lesão grave ou letal, a criança ou o adolescente já vinha sofrendo violências mais leves, que não foram denunciadas (DENÚNCIAS, 2010).

Segundo um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, em 2011, a violência sexual em crianças na faixa etária de 0 a 9 anos (35%) foi o segundo tipo de violência mais notificado no Sistema[1] de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), superada apenas por negligência e abandono (36%). Na faixa etária de 10 a 14 anos, violência física foi a mais notificada (13,3%), seguida pela violência sexual (10,5%). O levantamento demonstrou que as agressões ocorrem principalmente na residência da criança (64,5%) e boa parte são cometidas pelos pais (TELES, 2012). Os dados corroboram com o padrão encontrado em todas as pesquisas relacionadas à violência sexual: as vítimas mais comuns são pessoas até 14 anos e o abuso sexual intrafamiliar é o mais recorrente.

É considerado violência sexual contra crianças e adolescentes quando adultos se utilizam do corpo de menores de 18 anos para obter prazer sexual (seja próprio ou de terceiros). Seus tipos mais frequentes são: exploração sexual para fins comerciais (popularmente conhecida como prostituição infantil), tráfico de crianças para fins sexuais (rapto, venda de crianças), pornografia infantil (fotografias, vídeos de crianças) e abuso sexual (estupro ou atos libidinosos). Este último pode ser dividido em intrafamiliar (ou incestuoso) e extrafamiliar, a depender da relação estabelecida entre agressor e vítima (OPS, 2003; RANGEL, 2009; SDH, 2011).

O abuso sexual é um fenômeno social complexo e de difícil combate (SABOIA, 2002). A Organização Pan-Americana de Saúde-OPAS (OPS, 2003) considera esse tipo de violência uma questão de saúde pública capaz de trazer graves consequências para o desenvolvimento biopsicossocial das vítimas. Em se tratando de abuso sexual incestuoso, Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2005) identificaram em uma pesquisa com 76 meninas vítimas de incesto pai-filha consequências orgânicas e psicológicas desencadeadas após o abuso sexual sofrido. Dentre elas, estão: gravidez, aborto por má formação de feto, doenças sexualmente transmissíveis, dificuldades de relacionamento interpessoal, sexualidade exacerbada, pânico, ideias ou tentativas de suicídio, sentimentos de culpa, dificuldades de aprendizagem.

[1] "O VIVA possibilita conhecer a frequência e a gravidade das agressões e identificar a violência doméstica, sexual e outras formas (física, sexual, psicológica e negligência/abandono). Esse tipo de notificação se tornou obrigatória a todos os estabelecimentos de saúde do Brasil, no ano passado. (...) Os dados do VIVA, que foi implantado em 2006, são coletados por meio da Ficha de Notificação/Investigação individual de violência doméstica, sexual e/ou outras violências e é registrada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Qualquer caso, suspeito ou confirmado, deve ser notificado pelos profissionais de saúde (TELES, 2012).

No Brasil, existe uma crescente preocupação com a violência sexual contra crianças e adolescentes, o que tem influenciado a organização de ações de enfrentamento. Em 2009, após anos de mobilização nacional, o Código Penal sofreu modificações: considera-se "estupro de vulnerável[2]" todo ato de conotação sexual (seja conjunção carnal ou ato libidinoso) com menor de 14 anos e a pena é reclusão de 8 a 15 anos, variável de acordo com atenuantes e agravantes (SDH, 2011). Ao mesmo tempo, vivenciamos um retrocesso em 2012 quando o Tribunal Superior de Justiça (STJ) absolveu um homem acusado de estuprar três meninas menores de 12 anos, utilizando-se da justificativa de que elas já tinham "longa" carreira na prostituição (PRESUNÇÃO, 2012). Tal decisão do STJ despertou indignação de diversos órgãos governamentais e não governamentais, dentre deles a Secretaria de Direitos Humanos do Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU). Esses impasses entre justiça, governos e movimentos sociais não impedem o aprofundamento da luta em defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

As novas diretrizes de enfrentamento nacional, registradas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (BRASIL, 2002), orientam o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro-PAIR. Este tem como objetivo criar e fortalecer redes locais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, através de ações integradas, articulação dos serviços e incentivo à participação social no processo. De abrangência nacional e "fruto de uma parceria firmada em outubro de 2002, o PAIR surgiu a partir de uma iniciativa conjunta do Governo Brasileiro e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)" (PAIR, s.d.). A política de enfrentamento do município de Fortaleza/CE está pautada no PAIR.

Em Fortaleza/CE, o Programa Rede Aquarela (PRA) constitui-se a política municipal de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, criado em 2005. Vinculado a Coordenadoria da Criança e do Adolescente (FUNCI), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SDH), o PRA foi criado para articular ações protetivas (atendimento e acolhimento) e preventivas (mobilização e informação) na área de enfrentamento ao problema. Constitui-se o principal destino de encaminhamentos para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O PRA é descentralizado, contando com uma equipe na Delegacia Especializada de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes (DCECA) e outra no Espaço Aquarela (atendimento psicossocial e acolhimento institucional). O PRA realiza, também, ações de mobilização para o

[2] Art. 217 – A, do Código Penal Brasileiro.

enfrentamento da violência e orientação para garantia de direitos, além do depoimento especial[3] na 12ª Vara Criminal (especializada em crimes contra crianças e adolescentes) (SDH, 2011). Segundo seus relatórios[4] de gestão, foram 238 notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes entre janeiro e novembro de 2011. No mesmo período, foram contabilizados 1495 atendimentos no Espaço Aquarela. As ocorrências de abuso sexual chegaram a mais de 90% do total. As meninas constituem a maioria dos casos notificados de abuso sexual e a faixa etária prevalecente é de 7 a 11 anos. O perfil do agressor não aparece nos relatórios consultados.

Esses dados gerais demonstram a necessidade de estudos aprofundados sobre o assunto na tentativa de conhecer melhor o fenômeno e fornecer elementos que orientem instituições e órgãos competentes na criação de mecanismos capazes de coibir essa conduta. É por isso que as pesquisas fazem parte do quadro operativo do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (BRASIL, 2002), sendo uma das principais ferramentas para o enfrentamento do problema.

Dentro do panorama exposto, compreendo que seja de fundamental importância o desenvolvimento de pesquisas sobre o assunto na área de Ciências Sociais para a elaboração de políticas públicas mais eficazes no enfrentamento desse tipo de violência. O desejo sexual por crianças e adolescentes não é mais tratado como pecado ou doença mental[5]. Ele está intimamente relacionado à cultura, envolve preconceitos de geração e gênero, está entranhado na sociedade brasileira e traz uma permanente tensão entre um inadmissível e o tolerável.

Ademais, o abuso sexual ganha contornos ainda mais complexos quando está associado ao tabu do incesto: abuso sexual incestuoso. É um tipo de violência intrafamiliar

[3] "O depoimento especial é uma metodologia usada para facilitar o relato da criança ou do adolescente que foi vítima de violência sexual. Esse procedimento pode ser aplicado no dia da audiência no Fórum ou na Delegacia. O Depoimento especial também pode ser chamado de inquirição especial ou depoimento com redução de danos" (SDH, 2011, p. 13).

[4] Relatórios mensais de gestão do Espaço Aquarela contendo número e tipo de atendimentos (tratamento psicológico, assistência social, encaminhamentos a outras instituições), bem como o perfil dos usuários. Obtive 11 relatórios em janeiro de 2012, relativos ao intervalo janeiro/novembro de 2011. Os dados de dezembro de 2011 ainda não estavam completos, por isso não contei com a totalidade dos registros do período. Nenhum outro documento da instituição foi consultado porque a SDH não liberou o acesso.

[5] "A pedofilia, atualmente, é definida simultaneamente como doença, distúrbio psicológico e desvio sexual (ou parafilia) pela Organização Mundial de Saúde. Caracteriza-se pela atração sexual de adultos ou adolescentes por crianças. O simples desejo sexual, independente da realização do ato sexual, já caracteriza a pedofilia. Não é preciso, portanto, que ocorram relações sexuais para haver pedofilia. Importante: nem todos os agressores/as sexuais são pedófilos, assim como nem todos os pedófilos podem ser considerados agressores. Alguns pedófilos realizam seus desejos sexuais apenas na fantasia e não têm coragem de praticá-los" (SDH, 2011).

estabelecida entre irmãos, mãe-filhos, tios-sobrinhos, avós-netos, pais-filhos. É sobre o abuso sexual incestuoso perpetrado por pais/padrastos contra os/as filhos/as que trato aqui.

Assuntos relativos à infância e à adolescência passaram a ser meu principal interesse de pesquisa ainda na graduação, quando elaborei uma monografia sobre a trajetória de crianças em tratamento contra o câncer, apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará (COSTA, 2005).

Alguns anos depois, quando trabalhava em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), participei da oficina[6] "Integrando as redes de proteção e de assistência à criança e ao adolescente em situação de violência", realizada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em 2008. Ali foram apresentados dados que demonstravam a situação de maus-tratos vivenciada por parte significativa de crianças e adolescentes no Brasil (OFICINA, 2008). Conhecer essa violenta realidade foi a primeira grande motivação para o estudo sobre violência contra crianças e adolescentes.

Logo em seguida, participei de uma pesquisa[7] naquele CAPSi acerca da violência intrafamiliar, com o objetivo de visualizar melhor a realidade de seus usuários e assim criar novos mecanismos de intervenção terapêutica. Dentro de um levantamento das avaliações iniciais de 225 crianças e adolescentes, foi constatado que mais da metade deles apresentava conduta violenta e cerca de 30% haviam sofrido algum tipo de violência doméstica. Entretanto, a informação que mais chamou minha atenção foi a gravidade do adoecimento psíquico apresentado por aqueles que tinham sofrido algum tipo de abuso sexual (especialmente o intrafamiliar), mesmo que não seja possível neste caso específico relacionar abuso sexual e transtorno mental grave. Outro fator importante a ser destacado nos casos de abuso sexual é o alto índice de abandono dos tratamentos psicológico e psiquiátrico, fato este que me fez desistir de realizar a pesquisa de campo na instituição já que todos os casos encontrados em prontuários constavam como abandono.

[6] A oficina foi uma tentativa de sensibilização dos profissionais das áreas de saúde e educação. Seu objetivo era incentivar órgãos ligados à prefeitura a criarem Comissões de Maus-Tratos. Neste sentido, foram convidados especialistas da área e foram apresentados dados municipais, estaduais, nacionais e internacionais sobre o assunto.

[7] Essa pesquisa foi uma iniciativa interna de funcionário do CAPSi e não foi publicada. Os dados citados são, então, anotações pessoais da pesquisadora.

A curiosidade por conhecer histórias de abuso sexual cresceu proporcionalmente ao número de casos complexos que chegavam ao CAPSi. Tomei conhecimento de histórias que, na época, embrulhavam-me o estômago e causavam-me revolta. Eram as angústias infantis frutos da associação de amor paterno ao sexo. Os segredos eram revelados apenas no consultório de psiquiatras e psicólogos e, entre silêncios, eu via nos olhares de meninos e meninas medo, vergonha, culpa.

Ter acesso a essas informações e, principalmente, observando tais sentimentos me levou a ler o livro *A Violação do Silêncio* (THOMAS, 1988): indicação da psiquiatra Ana Maria Zuwick, então colega de trabalho e, posteriormente, orientadora no curso de Especialização em Saúde Pública, também sensível ao tema. Fiquei chocada logo no primeiro parágrafo quando uma menina de 7 anos diz para a professora: “Senhora T..., eu queria lhe dizer uma coisa. Quando eu vou para a casa do meu pai, ele se deita comigo, ele põe o pipi dele na minha xoxota” (THOMAS, 1988, p. 1). Confesso que demorei alguns dias para voltar a ler o livro.

Eva Thomas, a professora, continua contando o que ouviu da menina:

> A senhora viu meus olhos? Olhe bem os meus olhos, como são. Pois bem, meus olhos são assim por causa do que o meu papai e a minha mamãe fizeram comigo. Não devia ser permitido fazer tudo isso com uma menina pequena, devia ser proibido. Eu até vi na televisão duas mulheres puxando uma criança cada uma para o seu lado, porque as duas a queriam, como se fosse uma boneca de pano. Boneca a gente pode rasgar, mas criança felizmente não quebra. As pessoas grandes são loucas, não deviam fazer essas coisas (THOMAS, 1988, p. 3).

A professora ajudou sua aluna a “se livrar” daquela noite de abuso fazendo “um cadernos de segredos onde escrevo o que ela me dita, nós o trancamos num cofre e ela esconde a chave. (...) Ela se distende, se tranquiliza”. Ao mesmo tempo, os encontros com aquela menina fizeram emergir os mais profundos segredos de Eva. “Mergulhar na minha história, num caderno. Ela ditou para mim os seus segredos. Reencontro os meus ao correr das páginas, intacto o medo do pai, e a minha noite escura com toda a sua violência” (THOMAS, 1988, p. 4).

O livro é uma autobiografia. Nele, Marie amava seu pai, mas ele “tinha feito amor com ela” (THOMAS, 1988, p. 4). Em silêncio absoluto, ele deitara sobre seu corpo, invadira sua intimidade e cavara um irreparável vazio em sua alma. Ela não conseguira evitar. O fato fora consumado, deixando-a sem saber o que faria. Tudo acontecera sem barulho. Ela não conseguira gritar. Tudo permanecera em silêncio (THOMAS, 1988).

Foi com estas ideias que Eva Thomas pintou as cores de sua prisão. A prisão do incesto. Em seu livro, *A Violação do Silêncio*, publicado no Brasil em 1988, Eva conta a historia de Marie, a menina que ela foi. A narrativa sobre sua infância é feita em terceira pessoa com o objetivo claro de manter certa distância daquele passado. Como falar de uma dor tão profunda depois de uma vida em silêncio? Eva vestiu-se de Marie para viver a liberdade de olhar para além do problema, talvez tentando enxergar a si mesma.

Eva, a autora no presente, aparece no livro em primeira pessoa. Ao longo do texto, Marie e Eva dialogam sobre uma vida marcada pelos grilhões do incesto. Quando o inaceitável é fato, só resta falar. Esta é a justificativa da autora para a publicação do livro. Eva Thomas encarou seus fantasmas por meio da escrita e abriu seu "caderno de segredos".

Eva e Marie são personagens complementares de uma narrativa real. Assim como esta, existem muitas outras histórias de abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes presas em "cadernos de segredos" cujas fechaduras são trancadas por sentimentos de vergonha, medo e culpa. Algumas outras se tornam públicas ao serem denunciadas aos órgãos nacionais e internacionais especializados na defesa de crianças e adolescentes. Esse "pacto de silêncio" disseminado pela sociedade brasileira é uma das principais características do abuso sexual incestuoso.

Foi assim, lendo a história de Eva/Marie e experimentando uma miscelânea de sensações indescritíveis no ambiente de trabalho, que a violência sexual contra crianças e adolescentes deixou de ser somente uma aversão pessoal para se transformar em objeto de pesquisa para mim. A escolha do título desse trabalho está relacionada ao sentido atribuído por Eva Thomas (1988) ao caderno em que ela escrevia os mais profundos segredos de sua aluna: um espaço em que a vítima de abuso sexual incestuoso pode colocar seus fantasmas sem medo da exposição. Neste sentido, a dissertação é, metaforicamente, um "caderno" de muitos segredos. Alguns já foram compartilhados diante de familiares, amigos e/ou membros de instituições. Outros, confidenciados para mim, nas entrevistas gravadas.

Buscando compreender o abuso sexual incestuoso do ponto de vista das vítimas, utilizei História Oral a fim de apreender "interpretações individuais de experiências sociais" (KOFES, 1994, p. 118), levando em consideração que esse tipo de violência

costuma perpassar vários anos na vida das vítimas a ponto de influenciar marcos simbólicos de suas infâncias e adolescências. Relatos biográficos permitiram dar luz a um tema envolto por tabus, além de observar e analisar o processo relativo ao abuso sexual e seus desdobramentos, tendo acesso a questões que em metodologias macrossociológicas não apareceriam.

História Oral é um método de abordagem biográfica no qual o pesquisador apreende experiências sociais, a partir de relato oral gravado, sobre acontecimentos passados individuais ou em grupos específicos. Mesmo essencialmente preocupada com a vida em sociedade, a sociologia também se utiliza de métodos que exploram experiências e vivências dos indivíduos em busca de explicações mais detalhadas sobre fenômenos sociais, já que esse tipo de abordagem permite revelar com maior profundidade características e atributos sociais, trazer à tona subjetividades (e seus movimentos) envoltas nos processos institucionais e compreender (des)continuidades de processos de ações mútuas dos autores envolvidos (BECKER, 1994). Assim, ao analisar relatos individuais, o sociólogo apreende informações que, nos intercruzamentos com outros relatos ou fontes, revelam recorrências e esclarecimentos de pontos ainda confusos sem perder de vista singularidades da experiência individual e sua interpretação (KOFES, 1994).

As abordagens biográficas descrevem “aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência” (BECKER, 1994, p. 110). Elas permitem, ao pesquisador, acesso a modos de vida que de outra forma ele não teria contato, principalmente quando se tratam de hierarquias e diferenciações sociais mais marcadas, específicas e ocultas. Este é o caso de estudos sobre, por exemplo, sociedades secretas, círculos fechados, delinquência juvenil e violência sexual, cujas informações tendem a ser de difícil acesso para a maioria dos sociólogos e não são comumente divulgadas no cotidiano (BECKER, 1994). Mergulhando no universo das biografias, o pesquisador pode conhecer a delinquência do ponto de vista do delinquente ou, como no caso desta dissertação, conhecer o abuso sexual incestuoso do ponto de vista da vítima, acessando um emaranhado de relações específicas e, por vezes, secretas sobre as quais só poderia ser informado entrevistando os envolvidos de forma aprofundada e cuidadosa.

O encontro entre pesquisador e interlocutor no método biográfico me pareceu o mais apropriado diante do caráter secreto e delicado do abuso sexual incestuoso. É um assunto que provoca sentimentos de medo, vergonha, raiva, ansiedade. Além disso, dar voz

a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual incestuoso é tirá-las do anonimato, dando-lhes oportunidade de contar mais livremente suas vivências e interpretações (muitas vezes mantidas no campo da invisibilidade familiar e social), identidade às suas histórias de luta, e singularidade às suas vivências. O ato de falar pode funcionar tanto como desabafo diante das sensações pessoais de injustiça cometida "pelos outros", quanto de resposta a acusações ouvidas após a revelação da violência sofrida. Entrevistar esses meninos e meninas pode também desencadear (ou agravar) problemas emocionais, pois trazem à tona lembranças dolorosas e feridas psicológicas ainda não cicatrizadas. Por isso, independente da possibilidade de benefícios trazidos pelo encontro pesquisador-interlocutor, é preciso cuidado, preparação, controle emocional e estudo para conduzir as entrevistas. É imprescindível que o pesquisador esteja sempre consciente de que se trata de assunto íntimo e doloroso para os interlocutores.

As metodologias biográficas também precisam ser diferenciadas das biografias de cunho literário. Não deve ser objetivo do sociólogo a recuperação de toda a vida dos interlocutores. Como alertou Pierre Bourdieu (1996), a vida não se constitui um todo coerente e linear, mas uma (des)conexão de (in)coerências. Segundo o sociólogo francês, o "real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisto, fora de propósito, de modo aleatório" (BOURDIEU, 1996, p. 76). Assim, o sociólogo que trabalhar com o método biográfico precisa construir a noção de "trajetória" de vida, "como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes" (BOURDIEU, 1996, p. 81), estando atento aos deslocamentos no espaço social.

> O sociólogo que coleta uma história de vida cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente (BECKER, p. 102, 1994).

Neste sentido, em História Oral, trabalha-se com narrativas biográficas, fragmentos de memória, sendo esta aquilo "que se quer lembrar e o que não se quer lembrar" (MARTINS, p. 456, 2011). Nas narrativas da memória, são trazidos à tona fragmentos da existência e suas conexões e/ou rupturas (idem, ibidem). Diante disso, alguns pressupostos metodológicos ancoram esta pesquisa: 1) compreendo a memória como um jogo de lembranças e esquecimentos, estabelecendo uma "negociação[8]" entre o

[8]Na perspectiva de Bhabha (2000), o termo "negociação" ultrapassa os antagonismos estabelecidos pelas perspectivas contraditórias, inserindo uma temporalidade discursiva do processo de articulação de ideias/teorias

narrável e o inarrável; 2) as narrativas de vida são imprescindíveis nas construções autoidentitárias, principalmente quando o assunto a ser relembrado ocupou por muito tempo o campo dos segredos; 3) experiências individuais estão intimamente relacionadas às questões socioculturais; 4) as histórias ouvidas passaram antes por um processo reflexivo, no qual os jovens buscaram compreender e explicar fatos de suas vidas seja para si ou para outrem (familiares, psicólogos, assistentes sociais, promotores ou juízes); 5) ao contarem à pesquisadora, eles iniciaram outro processo de autoanálise que influenciaria nas formas e conteúdos da narrativa.

Durante a pesquisa, foram ouvidas narrativas de jovens vítimas de abuso sexual incestuoso: cinco, sendo quatro do sexo feminino e um do sexo masculino. Apesar de ter precisado limitar o número de entrevistados na documentação apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), não limitei na prática por saber que o número de jovens dentro do perfil estabelecido em reunião com a assistente social não seria muito grande. Foram requisitos: ter sido vítima de abuso sexual incestuoso perpetrado por pai ou padrasto, e aceitar falar sobre o assunto. Todos foram ou são ligados ao PVV e indicados pela equipe técnica da entidade. O convite foi feito pela assistente social, uma vez que as informações sobre os jovens são confidenciais e só poderiam chegar ao meu conhecimento após o aceite. Todos aceitaram participar da pesquisa: Maria (22 anos), Camila (19 anos), Rebeca (18 anos), João (19 anos) e Luna (22 anos). O estudo foi autorizado pelo CEP, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), processo nº 115117225-4 (Apêndice A), e pela coordenação do PVV.

Criado em Fortaleza/CE, no ano de 2008, pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (CNS) e realizado em parceria com instituições do "Sistema S" (SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, SESCOOP), o PVV constitui um serviço paraestatal[9] de atendimento a jovens a partir de 16 anos e tem como objetivo fortalecer a rede de combate à violência sexual de crianças e adolescentes, oferecendo serviço sócioeducacional, cursos profissionalizantes e atenção psicossocial; além disso, cada jovem recebe uma bolsa no valor de um salário mínimo mais vale-transporte. É um projeto mantido com recursos públicos federais e tem sido implantado em todos os estados brasileiros com o objetivo de torná-lo uma política pública de atenção a jovens vítimas de violência sexual. O presidente do CNS do SESI, Jair Menegueli, nomeado pela presidente Dilma Rousseff, é o principal responsável pelo desenvolvimento do PVV.

antagônicas e criando lugares híbridos de luta. Assim, entendo que o narrável e o inarrável são faces da mesma moeda.

[9] Não integra diretamente os órgãos do Estado, mas sua administração tem intervenção estatal.

A inserção dos jovens é feita por processo seletivo[10], no qual os encaminhados passam por cinco etapas. São analisadas questões psicossociais (personalidade, relações familiares e desenvoltura) e a escolaridade. Todos os jovens que estejam no perfil do PVV (idade e situação de violência sexual) são acolhidos e distribuídos nos cursos profissionalizantes de acordo com o número de vagas e a escolaridade. Quando não há vagas para todos, é criado um cadastro reserva que será utilizado na próxima abertura de cursos. Empreendedorismo, confeiteiro, almoxarife, auxiliar administrativo, desenhista da construção civil, assistente de obras são alguns dos cursos ofertados em Fortaleza. Grande parte dos encaminhamentos vem do PRA.

Informativos sobre o PVV chegaram a minhas mãos quando eu trabalhava ainda no CAPSi. O tempo passou e, ao resgatar anotações para construir meu objeto de pesquisa do curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade sobre o abuso sexual, encontrei uma nota daquela época sobre a instituição quando ele ainda era um Projeto-Piloto. Movida pela curiosidade, entrei em contato com o Serviço Social da Indústria (SESI) que prontamente forneceu informações sobre contatos e localização do PVV em Fortaleza.

Imediatamente, troquei *e-mails* com o coordenador. Uma reunião foi marcada com a assistente social na mesma semana. A conversa durou cerca de uma hora e forneceu informações sobre a situação da violência sexual de crianças e adolescentes em Fortaleza e o trabalho realizado pelo PVV. Foi nessa conversa que a funcionária afirmou ter alguns jovens dentro do perfil da minha pesquisa. Então, naquele mesmo dia, manifestei oficialmente o interesse em realizar as entrevistas na instituição.

A assistente social comunicou à coordenação e esta consultou uma assessora do Conselho Nacional do SESI (CNS). Em agosto de 2011, em comum acordo com a representante do Conselho Nacional e a equipe do Projeto Vira Vida, a pesquisa foi liberada. Eles solicitaram meu projeto de pesquisa antes de assinar a folha de rosto emitida pelo Sistema Nacional de Ética em Pesquisa (SISNEP) e em 12 de setembro de 2011 dei entrada no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Ceará.

[10] É chamado de processo seletivo porque é necessário cumprir requisitos mínimos para a entrada nos cursos profissionalizantes, mas na prática todos os jovens encaminhados são acolhidos.

Na reunião do CEP de 24 de outubro de 2011, o projeto foi aprovado, sem que fosse preciso qualquer alteração, mas o parecer foi entregue somente em 17 do mês seguinte. Entreguei o documento ao coordenador do PVV e meu acesso à entidade, dados internos dos atendimentos e jovens foram autorizados sob a mediação da assistente social.

Nessa fase exploratória, entrei também em contato com a SDH. Solicitei oficialmente as estimativas de violência sexual de crianças e adolescentes, os números de atendimentos em órgãos da Prefeitura e qualquer outra informação que pudesse ajudar a traçar o perfil desse tipo de violência na cidade. O ofício (Apêndice B) foi entregue em 8 de novembro no gabinete do secretário. Dois dias depois, recebi um telefonema de uma funcionária da Secretaria pedindo mais informações sobre meu pedido. Nessa conversa, ficou acordado que ela encaminharia o pedido imediatamente à Rede Aquarela, já adiantando que nenhum órgão da Prefeitura tem dados específicos sobre o abuso sexual, mas apenas sobre exploração. Entretanto, não consegui acessar nenhum dado por meios oficiais, sendo que os dados do PRA, mais especificamente, do Espaço Aquarela utilizados nas páginas anteriores desta introdução foram fornecidos extraoficialmente por funcionários da instituição. Destaco também que, ao contrário do que a funcionária havia afirmado, a maioria dos casos registrados no PRA é de abuso sexual, não de exploração.

A primeira entrevista foi realizada no dia 11 de janeiro de 2012, às 14h, na sala de reunião do Projeto Vira Vida, ao lado das instalações da Cooperativa Caxangá. Esta é uma iniciativa de ex-alunos do PVV que, com apoio do SESI, criaram e administram uma cooperativa de produção de roupas e fardamentos. O PVV e a Cooperativa estão localizados no mesmo prédio do SESI do Bairro Parangaba, sendo que esta ocupa o piso superior.

Ocupei a sala em três entrevistas. Ela é quadrada, com paredes brancas e contém uma mesa redonda, cadeiras, armário e mesinha. Outras duas entrevistas foram realizadas na sala de atendimento individual do PVV, sendo um pouco menor e ocupada por duas mesas, duas cadeiras e armário contendo materiais de expediente. Um dos encontros precisou ocorrer em uma sala de aula porque as salas de reunião e de atendimento individual estavam ocupadas. Foi uma experiência diferente porque precisei me adaptar ao barulho externo, contando com a compreensão da jovem entrevistada. A última entrevista ocorreu na tarde do dia 5 de março de 2013, na sala em que os jovens recebem aulas práticas de tecelagem.

É importante destacar que as instalações do PVV e da Cooperativa Caxangá parecem ter sido adaptadas ao trabalho realizado, ou seja, sem planejamento arquitetônico, muitas paredes e portas formam verdadeiros labirintos internos, cujas descrições eu não conseguiria fazer. Outro dado a ser acrescentado é que nesse período de 2012-2013, várias reformas foram feitas.

Todas as entrevistas foram marcadas com antecedência dentro das possibilidades de cada jovem. Isso significa que algumas entrevistas foram feitas pela manhã e outras à tarde. Quatro jovens foram entrevistados em janeiro de 2012 e a última em março de 2013.

Em cada encontro, pedi aos jovens para contarem suas vidas a partir de suas primeiras lembranças de infância. Afirmei que eles não precisavam se preocupar com precisão e ordem dos fatos e esquecimentos. Essa intervenção inicial da pesquisadora, aliada à própria informação sobre tema da pesquisa, foi decisiva para as escolhas de cada interlocutor. Certamente, suas narrativas foram conduzidas de forma a contar fatos direta ou indiretamente relacionados ao abuso sexual sofrido na infância e os dados da pesquisa ficaram restritos à situação desencadeada pela entrevista. Isso trouxe um fato inesperado: uma das jovens entrevistadas, que fora indicada para pesquisa por conta de um possível abuso perpetrado pelo cunhado, confessou-me que sua mãe a afastou de seu pai por ele ter abusado dela na infância, fato este que a jovem não se lembra. Chamei-a de Rebeca, nome escolhido aleatoriamente, assim como os demais. Decidi, então, que suas narrativas seriam levadas em consideração mesmo que ela não se lembrasse da violência sofrida.

A memória, nos casos de abuso sexual, tem características específicas. Muitas vezes, a criança pequena apaga as lembranças de momentos dolorosos, restando apenas marcas do esquecimento. Isso pode despertar situações de constrangimento para a vítima por causa da descrença dos outros diante da revelação da violência. Rebeca pode ser um exemplo disso. Sua mãe a afastou de um pai abusador e somente anos depois contou à filha sobre o problema familiar ocorrido em sua tenra infância. A jovem, durante a entrevista, apontou os fatos esquecidos que ocorreram na infância como responsáveis por seus problemas de relacionamento com os homens e, indiretamente, pelo estupro que sofreu de um ex-namorado (fato que a levou para o PRA e o PVV). Assim, tanto as lembranças quanto os esquecimentos são dados imprescindíveis para se compreender o fenômeno social estudado.

A cada jovem expliquei suscintamente os procedimentos metodológicos, objetivos, formas de divulgação dos resultados e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (Apêndice C). Posteriormente, pedi que lessem e assinassem o Termo. Todos os jovens indicados aceitaram participar da pesquisa. As duas únicas dúvidas que surgiram nessa fase foram antagônicas: a primeira jovem entrevistada quis garantir que nenhum de seus dados fosse divulgado, enquanto o segundo jovem pediu claramente que eu não utilizasse nomes fictícios, pois preferia que sua identidade aparecesse (*"não fui eu que cometi o crime"*, disse ele).

Esse pedido do jovem desencadeou uma reflexão sobre a identificação dos participantes da pesquisa. Existem questões ético-filosóficas envolvidas (até onde a vontade dos entrevistados pode ser cumprida?) sobre as quais decidi não me aprofundar. Entretanto, legalmente, menores de 18 anos devem ter compulsoriamente suas identidades protegidas. Como João tinha 19 anos ao ser entrevistado, poderia ser identificado como pediu. Entretanto, decidi manter o sigilo porque não tive nenhuma autorização sua por escrito, já que no TCLE assinado consta que as identidades serão mantidas em sigilo. Assim, criei aleatoriamente nomes fictícios para todos os entrevistados. Fiz também um roteiro de narrativa (Apêndice D) para facilitar a condução das conversas dentro dos objetivos da pesquisa, baseando-me na metodologia escolhida (biografia). Intervi poucas vezes, pois os jovens acabaram tratando de todos os assuntos descritos no roteiro dentro suas próprias lógicas e tempos narrativos.

Utilizando uma abordagem biográfica, minha ideia não foi reconstruir as vidas deles como se fossem sucessões de episódios lineares e lógicos, mas fazer emergir lembranças de momentos vividos muitas vezes enigmáticos e desarticulados, tentando compreendê-los. É importante destacar também que não se trata aqui de analisar trajetórias excepcionais. Procuro compreender como a experiência de um fenômeno social como o abuso sexual incestuoso é interpretado por pessoas que o vivenciaram. Assim, inspirada em Kofes (2001), analiso "trajetórias singulares" de "experiências sociais".

Ao contarem suas vidas, os jovens elaboraram explicações sobre família, violência, corpo, sexualidade, abuso sexual incestuoso, trauma, resiliência, políticas públicas e sistemas de justiça que, como fontes de informação e reflexão, auxiliam na compreensão sociológica do abuso sexual incestuoso em uma perspectiva mais aprofundada. Criou-se, então, uma ponte entre as subjetividades e a generalização teórica construída através do exercício de interpretação sociológica dos conteúdos. Tal movimento é inerente ao método

biográfico. Tais categorias acabaram sendo meus pontos iniciais de análises, já que foram referidos direta ou indiretamente por todos os entrevistados.

Segundo Thompson (1992), no desenvolvimento da História Oral, é importante que as gravações sejam bem organizadas e, de preferência transcritas, o que demandou um pouco mais de trabalho antes de iniciar as análises. Por falta de tempo, a última entrevista não foi transcrita. Cada encontro foi registrado em diário de campo, a partir do qual montei um pequeno resumo de cada história contada. Posteriormente, ouvi cada entrevista tentando observar as evidências mais significativas das histórias contadas. Quais os assuntos mais recorrentes em cada encontro? Como os jovens se referiram aos assuntos propostos nos objetivos da pesquisa? Que fatos da vida foram mais aprofundados? No que um se diferenciou do outro? Busquei também repetições, omissões e silêncios, em um delicado trabalho de garimpagem. Ressaltadas as evidências, categorizei-as de acordo com os objetivos da pesquisa, sem me desprender das novidades. Todos esses temas foram amplamente falados pelos jovens, por isso os privilegiei.

Diante da riqueza trazida pelas entrevistas, decidi ampliar o objetivo geral da pesquisa, que anteriormente buscava compreender as concepções de família (como pode ser percebido na documentação enviada ao CEP). O foco tornou-se, então, o abuso sexual incestuoso, sendo agora a família mais uma categoria que ajudaria a compreendê-lo. É importante destacar também que, mesmo atenta a contextos e singularidades, cada evidência extraída e classificada adquire nesta dissertação, um novo significado. Eis a invenção sociológica.

A análise dos dados foi realizada de forma a entrecruzar evidências e teorias. Aqui, a "evidência oral é tratada como fonte de informação a partir da qual se organiza um novo texto expositivo" (THOMPSON, 1992, p. 304), em uma tentativa de me livrar da "ilusão biográfica"[11]. Assim, procuro fazer, durante o texto, aproximações entre singularidades e abstrações. Isso me exigiu, muitas vezes, citações curtas e mudanças constantes dos sujeitos das orações, tecendo um diálogo entre os vários informantes. Tornei-me mediadora privilegiada[12] nas negociações. Entretanto, minha interpretação sempre levou em consideração o contexto de cada evidência, na tentativa de diminuir ao máximo os inevitáveis vieses a que está sujeita uma pesquisa social.

[11] Conferir Bourdieu (1996).
[12] Assumo minha posição de mediadora privilegiada porque, como escritora da redação dissertativa, as decisões acabam sendo minhas.

Seguindo as normas de trabalho técnico da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a dissertação foi dividida em: **Introdução; "Sentimentos de infância": notas sobre a história social de crianças e adolescentes a partir das contribuições de Philippe Ariès; Quando o lar não é seguro: a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes; Abuso sexual incestuoso: uma violação de corpos infantis; Do silêncio ao 'escândalo': repercussões da denúncia de abuso sexual incestuoso na vida das vítimas; e Considerações Finais**. A escolha dos temas está diretamente relacionada àquelas amplamente narradas pelos jovens.

Seguida desta introdução, trago uma apresentação dos interlocutores. Faz-se necessário aos leitores conhecer um pouco sobre eles antes de mergulharem nas análises, já que suas histórias se entrecruzam no texto.

O capítulo intitulado **"Sentimentos de infância": notas sobre a história social de crianças e adolescentes a partir das contribuições de Philippe Ariès**, foi escrito com o objetivo de conhecer as transformações nos conceitos de criança, infância, adolescente e adolescência, observando seus movimentos e negociações até o desenvolvimento dos conceitos oficial e hegemônico na sociedade brasileira atual: a principal base ideológica da ideia de violência sexual contra crianças e adolescentes (e em especial do abuso sexual incestuoso).

Em **Quando o lar não é seguro: a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes**, trago uma discussão sobre o conceito de família e de violência intrafamiliar perpetrada contra crianças e adolescentes. A partir daí, analiso o contexto da infância maltratada vivenciada por João e os outros entrevistados, percebendo que o abuso sexual incestuoso está intrinsecamente associado a outros tipos de maus-tratos infantis.

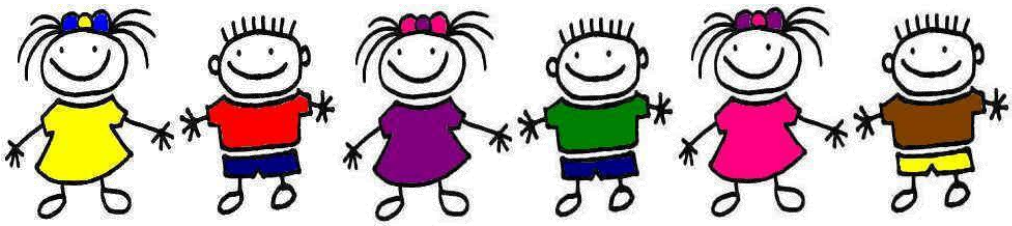
Já no capítulo **Abuso sexual incestuoso: uma violação de corpos infantis**, apresento a história contada por Maria para compreender o abuso sexual incestuoso que, para além da violência intrafamiliar, é uma violação de corpos infantis. Essa faceta é o fio condutor das narrativas da jovem: a importância da pureza de seu corpo infantil, a invasão da intimidade, as dinâmicas do segredo, a perda da virgindade e a realidade de um corpo marcado. Os outros jovens também contaram as características gerais desse tipo de violência, destacando inclusive as formas de resistência.

O capítulo **Do silêncio ao 'escândalo': repercussões da denúncia de abuso sexual incestuoso na vida das vítimas** analisa as repercussões da denúncia na vida das vítimas. Com o rompimento do segredo, os jovens foram expostos ao olhar inquisidor de uma sociedade que não admite sexo com crianças nem relações incestuosas. Discuti as diferenças entre incesto e abuso sexual incestuoso, a construção do escândalo, os resultados das revelações e da denúncia, e como os jovens seguem suas vidas após a denúncia.

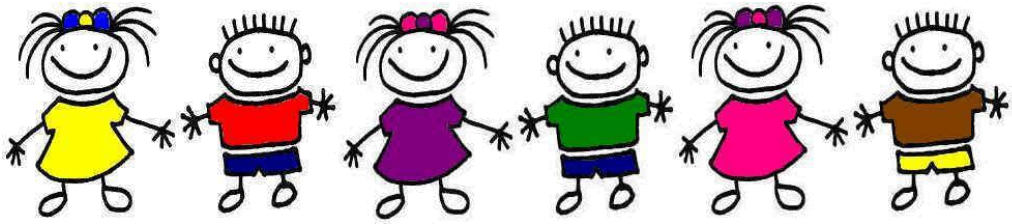
Encerrando a dissertação, trago as **Considerações Finais** sobre a pesquisa e seus resultados.

Por muitas vezes, como mulher e cidadã, senti-me arrasada diante de algumas narrativas. Ao longo do tempo, o preparo pessoal tornou-se cada vez mais necessário e cuidadoso, de forma a não despertar nos interlocutores a sensação de que poderiam estar diante de uma pesquisadora pouco confiável ou por sua fragilidade ou mesmo por sua insensibilidade. Eu precisava acolher aqueles jovens sem deixar de ser a pesquisadora. Como fazer isso? Como saberia dosar seriedade/objetividade da pesquisadora com a sensibilidade/subjetividade da mulher? Eis meu maior desafio! Confesso, inclusive, que algumas vezes, ouvindo as entrevistas, tive vontade de chorar, afagar, abraçar "meus meninos", mas eu achava que não podia. Talvez não pudesse mesmo. Apenas tentei ficar atenta aos seus gestos e lágrimas, tentando transparecer algum tipo conforto para os olhares perdidos em meio à sala. Não sabia também se era possível.

Segui tecendo a pesquisa, mesmo diante das minhas incertezas mais profundas: como pesquisar assuntos que alteravam tanto minhas (e de quem lerá) emoções? Até que a última entrevista aconteceu. Ela estava planejada há cerca de 1 ano, mas por algum motivo nunca dava certo. Acabou sendo a última. Foi com a jovem Luna: a entrevista mais difícil da minha vida. Não porque ela se recusou a falar de algo ou mesmo porque não conseguia falar. Pelo contrário, foi porque ela falou sobre tudo e olhando nos meus olhos, enquanto tecia um tapete artesanal. Por várias ocasiões eu tive vontade de chorar, de interromper a entrevista. Eu sabia que ela estava ansiosa. Fiquei com medo de estar fazendo mal a ela e, confesso, queria realmente ir embora dali. Mas em algum momento ela disse: *"To contando coisa que nunca contei pra ninguém. Eu não sei porque... Acho que é porque tu tem uma energia muito boa, cara!"*. Sem saber das minhas maiores incertezas diante da pesquisa, ela me deu forte abraço e falou a seguinte frase: *"use essa história para o bem"*. Foi isso que tentei fazer aqui. Boa leitura.



Exposição de fotos e depoimentos de alunos do ViraVida



Interlocutores

MARIA – 22 ANOS

Maria é uma jovem de 22 anos, ex-aluna do PVV. Foi abusada pelo pai biológico dos 11 aos 14 anos. Revelou a sua mãe que imediatamente denunciou o marido à polícia. Ambas precisaram sair de casa e foram morar com a família materna. A mãe perdeu o marido, o convívio com o outro filho, a casa e, no período da pesquisa, estava desempregada. Maria mora com o companheiro, trabalha e tenta ajudar financeiramente sua mãe. Demonstra culpa pela situação da mãe e tem raiva do pai, a quem chama de "meu gestor". Na entrevista, fez críticas às políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente e ao poder judiciário. Há oito anos seu processo está aberto e seu pai nunca foi julgado por falta de provas. Tem olhar desconfiado e voz firme. Somente sua mãe acreditou em sua palavra e a apoia até hoje. O irmão nunca acreditou na história e não mantem qualquer proximidade com ela. A violência sexual foi acompanhada de castigos físicos e ameaças. A jovem relata que alguns traumas decorrentes do abuso ainda persistem, mas recusa tratamento psicológico por não acreditar na possibilidade de superá-los. Dados como escolaridade, profissão, nome e local de moradia serão mantidos em sigilo a pedido da entrevistada. A entrevista foi realizada dia 11 de janeiro de 2012 e a jovem pediu a cópia da dissertação.

JOÃO – 19 ANOS

João é um jovem de 19 anos, ex-aluno do PVV e colaborador da Cooperativa Caxangá de Confecção, ligada ao PVV. Sofreu abuso sexual do pai biológico entre 8 e 14 anos, tendo reincidência aos 17 anos quando foi testemunhada pelo irmão mais velho. A denúncia partiu da iniciativa da tia materna uma semana depois do estupro testemunhado. Sua mãe sofre de transtornos mentais sobre os quais o jovem sabe pouco. O processo judicial ainda corre e o agressor nunca foi responsabilizado. A violência sexual era acompanhada de violência física e ameaças: o rapaz era amarrado e amordaçado para que não reagisse. Ainda tem marcas dos espancamentos, mas a principal consequência dos abusos foi o vírus HIV. Nas entrevistas, João se diz feliz e recuperado da violência sofrida e sonha com o dia em que o pai lhe pedirá perdão. O próprio jovem pediu que mantivéssemos sua identidade, pois segundo ele: "não tenho vergonha porque não fui eu que cometi o crime". A identidade foi mantida em sigilo porque não tenho nenhum registro por escrito do pedido dele. As entrevistas foram realizadas em 16 e 20 de janeiro de 2012. Conto sua história detalhadamente na seção "Quando o lar não é seguro: a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes".

CAMILA – 19 ANOS

Camila é uma moça morena com cabelos longos, cacheados e escuros. Tem olhar brilhante, sorriso tímido e voz suave. Assim como João, fomos apresentadas pela assistente social, que nos encaminhou para a sala de reunião. Sozinhas, detalhei os objetivos e procedimentos da pesquisa para então começarmos a entrevista propriamente dita. Ela não manifestou vontade em manter sua identidade em sigilo e deixou para mim a decisão de colocar ou não seu nome verdadeiro na dissertação. Visando preservá-la, resolvi manter sua identidade sob sigilo. A jovem tinha 19 anos quando a conheci. Foram dois encontros, o primeiro em 19 de janeiro de 2012 e o segundo em 31 de janeiro de 2012. Sempre com o rosto levemente maquiado, cabelos presos e vestindo a farda do SESI, Camila demonstrou interesse em contar sua história. Como de praxe, pedi que ela falasse de sua vida a partir da infância. A jovem é a primogênita da família. Seus pais moraram juntos por cinco anos e quando ela ainda era *"muito pequena"*, resolveram se separar. Ela e sua irmã mais nova foram morar com a avó paterna porque a mãe *"tinha que trabalhar e não podia cuidar da gente"*. Relata que a primeira lembrança de infância que vem à memória é a de que toda tarde *"a minha avó me arrumava e eu ficava sentadinha esperando a minha mãe passar... não sei... eu acho que... eu creio que era isso... esperando ela vir, né?"*. A mãe visitava muito pouco as filhas. O relacionamento dos pais não era bom e eles brigavam muito. Diferente de João, Camila demorou a perceber que o apoio que buscava não viria da mãe. *"Eu sempre me sentia excluída, porque sempre teve um vazio dentro de mim. Acho pela falta da minha mãe"*. A mãe casou três vezes e teve um total de sete filhos: dois do primeiro casamento (Camila e Larissa); um do segundo (Paulo); e quatro do terceiro (Francisca, Raimundo, Jonas e Júlio). Foi vítima de violência doméstica no segundo casamento, motivo pelo qual resolveu se separar. No terceiro matrimônio, que dura até hoje, ela encontrou o apoio que acreditava estar precisado. Antônio, o marido, faz todas as vontades dela. Depois que engravidou de Francisca, a mãe levou as filhas mais velhas para morar com ela: um sonho realizado por Camila. Entretanto, o que era para ser início de uma família feliz, transformou-se em um pesadelo para Camila e Larissa. A filha mais velha assumiu, desde cedo, os trabalhos domésticos e o cuidado com os irmãos. Estudava nos momentos livres e não tinha tempo para brincar. Quando ela completou 12 anos, o padrasto começou a assediá-la, aproveitava que a menina estava dormindo para tocar em seus seios e em suas *"partes"*. Nessa época, moravam na casa mãe, quatro crianças, padrasto e a irmã mais nova do padrasto. Era um lugar pequeno e só tinha uma cama de solteiro. Camila conta que geralmente dormiam as três filhas mulheres nessa cama, em um quarto

separado. Os outros dormiam em rede. Uma das estratégias do seu padrasto para deitar-se sozinho com Camila era tirar as outras da cama. Enquanto isso, em outro cômodo, a mãe dormia na rede com a filha mais nova. O que o agressor não contava é que Camila iria reagir todas as vezes que ele se aproximava. A menina sempre gritava quando ele a molestava e por isso nunca teve tempo de avançar nos abusos. Certa vez, fugindo do padrasto, Camila foi dormir perto das máquinas de costura da mãe. Sem poder tocá-la, ele deitou-se ao lado de Larissa e a molestou. Quando foi no dia seguinte, as irmãs resolveram conversar com a mãe, já que os gritos não surtiam o efeito esperado. A mãe nunca acreditou nas meninas. Sempre criava justificativas para não levar em consideração os relatos: dizia que elas estavam sonhando ou afirmava que era mentira. Até que um dia a mãe expulsou as duas de casa. Larissa nunca mais voltou a querer morar com a mãe. Já Camila, acreditando nas promessas de que tudo seria diferente, sempre voltava. Depois de um tempo, ela foi percebendo que a mãe a queria em casa para ajuda-la nos afazeres, não por amor maternal. A menina ficava inconsolável com a rejeição, mas sempre tinha esperança de que tudo mudaria. Camila sempre chora ao falar sobre a mãe. Revela que sente tristeza por ter sido abandonada na tenra infância e, posteriormente, por sua mãe nunca ter evitado os abusos sexuais cometidos pelo padrasto (a quem chamava de pai). A jovem se diferencia dos outros entrevistados porque contou à mãe desde a primeira tentativa do agressor em molestá-la. Negligenciada e abusada, ela sentia-se também explorada por ter precisado assumir os cuidados com a casa e irmãos muito cedo. Na adolescência, Camila também começou a trabalhar fora para ajudar a mãe com as despesas. Acumulando, serviços domésticos, cuidado com os irmãos e trabalho, acabou parando de estudar. Durante nossa conversa, Camila faz uma análise de sua vida e em vários momentos chora. Justifica cada passo dado na vida infantil pelo amor que tinha pela mãe. Deixou de morar com o pai para ajudar sua mãe com irmãos, mesmo tendo a presença indesejada do padrasto. Tinha esperança de que, em algum momento, sua mãe a protegeria dos abusos. Mudou-se para o Paraná com a família materna, continuou sendo maltratada, até que rompeu o ciclo de violências na qual estava inserida. Sente que sua mãe escolhera não salvá-la. Sente-se preterida, abandonada e sofre. Ainda hoje procura entender essa preferência da mãe pelo marido violento. E, em alguns momentos, parece aquela menina de dois anos a espera da mãe *“sentadinha na calçada”.* Não acredita que falta amor da mãe, mas uma falta de demonstração desse amor. Sobre o pai, sente culpa. Ela me diz que ele agiu como “um pai”. Perguntei para ela o que é ser “um pai”. Ela começa a analisar sua relação com os pais aos prantos: “*Pai, pra mim... É como uma mãe também... É também proteger, ajudar, é passar um carinho [...] Eu acho que meu pai é isso. Meu pai, se eu sair... Se eu passar dias e dias sem falar com ele, quando eu tô com raiva dele... Se a gente brigar e tal... Se eu ficar sem falar com ele, ele ficava chorando. Na época que eu fui*

embora [para o Paraná], ele ficou quase em depressão, chorava todo dia [...] Isso me doía muito. Porque sempre, sempre, eu deixei de lado meu pai, sempre. Sempre eu escolhia... Botei em primeiro na minha vida a minha mãe. E ela achava o contrário. Ela achava que eu gostava mais dele. Mas ela não via as coisas que eu já fiz por ela. Já larguei uma vida toda por causa dela. E ela num... Não sabe dizer assim: "a minha filha fez isso e isso por mim". Porque não é fácil pra você ir atrás de uma pessoa que você sabe que tem um certo desprezo... Que tem um amor, mas não sabe demonstrar. Eu queria só que ela abrisse a boca e dissesse... Não dissesse assim: "ah, vou construir um altar pra ti". Não. Só queria que ela me agradecesse como muitas vezes já agradeci a ela. Só basta reconhecer. Porque a filha do Antônio... Ah, minha filha, a filha do Antônio... A Francisca, eu não tenho raiva da minha irmã [...] A Francisca é tudo pra ela. A Francisca é o anjo dela. E isso me magoa. [...] Depois que Antônio apareceu na vida dela, ela mudou muito, muito, muito mesmo". Camila começou a ser tratada como prisioneira pelo padrasto. Não poderia sair de casa sem a companhia do irmão e estava proibida de namorar. O estopim da revolta foi quando seu agressor foi mais direto e disse que a queria como mulher. Ela ficou enojada e apavorada com os rumos de sua vida. Ainda estava no Paraná e não tinha coragem de telefonar para o pai pedindo ajuda. Recorreu a uma amiga da mãe, que também era sua patroa. Contou o que estava ocorrendo e foi imediatamente acolhida. Aos 17 anos, a jovem foi incentivada a sair de casa, contou ao pai sobre a violência, voltou a morar com o pai em Fortaleza e denunciou o padrasto. A sensação de negligência tonou-se certeza de abandono quando percebeu que sua mãe fugiu com o padrasto logo após a denúncia feita à polícia.

REBECA – 18 ANOS

Rebeca é uma jovem morena, alta, cabelos lisos e longos. Vestia a blusa do SESI, calça jeans e tênis. Visivelmente vaidosa, seu rosto estava maquiado, sendo os olhos bem marcados com lápis preto, e as unhas eram grandes e bem cuidadas. Mora com a mãe, com quem tem dificuldade de relacionamento. Tem dois irmãos bem mais velhos. Rebeca foi encaminhada ao Programa Rede Aquarela depois de ser estuprada por um vizinho, que seria seu ex-namorado. Ela conta que o conheceu aos 11 anos, enquanto ele já era maior de idade. Logo em seguida, teve sua primeira relação sexual. Por várias vezes, ela afirma que não o amava e que nunca quis namorar homens que amava porque tinha medo de ser magoada. O namoro terminou, mas ele a perseguiu até estuprá-la e ser denunciado pela mãe da jovem. Em meio aos detalhes dessa história, ela parou, olhou pra mim e contou que seu pai a tocava na tenra infância. Entretanto, afirma não lembrar nada. Sua mãe teria lhe contado quando estava mais crescida e queria ver o pai. Na falta de lembranças próprias, a jovem descreve a partir do que soube: seu pai a colocava no colo e a

acariciava com malícia. Rebeca acredita que sua dificuldade de se relacionar amorosamente pode ter raízes desse passado obscuro. Sua família sempre a maltratou e a jovem conta que desde pequena foi incentivada a consumir bebidas alcoólicas. Tornou-se alcoolista ainda criança, sendo que aos 11 anos decidiu parar de beber e foi para uma igreja evangélica com a irmã. Nessa igreja conheceu aquele que futuramente iria estuprá-la. Sua mãe nunca denunciou o marido, apenas se separou dele. O ex-namorado que a estuprou foi denunciado, mas está foragido. A entrevista foi realizada na tarde do dia 17 de janeiro de 2012, na sala de atendimento do PVV.

LUNA – 22 ANOS

Luna foi entrevistada na tarde do dia 05 de março de 2013. Foram 2 horas de conversa. Ela é negra, cabelos crespos e curtos, altura mediana. Vestia uma blusa rosa, calça jeans e tênis azuis. Ela me levou para uma das salas de tecelagem (piso superior do prédio), pediu licença aos colegas que teciam em outra sala, fechou a porta e disse: “se eu ficar ansiosa, vou tecer, tá?”. Eu pendurei o gravador em seu pescoço e disse que poderia tecer durante a entrevista. Ela sorriu e foi pegar seu material de trabalho. Tecendo, contou que aos 7 anos seu pai biológico começou a abusar sexualmente dela (coisa que já fazia com sua irmã mais velha e repetiu com a irmã mais nova). A partir daí, ele passou a procurar todos os dias. Depois dos estupros, dava-lhe dinheiro. A jovem contou para várias pessoas sobre os abusos, mas todos a ignoraram (mãe, irmãos, tios e vizinhos). Ela confessou que algumas vezes sentia prazer naquela relação (foi a única pessoa entrevistada que tocou nesse assunto) e que até hoje luta para não sentir prazer com cenas de sexo envolvendo crianças. Relata medo de se tornar pedófila. Diz que esses fantasmas fazem parte de seu “eu” ruim, com quem ela luta desesperadamente. Ainda na infância, recorreu a internatos para fugir do pai, mas as marcas psicológicas a atrapalhavam mesmo quando ficava longe de casa. Desenvolveu graves problemas psicológicos e chegou a tomar diversos remédios, sem melhoras. Por muito tempo, automutilou-se (tem o braço esquerdo bastante marcado, mas não tive coragem de pedir para tirar foto) e até hoje luta contra as ideias de suicídio. Através das redes sociais, conseguiu contato com uma funcionária da prefeitura que trabalhava na rede de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Essa mulher foi encontrá-la no internato. Foi a primeira vez que alguém acreditou na menina. Depois disso, vieram: denúncia, abrigamento, inserção em projetos e movimentos sociais. A jovem já participou de fóruns de enfrentamento e eventos sobre o assunto, sempre que podia escondia que foi uma vítima. Diz que prefere viver a própria vida, tentando voltar a estudar, com o sonho de ser estilista. Sofreu também outros tipos de violência sexual, como exploração sexual e estupro de um desconhecido. Afirma detestar

todos os homens e não confia neles nem para manter uma amizade. É homossexual e tem uma companheira. Seu pai está gravemente enfermo e ela precisou acompanha-lo no hospital. Naquele momento, esperava um pedido de desculpas ou mesmo uma explicação dele, mas ele manteve-se em silêncio. “Cheguei a dar banho nele”, disse ela. Nenhum dos agressores foi julgado por seus crimes. Assim como Maria e João, ela declara que se arrepende de ter denunciado.

2 “Sentimentos de infância”: notas sobre a história social de crianças e adolescentes a partir das contribuições de Philippe Ariès

2.1 O contexto histórico europeu

Infância originou-se do termo latino *infantes,* que significa “ausência de fala” (prefixo *in*, como indicativo de negação, e *fante* vindo do verbo *fari* – falar) e se refere ao período da vida em que o ser humano ainda não conseguia se comunicar através das palavras.

Segundo Ariès (1978), até o século XII, havia uma ausência de “sentimento de infância” na sociedade europeia. Isso significa que não existia consciência social da particularidade infantil. Essa inexistência do “sentimento de infância” não significava que as crianças eram negligenciadas, abandonadas ou desprezadas, pois para o historiador francês esse “sentimento de infância” nada tinha a ver com afeição de adultos pelas crianças. O que se desconhecia naquela época era a particularidade infantil que distingue essencialmente a criança do adulto. As crianças eram tidas como “adultos em miniatura” e não havia separação moral do que poderia ser apropriado ou não. Elas estavam sempre presente aos eventos sociais, trabalhavam como aprendizes ou serviam de pajens de cavaleiros. Definia-se infância, então, como período de transição que durava apenas enquanto o “filhote do homem ainda não conseguia bastar-se” (ARIÈS, 1978, p. 11). O fim dessa fase, quando a criança era misturada ao mundo dos adultos, ocorria no momento em que a criança adquiria alguma autonomia física e conseguia viver sem a solicitude da mãe ou ama.

Por volta do século XIII, apesar da representação da infância ainda encarar a criança como miniatura de adultos, um sentimento superficial em relação à criança foi se incorporando às práticas sociais. A “paparicação” era destinada ao ser humano em seus primeiros anos de vida, quando não passava de uma “coisinha engraçadinha”, quase um “animalzinho de estimação”. A criança, por sua ingenuidade e graça, tornou-se fonte de distração e relaxamento para os adultos. Como as taxas de mortalidade e natalidade infantis eram muito altas, algumas crianças não passavam da fase de “paparicação”. “Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria” (ÁRIES, 1978, p. 10). As crianças que sobreviviam a essa fase iam viver em outra casa que não a de sua família.

Naquela época, “a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (ARIÈS, 1978, p. 231). Era comum que os pais encaminhassem seus filhos para outras famílias criarem. A escola ainda era rara e a transmissão de conhecimento ficava a cargo das famílias substitutas. “Nessas condições, a criança desde muito cedo escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de adulta, o que nem sempre acontecia” (ARIÈS, 1978, p. 231). Esse tipo de relação familiar, onde a criança a partir de certa idade é encaminhada para ser educada por outra família, era comum na sociedade medieval. Na nova casa, a criança fazia o serviço doméstico com o objetivo de garantir a transmissão do conhecimento de uma geração à outra.

Neste sentido, a família – constituída pelo casal e as crianças que moravam na casa – não tinha caráter afetivo como hoje se pensa: “essa família antiga tinha por missão (...) a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana (...) e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas” (ARIÈS, 1978, p. 10 e 11). Os valores, os conhecimentos, enfim, a socialização das crianças eram garantidos não por seus pais, mas pelo convívio que tinham com os adultos, praticando seus jogos e tarefas. Muito cedo, a criança se tornava um jovem adulto e a afetividade era mantida em outro plano.

O início da Idade Moderna trouxe consigo forte alteração na ordem vigente com relação à criança e à família, quando ocorre uma clara distinção entre crianças e adultos. Neste sentido, sendo a educação[13] um processo socializador cuja função é suscitar em jovens modos de pensar, agir e sentir “reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine” (DURKHEIM, 1979, p. 42), as transformações paradigmáticas modernas – marcadas pela emergência de novas estruturas conceituais de infância – desencadearam outras formas de se compreender a educação. “O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral” (ARIÈS, 1978, p. 162). Para moralistas e educadores, tratar as crianças com muitos mimos transformavam-nas em criaturas mal-educadas e impertinentes. A criança era vista como um ser angelical que precisava ser educado: “recusava-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar” (ARIÈS, 1978, p. 164). Essa preocupação era inicialmente dos eclesiásticos e influenciou a vida familiar.

[13] Em Durkheim (1995), a educação é uma das formas de reprodução social. Através dela, a cultura se perpetua.

A escola tirou as crianças do mundo dos adultos. A aprendizagem infantil deixou de ser na convivência direta com eles e passou a ser feita em um espaço reservado para elas. “Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até os nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização[14]” (ARIÈS, 1978, p. 11). Com esse movimento de escolarização e moralização dos ensinamentos transmitidos, os pais passaram a vigiar mais de perto seus filhos e se sentiam responsáveis em garantir sua aprendizagem. Vigília, sanções normalizadoras, recompensas e exames são mecanismos impostos pela disciplina tanto no ambiente doméstico quanto na escola (FOUCAULT, 1998). Era um processo disciplinar e moralizador que refletiu na educação até o século XX.

Lentamente, a afeição foi parecendo cada vez mais imprescindível no ambiente familiar e manifestava-se principalmente na importância que a sociedade começou a dar à educação. Os pais se preocupavam com a saúde e o aprendizado dos filhos, fato que até então era desconhecido. Mas somente as camadas médias da sociedade aderiram mais rapidamente às novidades de uma instrução mais especializada e teórica. A nobreza e os artesãos mantiveram-se fiéis ao antigo modo de aprendizagem (ARIÈS, 1978). “A família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança” (ARIÈS, 1978, p. 225).

Dentre as famílias mais pobres, a criança ainda era tratada “como pouco mais que animais, cuja força de trabalho deveria ser aproveitada ao máximo enquanto durassem suas vidas” (RAMOS, 2010, p. 20). Em Portugal, independente do amor familiar, em uma realidade de extrema pobreza e altos índices de mortalidade infantil, pais alistavam seus filhos por volta dos nove anos para servirem como grumetes nos navios. Crianças judias eram raptadas e também enviadas aos navios para compor a tripulação. Algumas crianças serviam como pajens da nobreza, vivenciando um cotidiano menos árduo e não muito longe dos maus-tratos. Moças pobres dos orfanatos, as chamadas “Órfãs do Rei”, com idade de 14 a 30 anos, eram enviadas à Colônia (Brasil) para se casarem com servos da Coroa (RAMOS, 2010) e eram vigiadas para não sofrerem abusos sexuais antes do casamento. Longe das emergentes formas de tratamento infantil, por muito tempo continuou sendo comum crianças e adolescentes, especialmente os de famílias pobres, vivenciarem um cotidiano de abusos sexuais, fome, sede, fadiga e humilhações.

[14] Para um melhor entendimento sobre esse enclausuramento dado às crianças, aos loucos, às prostitutas, aos pobres, recomendo o estudo das instituições disciplinares discutidas por Michel Foucault (1998).

Na época em que meninas de 12 a 16 anos ainda não eram mulheres – mas estavam, segundo a Igreja Católica, em idade casadoura – e em que meninos de 9 anos não eram considerados homens, mas estavam capacitados ao trabalho árduo, a educação pouco a pouco ganhava espaço (RAMOS, 2010). “As sobrevivências da antiga aprendizagem nas duas extremidades da escala social não impediram seu declínio: a escola venceu, através da ampliação dos efetivos, do aumento do número de unidades escolares e de sua autoridade moral” (ARIÈS, 1978, p. 233). “Os tratados de educação do século XVII insistem nos deveres dos pais relativos à escolha do colégio e do preceptor, e à supervisão dos estudos, à repetição das lições, quando a criança vinha dormir em casa” (ARIÈS, 1978, p. 232). Um dos efeitos das novas exigências sociais é a aproximação entre pais e filhos. Foi aí que a criança passou a ser o centro de atenção da família e o sentimento tornou-se imprescindível no ambiente familiar.

> Na Europa, a partir de 1850, percebe-se o filho como sendo objeto de amor dos pais, e sua morte passa a ser motivo de luto para o adulto. É, nesse período, que os manuais de educação sinalizam para a prece infantil e maternal, forma de aproximar mães e filhos em torno da aprendizagem da oração (DAY et al., 2003, p. 11).

A infância passou a ser vista como uma idade da vida na qual reina a inocência e a fraqueza. Menino Jesus e Nossa Senhora menina tornaram-se modelos e ancestrais de todas as representações de crianças pequenas da história da arte e do pensamento ocidental. A imagem de uma criança, em quadros e esculturas, era associada à de uma figura sagrada, como o anjo – corpo desnudo assexuado de formas arredondadas – que muitas vezes aflorava nas pessoas sentimentalismo (ARIÈS, 1978). Os discursos sobre a assexualidade infantil introduziram também a aplicação de mecanismos de adestramento dos corpos infantis capazes de fazer submergir questões sobre sexualidade na infância (FOUCAULT, 2011).

No decorrer do século XVIII, “a família começou a manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa de vida particular” (ARIÈS, 1978, p. 265). A casa passou a ser um ambiente reservado apenas ao convívio familiar e constituiu-se um estranhamento do mundo. A casa já tinha características da modernidade, com a independência e especialização dos cômodos e a construção de um corredor de acesso. Os quartos eram mantidos no lugar mais reservado da casa, longe da rua. A intimidade e o conforto passaram a ser preservados e as camas se limitavam aos quartos de dormir.

Com a criação da intimidade e a erosão da vida pública, “cresceu a noção de que estranhos não tinham o direito de falar. De que todo homem possuía como um direito público um escudo invisível, um direito de ser deixado em paz” (SENNETT, 1988, p.43). Esse espaço íntimo influenciou os comportamentos individuais, familiares e sociais como, por exemplo, a incorporação do silêncio e a criação do “hospital medicalizado”. A família europeia do século XIX, além de ser uma “célula monogâmica e conjugal”, é “também é uma rede de prazeres-poderes articulados segundo múltiplos pontos e com relações transformáveis” (FOUCAULT, 2011, p. 53).

> A separação entre adultos e crianças, a polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e o das crianças (que passou a ser canônica no decorrer do século, quando começaram a ser construídas habitações populares), a segregação relativa entre meninos e meninas, as regras estritas sobre cuidados com os bebês (amamentação materna, higiene), a atenção concentrada na sexualidade infantil, os supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os métodos de vigilância sugeridos aos pais, as exortações, os segredos, os medos e a presença ao mesmo tempo valorizada e temida dos serviçais, tudo faz da família, mesmo reduzida às suas menores dimensões, uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis. Reduzi-las à relação conjugal, com o perigo de projetá-la sobre as crianças na forma de desejo interdito, não pode dar conta desse dispositivo que é, no que se refere a tais sexualidades, menos princípio inibidor do mecanismo incitador e multiplicador (FOUCAULT, 2011, p. 53-54).

Não se pode, então, pensar na família europeia do século XIX como grupo fechado de relações estáveis cujas sexualidades são restritas ao quarto do casal. Foucault (2011) demonstra que há na família moderna uma complexa rede de relações diversas e contraditórias marcadas por múltiplas, fragmentadas e móveis sexualidades. Esse trecho adianta, guardadas as devidas diferenças temporais e locais, um aspecto importante para se compreender as famílias dos jovens entrevistados para esta dissertação: em meio às múltiplas relações estabelecidas (como pai-filho, mãe-filho e irmãos), o abuso sexual incestuoso se perpetua dentre medos, segredos, presenças, ausências, sexualidades, vigilâncias, conselhos, advertências, silêncios. No abuso sexual incestuoso, veremos que os pontos de poder familiar são hierarquizados, disputados e móveis.

Por sua vez, a casa tornou-se um espaço sagrado e espaço maior para a intimidade entre pais e filhos. Ninguém mais visitava um amigo sem aviso prévio. Bilhetes e cartas eram enviados através dos criados para transmitir ou receber informações (ARIÈS, 1978). “O correio também se encarregava das visitas (...) ninguém é visível, todos tem a decência de fechar a sua porta” (MERCIER apud ARIÈS, 1978, p. 266). Após a reforma dos costumes, uma nova etiqueta social surgiu e, com ela, novos segredos de família.

Intimidade e afetividade marcaram essa nova etiqueta social. Os pais se tratavam com carinho e esse carinho se estendia aos filhos. Cartas familiares continham detalhes cotidianos e as crianças eram tratadas com seus nomes no diminutivo. Preocupações com educação, saúde e higiene também faziam parte do novo contexto familiar (ARIÈS, 1978). A ideia de sexualidade infantil foi combatida e mecanismos de vigilância/adestramento foram criados com o objetivo de assegurar a proteção da inocência infantil (FOUCAULT, 2011). Conceitos de vida e morte mudaram. Por um período, essas mudanças na estrutura familiar se limitaram aos burgueses, artesãos e lavradores. Mas foi uma questão de tempo até atingir quase toda sociedade europeia, até que passou a parecer natural para o pensamento social no ocidente.

No final do século XVIII e início do século XIX, na Europa, o fortalecimento dos Estados Nacionais, o avanço da industrialização e da técnica e a organização dos trabalhadores trouxeram consigo a redefinição dos papéis sociais de mulheres e crianças. Foi naquele momento que a adolescência passou a ser identificada como uma etapa singular do desenvolvimento humano. Houve também um delineamento preciso das idades da vida: a adolescência começava a partir da primeira comunhão (12 anos) e se estendia até o alistamento militar para o sexo masculino e até o casamento para sexo feminino. Mas foi no final do século XIX que a sociedade passou a se preocupar com o adolescente e suas especificidades (ARIÈS, 1978; GROSSMAN, 1998). Foi o século em que a sociedade se tornou uma vasta população anônima, onde as pessoas já se conheciam. Este é um período marcado pelo fortalecimento dos Estados Nacionais, pela redefinição dos papéis sociais de mulheres e crianças, pelo avanço acelerado da industrialização e da técnica e pela organização dos trabalhadores.

Um duplo movimento percorre as relações entre pais e filhos. De um lado, um investimento crescente no filho, identificado como o futuro da família e, por outro, a visão do filho como objeto de amor. A infância passa a ser encarada como um momento privilegiado da vida e a criança é identificada como uma pessoa.

> Neste momento a figura do adolescente é delineada com precisão. Este período é delimitado, no menino, como o que se estende entre a primeira comunhão e o bacharelado, e na menina, da primeira comunhão ao casamento. Ao longo do século XIX, a adolescência passa a ser reconhecida como uma fase de potenciais riscos para o próprio indivíduo e para a sociedade como um todo. Ela se torna presente como tema dos estudos de médicos e educadores (GROSSMAN, 1998, p. 71).

A adolescência passou a ser estudada por pesquisadores da área médica, sendo observadas as transformações biológicas e comportamentais desse período da vida.

“A adolescência é distinguida como zona de turbulência e contestação, constituindo-se em uma linha de fraturas e erupções vulcânicas no seio das famílias” (GROSSMAN, 1998, p. 71). O adolescente passou a ser associado à rebeldia e agitação. Há também uma ampliação do período das mulheres na escola (internato), estendendo-se para além da infância e abrangendo, também, entre os 15 e 18 anos, com objetivo de concluir a educação moral e doméstica tida como necessária na preparação para o casamento.

> A constante vigilância aos adolescentes e o distanciamento com que são tratados por suas famílias despertam uma necessidade de conquista de sua privacidade. Esta é alcançada através dos diários íntimos e das amizades com seus pares. A escolha de uma amiga íntima constituía-se em episódio importante na vida de uma adolescente. Era, também, intensa a amizade entre os adolescentes do sexo masculino, povoada dos relatos das experiências vividas, principalmente as confidencias amorosas e sexuais (GROSSMAN, 1998, p. 72).

Caracteriza-se a família do século XIX como nuclear, heterossexual, monogâmica e patriarcal. Este modelo ainda estará presente por todo o século XX. Entretanto, algumas situações marcarão as futuras transformações nas percepções de família: a rejeição às grandes guerras da primeira metade do século XX e a chamada “contracultura” trouxeram novos valores e inspiraram diferentes modos de vida. O século XX vivencia também uma consciência etária, claramente destacada nos termos “juventude transviada” e “rebeldes sem causa” e no reconhecimento internacional dos direitos de crianças e adolescentes (GROSSMAN, 1998).

A criança deixou o seu antigo anonimato e alcançou o centro das atenções da família. Para cuidar dela, começou-se a limitar a quantidade de filhos. Os conceitos hegemônicos de infância na sociedade ocidental passaram a estar diretamente relacionados ao período de crescimento biológico e psicológico do ser humano, compreendendo, em geral, as duas primeiras décadas de vida. Essas mudanças significativas exigiram nas últimas décadas uma adequação sociopolítica em todo o mundo e, dentro de uma perspectiva durkheimiana[15], a nova estrutura social impõe-se sobre os indivíduos a ponto de ser irresistível.

As mudanças de paradigma com relação a crianças e adolescentes ao longo dos séculos demonstram a fluidez dos conceitos construídos pelas sociedades humanas. As

[15] A teoria social durkheimiana afirma que a estrutura social age coercitivamente sobre os indivíduos de forma irresistível e eficaz. Para o autor, não se consegue, por exemplo, educar um filho sem a interferência das concepções de educação legitimadas coletivamente (DURKHEIM, 1979). Observando a história social da infância e da família, percebo que Durkheim não deixa de ter razão quando fala da força coercitiva que as estruturas exercem sobre os indivíduos. Entretanto, Bourdieu (2004) posteriormente demonstrou que os indivíduos não são inertes nas suas relações com as *estruturas estruturadas*, pois eles também agem de forma *estruturante*.

transformações sociais, políticas, econômicas e culturais são determinantes para a construção e reconstrução de conceitos que antes pareciam naturais até o movimento transformador atuar novamente. Somado a isso, as revoluções científicas na área da saúde demonstraram que a criança e o adolescente têm mecanismos biológicos diferentes do adulto, o que reforçou a visão de que infância e adolescência são períodos da vida que precisam de atenção peculiar.

2.2 Infância e adolescência no Brasil

Ao descrever e analisar a história social da criança e da família na Europa e, mais precisamente, na França, “as teses de Ariès instigaram o historiador brasileiro a procurar suas próprias respostas” (PRIORE, 2010, p. 10). Isso porque, o contexto histórico brasileiro fez emergir outras configurações de família e formas de se tratar a infância.

No Brasil, durante o Período Colonial, a escolarização das crianças era realizada pela Igreja Católica. Uma das principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus era o ensino das crianças com o objetivo de catequização. “Obviamente, a Companhia de Jesus não teve a exclusividade desse ensino. Ordens tão importantes como a dos Frades Menores se ocuparam da conversão no século XVI, e também do ensino dos filhos dos portugueses” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 56). A consolidação das escolas religiosas representou a propagação do cristianismo não somente dentre os filhos de portugueses como também junto a crianças indígenas. Os jovens eram tidos como papéis em brancos nos quais se inscreveriam novos costumes nas tribos indígenas.

Entretanto, a escola não era o ambiente mais frequentado pelas crianças. Desde o início da colonização brasileira, as crianças foram incentivadas ao trabalho. Nas famílias ricas, os meninos ajudavam o pai na administração dos negócios e as meninas, da casa. As crianças mais pobres iam cedo para as lavouras domésticas e/ou monocultoras. Escolas jesuítas eram poucas e tinham como objetivo principal a catequização. Somente no final do século XVIII, o ensino público foi instalado no Brasil. Entretanto, o trabalho infantil continuou a ser a principal escolha das famílias por muito tempo, principalmente por se acreditar que o trabalho evitaria o ócio degradante e criminoso (PRIORE, 2010).

No século XVIII, a cultura capitalista ainda não tinha se desenvolvido no Brasil. A formação da sociedade brasileira, a constituição das famílias e a forma como as crianças eram tratadas por muito tempo foram influenciadas pelas formas aristocráticas medievais de

convivência social: não havia expectativa de ascensão social, o homem adulto era autoridade máxima na família, os filhos mais velhos eram os principais herdeiros e a criança era completamente submetida à hierarquia. Já na Europa, com os ideais capitalistas, o surgimento da escola e o crescimento do saber-poder da medicina, as famílias passaram por profundas transformações, como a frouxidão dos laços de hierarquia e a incorporação dos hábitos de higiene. A ideia de proteção da infância colaborou para o fortalecimento das práticas educativas disciplinadoras. As crianças aos poucos foram separadas em um mundo específico, cujo principal espaço era a escola, enquanto a criança brasileira era incentivada a entrar cada vez mais cedo no mundo adulto sob a justificativa da dignificação e educação pelo trabalho.

Sendo um país escravocrata, a hierarquia e a autoridade de adultos sobre crianças nem sempre eram uma realidade. Como uma criança obedeceria e respeitaria um adulto negro se este era considerado sua propriedade? “Na sociedade escravista, (...) a criança mandava e o adulto escravo obedecia” (PRIORE, 2010, p. 12). A criança escrava, entretanto, era tratada nas lavouras das grandes fazendas da mesma forma que os adultos, quando não, eram encaminhadas para trabalhos domésticos na casa grande ao lado das mulheres escravas.

> Essa dicotomia dessa sociedade, dividida entre senhores e escravos, gerou outras impressionantes distorções que estão até hoje presentes. Tomemos o tão discutido exemplo do trabalho infantil. Dos escravos desembarcados no mercado do Valongo, no Rio de janeiro do início do século XIX, 4% eram crianças. Destas, apenas um terço sobrevivia com os pais ou sozinhas, pois perder-se de seus genitores era coisa comum. Aos doze anos o valor de mercado dessas crianças já tinha dobrado. E porquê? Pois considerava-se que seu adestramento já estava concluído e nas listas dos inventários já apareciam com sua designação estabelecida: Chico “roça”, João “pastor”, Ana “mucama”, transformados em pequenas e precoces máquinas de trabalho (PRIORE, 2010, p. 12).

Com a abolição, as crianças continuaram fora da escola, realizando trabalhos domésticos e nas lavouras. “Como se não bastasse, a ação de atores econômicos a interferir na situação da criança e a ausência de uma política de estado voltada para a formação escolar da criança pobre e desvalida só acentuou seu miserabilismo” (PRIORE, 2010, p. 13). A posterior chegada dos imigrantes não mudou a situação infantil, pois ainda existia a ideia de que o trabalho era a melhor alternativa para a formação das crianças, inclusive nas fábricas.

> Como se vê, a pobreza e a falta de escolarização da criança brasileira ao longo de sua história, tornam as teses europeias absolutamente inadequadas ante as realidades de uma sociedade que, como explica “uma menina de rua”, “sonhos não enchem a barriga”! A estratificação da sociedade, a velha divisão dos tempos da escravidão entre os que possuem

> e os que nada têm, só fez agravar a situação dos nossos pequenos (PRIORE, 2010, p. 13-14).

As transformações ocorridas com a industrialização, a urbanização, a abolição da escravatura e a imigração trouxeram uma nova ordem familiar para a sociedade brasileira que fizeram superar o modelo de família extensa, sobre a qual dissertava Freyre (1969), para a família nuclear burguesa (DA MATA, 1987). “Coube aos médicos higienistas o trabalho de sua aclimatação ao modelo brasileiro. Já no final do século XIX, com a ajuda dos higienistas, a família brasileira já havia absorvido os valores típicos da sociedade burguesa” (FROTA; OSTERNE, 2004, p. 47). Aos poucos, o modelo de família patriarcal foi sendo substituído pela família nuclear burguesa. Os resquícios da família patriarcal continuam permeando as relações sociais no Brasil, mas mesmo assim os espaços foram profundamente modificados.

Entretanto, não podemos dizer que houve grandes transformações na forma como as crianças são tratadas. Elas continuam sendo silenciadas e marginalizadas no cotidiano do país, inclusive nos espaços que passaram a ser destinados apenas a elas. Como uma espécie de sombra dos adultos, não há diferenças entre a história da infância brasileira e a dos adultos. “No Brasil, foi entre pais, mestres senhores e patrões, que pequenos corpos tanto dobraram-se à violência, às humilhações, à força, quanto foram amparados pela ternura dos sentimentos familiares mais afetuosos” (PRIORE, 2010, p. 14) e sempre foram observadas e tratadas como adultos em potencial.

Reconhecendo a histórica negligência, o Brasil criou uma legislação que trata dos direitos de proteção integral de crianças e adolescentes logo após a “Convenção sobre os direitos da criança” aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n° 8069, de 13 de julho de 1990, veio para regulamentar no Brasil os direitos e deveres de crianças e adolescentes. A partir dele, designa-se criança seres humanos até doze anos de idade incompletos. Já os adolescentes ocupam a faixa etária de doze a dezoito anos. Somente em casos previstos em lei, é que se aplicam exceções quanto à idade dos adolescentes, quando é estendida até os 21 anos de idade.

Em termos de práticas sociais e pesquisas relacionadas ao assunto, é preciso que ultrapassemos as barreiras das políticas e regulamentações sobre a infância e prestemos atenção no patamar discursivo que construímos atualmente. A literatura aponta que a criança e o adolescente deixaram de ser adultos em miniatura e seres humanos

incompletos para assumirem posições de sujeitos de direito: eles são desejados, amados, protegidos, consultados (BELLONI, 2009). Em contrapartida, crianças e adolescentes continuam calados, simplificados, assexuados e sob a educação da palmada. São ignorados na sua humanidade, complexidade, multiplicidade e sabedoria.

Um exemplo dessa contradição é que somente agora, final do século XX e início do século XXI, as Ciências Sociais – com a Sociologia da Infância e a Antropologia da Criança – passaram a perceber infância e adolescência como grupos sociais dotados de saberes e práticas específicas, observando-as como categorias geracionais. As novas discussões ora reforçam ora rebatem as teorias médicas, psicológicas e educacionais já legitimadas em nossa sociedade. É um movimento importante para retirar crianças e adolescentes do silêncio e da repressão social – nos quais, segundo Pinheiro (2005), eles ainda estão sobrepujados –, principalmente quando procuram abarcar as diferenças culturais das concepções de criança e entender o que é ser (ou deixar de ser) criança em diversos contextos.

Em consequência da crescente preocupação em compreender o universo infantil, grupos de pesquisa têm sido criados e aumentaram consideravelmente as produções acadêmicas que levam em consideração o discurso de menores de 18 anos. Destaco os trabalhos de Liana Lewis, professora-pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, e Clarice Cohn, professora-pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de São Carlos, por seus inúmeros trabalhos na área.

Atualmente, a grande dificuldade encontrada pelos pesquisadores das Ciências Sociais em pesquisas com crianças e adolescentes é a barreira ética imposta pelo saber médico que, muitas vezes, tem dificultado a liberação de pesquisas com pessoas menores de 18 anos, principalmente aquelas em institucionalizadas, mas isso é algo a ser discutido em outro momento.

É importante destacar que a invisibilidade infantil não é uma especificidade brasileira. Segundo Priore (2010), as crianças tem um espaço de sociabilização bastante restrito em praticamente todo o mundo. Valores como a obediência, o respeito e a dependência ainda comandam suas relações com os adultos, a ponto dos castigos físicos ainda serem amplamente utilizados como formas do exercício da autoridade adulta. Estes desafios têm sido discutidos por órgãos internacionais de defesa da criança e do adolescente como, por exemplo, a UNICEF.

Ao mesmo tempo, outro assunto envolvendo infância e adolescência exige análise cuidadosa de todos. Vivemos uma época de explosão do consumo infanto-juvenil, seja de tecnologias, brinquedos, roupas, calçados. Em todo o mundo, empresas aproveitam a crescente preocupação adulta com a proteção e o bem-estar de crianças e adolescentes, para criarem produtos reservados para todas essas faixas etárias.

> Não é à toa que o comércio e a indústria de produtos infantis vem aumentando progressivamente sua participação na economia, assim como a educação primária e o combate à mortalidade infantil tornam-se temas permanentes da política nacional. O bem-estar e o aprimoramento de psicólogos, psicanalistas, enfim, de especialistas, que além de produzirem uma contribuição inédita para uma melhor inserção da criança na sociedade do ano 2000, veiculam seus conhecimentos em revistas e teses, propondo uma nova ética para a infância (PRIORE, 2010, p.8).

Dentro desse novo paradigma da infância, encontramos características cada vez mais parecidas com as do mundo adulto. Neil Postman[16] (1999) chama esse fenômeno de "desaparecimento da infância", trazendo alguns subsídios para especialistas refletirem sobre atuais transformações na infância. Na contramão da tendência mundial que busca a sedimentação das ideias sobre crianças/adolescentes e sua condição peculiar de desenvolvimento, o teórico estadunidense sustenta a tese de que o impacto do avanço tecnológico na vida das pessoas, a erotização infantil precoce e a crescente participação de crianças em crimes são prenúncios do desaparecimento da linha divisória que separa a infância da idade adulta. Assim, para ele, os limites entre as idades estão se tornando perceptivelmente mais tênues e os marcadores geracionais da diferença ficarão cada vez mais relacionados aos extremos da vida humana: primeira infância (até 7 anos) e velhice.

> As evidências do desaparecimento da infância vêm de várias maneiras e de diversas fontes. Há, por exemplo, a evidência fornecida pelos próprios meios de comunicação, pois eles não só promovem a desmontagem da infância valendo-se da forma e do contexto que lhes são peculiares mas também refletem esse declínio em seu conteúdo. Há evidência a ser observada na fusão do gosto e estilo de crianças e adultos assim como nas mutáveis perspectivas de instituições sociais importantes como o direito, as escolas e os esportes. E há evidência do tipo "pesado" – cifras sobre alcoolismo, uso de drogas, atividade sexual, criminalidade, etc – que implica uma declinante distinção entre infância e idade adulta (POSTMAN, 1999, p. 134).

Postman (1999) infere que há uma espécie de "adultificação" do mundo infantil a partir: 1) da constatação do desaparecimento de marcas tradicionais como vestidos rodados, laços nos cabelos ou sapatos específicos; 2) da adoção pelas crianças de símbolos tradicionais dos adultos como piadas maliciosas, jeans, saltos, minissaias. Ao

[16] Apesar de falar sobre contexto estadunidense, o autor traz contribuições para se perceber as novas formas de se compreender a criança na pós-modernidade.

mesmo tempo, destaco que convivemos com uma crescente preocupação em criar mecanismos de garantia de direitos de crianças e adolescentes, acreditando que são seres humanos em estágio peculiar de desenvolvimento. Assim, a ideia preconizada por legislações internacionais e órgãos de proteção de crianças/adolescentes convive diretamente com transformações que o contradizem.

Outro fenômeno importante para se entender crianças e infância é a chamada "erotização do corpo infantil". Segundo Neckel (2003), após a consolidação da construção social da infância e o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, observa-se uma mudança no olhar da sexualidade infantil. "Passou-se, então, da indiferença para os abusos e práticas sexuais envolvendo crianças, durante vários séculos, à vigilância constante da sexualidade infantil, bem como de outras sexualidades, vistas a partir de então como potencialmente doentias e perigosas" (NECKEL, 2003, p. 61). As práticas sexuais passaram a ser organizadas de acordo com idade e sexo, sendo o envolvimento sexual adulto-criança criminalizado e repudiado cada vez mais. Daí a crescente preocupação com o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ao mesmo tempo, desenvolveu-se um crescente fascínio pelos corpos jovens. "A partir da década de 60 do século XX a oferta de produtos ligados à prática sexual envolvendo menores cresceu com enorme rapidez" (NECKEL, 2003, p. 62). Esse fascínio tem alimentado (e vem sendo alimentado) os modos de vidas e as artes. Meninas cada vez mais jovens entrando no mercado da moda, onde vendem vestuário e seus corpos magros, jovens e desejáveis. Lolita, de Vladimir Nabokov, escrito da década de 1950, tornou-se um marco da transformação da inocência infantil em criança sedutora e, até hoje, influencia o imaginário ocidental que caracteriza "lolitas" e "ninfetas" como crianças meninas que exerceriam atração sobre homens mais velhos.

Apesar das fronteiras entre os dois mundos nem sempre parecerem claras empiricamente, ainda há distinção oficial e simbólica que separa criança/adolescente dos adultos. A legislação brasileira circunscreve infância e adolescência como fases peculiares de desenvolvimento humano e, por isso, traz uma série de regras específicas para menores de 18 anos. Sociedade e Estado corroboram com essa ideia ao criarem mecanismos de distinção entre as diversas fases da vida como, por exemplo, lugares (escolas; bares), objetos (bolas; armas) e comportamentos (brincar; sexo) apropriados e não apropriados para crianças e adolescentes. É nesse contexto que o conceito de abuso sexual se insere: as práticas sexuais envolvendo crianças e adolescentes não seriam apropriadas caso haja participação de adultos e as condutas que rompem essa regra são tidas como crimes

sujeitos a sanções. Assim, sem a noção oficial contemporânea de infância, não haveria a de abuso sexual infantil (MÉLLO, 2006).

3 Quando o lar não é seguro: a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes

3.1 Família e suas múltiplas interpretações

3.1.1 Família como categoria socioantropológica

Estudar família significa tecer eternamente uma colcha de retalhos: são intermináveis perspectivas, ângulos e teorias. Georg W. Friedrich Hegel, por exemplo, pensa a família como uma criação do Estado. Em sua obra Princípios da Filosofia do Direito[17], A moralidade objetiva imediata necessária para a manutenção do Estado tem origem na família, no casamento. É a partir da *sensibilidade* e do *amor* que o indivíduo interioriza a consciência de coletividade e passa a existir como membro familiar, em uma relação de interdependência psicológica. Após o casamento, passa a coexistir, em cada indivíduo, tanto uma consciência universal (coletiva) como singular (individual). A relação entre tais consciências aparece tanto na família quanto na vida social: a pessoa como pessoa (vontade individual) e a pessoa como membro de uma coletividade (vontade geral) (HEGEL, 2003).

Engels (1985) indicou a família como “a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade” (ENGELS, 1985, p. 104). Assim, ao contrário do que Hegel imaginou, a família seria fundadora do Estado. A família começou a ser analisada como construção social nos estudos pioneiros de Bachofren. Em 1865, Mac Lennan indicou a existência de grupos exógamos (cujos matrimônios eram intergrupais) e endógamos (casamentos intergrupais). Mais tarde, em 1871, Morgan faz uma análise profunda dos sistemas de parentesco de tribos norte-americanas, descobrindo que antes do direito paterno conhecido em sua época, havia existido em várias tribos o direito materno, permitindo-lhe esboçar uma história da família (ENGELS, 1985). Baseado nos estudos de Morgan e nas discussões da teoria marxista, Engels escreveu o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*[18] sobre a história da família.

[17] Obra original intitulada Grundlinien der Philosophie des Rechts, de 1817-1830.
[18] Obra original intitulada Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats, cuja primeira edição data de 1884.

Etimologicamente, família vem do termo latino *famulus*, que significa escravo doméstico. Assim, família seria um conjunto de escravos domésticos pertencentes a um mesmo homem. Tal conceito é relativamente recente e surgiu com a emergência do sistema patriarcal. Antes disso, pode-se falar em grupos que apresentavam o domínio da linhagem feminina, no qual a herança e os filhos pertenciam ao grupo materno (ENGELS, 1985).

O desenvolvimento humano foi dividido, por Engels (1985), basicamente em três estados de sociedade: selvagem, barbárie e civilização. O primeiro estado diz respeito a uma raça humana que vivia nos bosques, distinguindo-se dos animais por causa do desenvolvimento da linguagem articulada. A saída da condição animal foi marcada pelo desenvolvimento de uma tolerância recíproca na convivência, mas ainda sem a necessidade de afeição. Os matrimônios eram coletivos com pouca margem ao ciúme e relações sexuais sem entraves (não havia noção de incesto). Tal estado foi chamado de “estado de promiscuidade”.

A passagem do ser humano para outros estados foi marcada pelas profundas transformações econômicas (transformação da natureza através do trabalho humano) e sociais (introdução de proibições de casamento, surgimento de subgrupos[19], decadência do matriarcalismo e ascensão do patriarcalismo). Para fins deste trabalho, é importante destacar que os grupos humanos passaram de um estágio de desenvolvimento no qual as relações eram simples, coesas (no sentido durkheimiano) e ligadas ao feminino para relações complexas, antagônicas e de caráter masculino (ENGELS, 1985).

Segundo Engels (1985), a revolução social – passagem do matriarcalismo para o patriarcalismo – ocorreu quando os grupos começaram a criar rebanhos e a produzir materiais excedentes: os meios de produção masculinos (como, por exemplo, a segurança de todos e dos produtos) passaram a ter grande importância para o grupo, influenciando-o a mudar as regras de aliança e herança com vistas à proteção dos bens.

A partir dessa revolução social, na qual os homens passam a ser proprietários dos bens coletivos, manifestaram-se: a) dominação masculina; b) monogamia feminina; c)

[19] Com as proibições de casamentos, surgiram dois grupos gerais: os que podem casar entre si e os que não podem casar entre si. A complexidade desta lógica ficará cada vez mais forte com o aumento da população: “Uma tribo divide-se em diversas gens, geralmente em duas; com o aumento da população, cada uma das gens primitivas divide-se em várias gens filhas, para as quais a gens-mãe persiste com fratria; a própria tribo subdivide-se em várias tribos, em cada uma das quais, na maioria dos casos, vamos entrar antigas gens; uma confederação, pelo menos em certos casos, une as tribos aparentadas” (ENGELS, 1985, p. 213).

primeira forma de divisão do trabalho (homem-mulher); d) primeiro antagonismo de classe (homem-mulher); e) primeira opressão de uma classe sobre a outra (homem sobre mulher) (ENGELS, 1985). É importante destacar que esta relação de potencial domínio de uma classe sobre a outra e a divisão sexual do trabalho ainda estão mais relacionados à espontaneidade da vida tribal. Neste sentido, essas novas características das relações sociais apenas influenciarão as bases da Revolução Industrial e o novo tipo de sociedade na qual emergirá a propriedade privada moderna.

Neste sentido, a teoria de Engels contribuiu para desnaturalizar o amor familiar, colocando-o como consequência das transformações sociais das organizações humanas. Monogamia, sensibilidade e o amor (ditos por Hegel como fundamentos naturais da família) são, assim, elementos recentes na história da família. É importante notar também que Hegel, Marx e Engels não consideram, em suas análises, questões relativas à criança e ao adolescente no contexto familiar, discutindo principalmente os cargos de chefia da família ou do grupo. Isso pode ser um indício de que não havia ainda nenhuma preocupação científica específica sobre o lugar de crianças e adolescentes no contexto histórico estudado, ficando à sombra da história do adulto.

No século XX, Claude Lévi-Strauss aprofundou algumas questões sobre família, introduzidas anteriormente por Morgan e Engels, trazendo as relações de parentesco definitivamente para o campo da cultura. Sua concepção confirma a desnaturalização do conceito amplamente difundido da unidade biológica (pai, mãe e filhos), acrescentando que a superação da unidade familiar consanguínea aliada à introdução das relações de casamento intergrupais são as principais responsáveis pela transição humana da natureza para a cultura. A família, assim, funda o social através da aliança entre grupos e o tabu do incesto[20] é a primeira regra por excelência, introduzindo o ser humano no mundo da cultura.

Os sistemas de parentesco, para Lévi-Strauss (2008), são formados pela combinação de três relações básicas: 1) relação de descendência, estabelecida entre pais e filhos; 2) relação de consanguinidade, constituída entre irmãos; e 3) relação de afinidade, formada através dos casamentos entre sujeitos de grupos sociais diferentes. Conforme variam os arranjos desses elementos básicos, constroem-se os modelos de relações de parentesco das diversas sociedades.

[20] O tabu do incesto também aparece em Engels como uma construção histórica.

A configuração de tipos familiares está intrinsecamente relacionada ao papel que a mulher ocupa no grupo. A mulher não é somente mulher. Ela é mãe, esposa, irmã, filha ou prima. Cada um desses tipos de parentesco pressupõe a relação dela com todos os outros membros do grupo, para os quais ela não é mãe, esposa, irmã, filha ou prima. “O mesmo se dá com todas as relações familiares, que se definem, simultaneamente, pelos indivíduos que englobam e também por aqueles que excluem” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 522). Ou seja, existe uma rede de relações sociais que une todos os membros do grupo em um sistema de parentesco. “A proibição do incesto é menos uma regra que proíbe casar-se com a mãe, a irmã ou a filha do que uma regra que obriga a dar a outrem a mãe, a irmã ou a filha. É a regra do dom por excelência” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 522).

O casamento torna-se, então, a construção de uma aliança intergrupal. Por isso, os vínculos de filiação e descendência podem diferir de uma sociedade para a outra e o filho não é necessariamente descendente do pai biológico. Nas sociedades unilaterais matrilineares, por exemplo, compreende-se o filho como descendente da família da mãe, sendo o pai apenas o marido da mãe. O filho está, neste modelo, fora da linha de descendência do pai e a autoridade está na figura do tio materno (aquele que entrega a mulher ao casamento). Já nas sociedades patrilineares, a autoridade sobre o filho concentra-se na figura paterna (aquele que recebe a mulher). Sendo assim, filiação não significa necessariamente relação de descendência. O parentesco, sentido abstrato da família, configura-se para além das relações de consanguinidade, pois tem a ver, antes de tudo, com a herança e sucessão de poder[21].

O princípio organizador do grupo é a proibição do incesto, a partir do qual se estabelecem alianças entre grupos sociais. É pela proibição da relação sexual entre pessoas de um mesmo grupo que se introduziria a necessidade de comunicação com outros grupos, através do casamento. Este, para Lévi-Strauss (2008), tem como base as relações de troca, cuja “moeda” é a mulher, e envolve três sujeitos: uma mulher e dois homens (aquele que a entrega e aquele que a recebe). O casamento e o tabu do incesto fundam, assim, o social, o primeiro criando alianças entre grupos e o segundo estabelecendo normas sobre as relações sexuais. A proibição do incesto, então, não estaria relacionada aos resultados genéticos negativos dos casamentos consanguíneos.

[21] Em Engels, esse poder é essencialmente econômico e visa à manutenção dos bens do grupo.

Nesta perspectiva, a proibição do incesto é universal (natureza) e sua definição está diretamente relacionada às definições de parentesco de cada sociedade (cultura). Os códigos de interdição dizem respeito aos interesses dos grupos – não dos indivíduos – e aparecem através de mitos, regras, símbolos muitas vezes passados de geração a geração e definem o que é legítimo e o que é proibido em uma dada sociedade.

> Assim, pois, a exogamia deve ser reconhecida como um elemento importante – sem dúvida como, de muito, o elemento mais importante – desse conjunto solene de manifestações que, contínua ou periodicamente, asseguram a integração das unidades parciais no interior do grupo total, e exigem a colaboração dos grupos estrangeiros. Tais são os banquetes, as festas, as cerimônias de diversas espécies que formam a trama da existência social. Mas a exogamia não é apenas uma manifestação incluída no meio de muitas outras, pois as festas e as cerimônias são periódicas e a maior parte delas correspondem a funções limitadas. A lei da exogamia, ao contrário, é onipresente, atua de maneira permanente e continua, e, ainda mais, refere-se a valores – as mulheres – que não os valores por excelência, tanto do ponto de vista biológico quanto do ponto de vista social, e sem os quais a vida não é possível, ou pelo menos fica reduzida às piores formas de abjeção. Não é portanto exagerado dizer que essa lei é o arquétipo de todas as outras manifestações com base na reciprocidade, que fornece a regra fundamental e imutável mantenedora da existência do grupo enquanto grupo (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 521-522).

Lévi-Strauss rompia assim com a teoria naturalista. Segundo ele, ao cometer um erro de interpretação sociológica quando não observa que as figuras da mãe, da irmã, da filha ou da prima são apenas papeis sociais, portanto construções, essa tendência baseada na biologia afirma que a proibição das relações sexuais incestuosas está diretamente relacionada ao instinto humano de repulsa a tal comportamento. Para defender essa concepção, os especialistas naturalistas utilizam, ainda na atualidade, investigações com animais primatas que também evitam relações incestuosas. Entretanto, tais estudos não explicam os significativos índices de comportamento incestuoso entre chimpanzés e outros mamíferos quando pais e filhos são separados no nascimento e voltam a se reunir posteriormente (RANGEL, 2009). Outro mito desconstruído pela teoria de Lévi-Strauss diz respeito aos problemas genéticos relativos aos filhos nascidos de relações incestuosas, pois os códigos de interdição, segundo ele, visavam antes de tudo obrigar a exogamia, não proibir a endogamia.

As teorias de Engels (1985) e Claude Lévi-Strauss (2008) em diálogo demonstram a importância do aprofundamento dos estudos sobre família. Ambos se aproximam quando falam que a família é uma instituição social, mas se distanciam quando falam sobre o papel social da restrição dos casamentos intragrupais e a passagem humana da fase animalizada para a cultural: Lévi-Strauss afirma que “a proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança” (LÉVI-

STRAUSS, 2008, p. 70) e, para Engels, essa passagem acontece quando o homem isolado, a fim de se defender mais facilmente dos perigos da floresta, se une a outros homens em uma ação comum, ou seja, o tabu do incesto viria depois da formação dos grupos sociais e relacionado à produção de excedentes.

De outro lado, clássicos da sociologia brasileira analisaram amplamente o perfil da família brasileira e as especificidades do convívio entre as etnias, sexos e idades. Gilberto Freyre (1969) afirmou que o modelo de família patriarcal confundia-se com a história da família brasileira. Casa grande e senzala eram juntas o principal palco das relações do sistema econômico, social e político durante o Período Colonial, influenciando decisivamente inclusive no ambiente urbano. Para Oliveira Viana (1987), a "família fazendeira" continuou a influenciar a educação moral dos brasileiros, que reproduzia a ideia de autoridade do patriarca. Segundo Frota e Osterne (2004), outros autores, em contrapartida, entenderam que a família patriarcal era dominante na constituição social, mas não única. Já Samara (1987) afirma que família do tipo patriarcal representava apenas uma pequena camada dos domicílios brasileiros durante Colônia e Império, influenciando apenas ideologicamente o conceito de família no Brasil.

> O modelo patriarcal de família, importado da metrópole, coexistia com grupos familiares originados do relacionamento muito comum entre homens brancos e índias ou negras. Como a maior parte dos portugueses que vinham para o Brasil tinham a intenção de retornar para Portugal, não traziam para cá suas famílias lá constituídas, e aqui acabavam por manterem relacionamentos dos quais resultavam filhos ilegítimos ou não reconhecidos (RANGEL 2009, p. 37).

Assim, a família patriarcal seria um dos muitos tipos de família vigentes na sociedade brasileira, atingindo apenas as camadas sociais agrárias mais ricas. Poucos eram os casamentos legítimos. "[A]s uniões consensuais permeavam a sociedade e contra isso de nada adiantavam as argumentações da Igreja e as ameaças de punição para aqueles que viviam em concubinato. E isso apenas para falar dos casos de conhecimento público" (SAMARA, 1987, p. 32).

Por sua vez, a antropóloga brasileira Eunice R. Durham (1983), em "Família e Reprodução humana" analisou as relações familiares levando em consideração aspectos naturais e culturais das sociedades humanas, associando ideias de Lévi-Strauss e questões mais contemporâneas como gênero e reprodução. Para ela, a configuração natural mais próxima do que se considera família é aquela formada por "uma mulher e sua prole imatura" e, embora haja contribuições importantes das características biológicas humanas do fenômeno família, a autora acredita que são os vínculos sociais – através de ideias,

sistemas e símbolos – que explicam a formação de grupos sociais estáveis e a natureza do casamento/dos sistemas de parentesco, regulados pela proibição do incesto. O tabu do incesto, então, constitui uma “criação cultural universal” (DURHAM, 1983, p. 21), como já afirmara Lévi-Strauss.

O modelo de família difundido culturalmente na sociedade ocidental ainda é o chamado “nuclear burguês”. Contudo, Durham (1983) afirma que existe uma variedade considerável de composições das unidades domésticas cujas exceções se equiparam numericamente às que obedecem as regras. Existem, por exemplo, o grupo doméstico (família ampliada, nuclear somada a outros parentes), família restrita (casais sem filhos, irmãos solteiros sem os pais) e família incompleta (matrifocais, formadas por mães e filhos, cuja presença do cônjuge-pai é temporária e instável). Além de outras composições ainda mais complexas (e tão frequentes quanto), resultantes de novos casamentos após separações “onde a relação do casal com seus próprios filhos, filhos dos outros casamentos de um ou de ambos os cônjuges e a relação entre esses diferentes filhos entre si podem dar origem a arranjos muito diversos” (DURHAM, 1983, p. 30).

Família é uma unidade social concreta formada pela articulação das relações de consanguinidade, afinidade e descendência. Tem relação com padrões mantidos para preservar a ordem na vida social. Família é maleável, mutável e uma síntese da realidade, não constituindo as exceções, a priori, contestações da regra. Por isso, apesar da grande variação dos arranjos familiares, as exceções não podem ser adotadas diretamente como indícios de falência ou transformação de um tipo mais aceito de família. “Regras culturais certamente modelam o comportamento, mas nunca o determinam de modo absoluto. Uma coisa é a regra; outra sua aplicação a casos específicos que nunca se enquadram completamente no modelo” (DURHAM, 1983, p. 31).

Posicionamentos e interpretações individuais também influenciam na construção dos conceitos de família. Assim, de acordo com os tipos de aliança e parentesco, é que as famílias tornam-se grupos constituídos por combinações diferentes, cujas variações dos arranjos podem ser constatadas empiricamente. Essa diversificação familiar em nossa sociedade transformou também as concepções de incesto. Os papeis materno, paterno e fraterno, por exemplo, começam a adquirir características que ultrapassam a determinação genética. Eis, no ambiente doméstico, a emergência das figuras do padrasto, da madrasta, dos meios-irmãos e dos enteados, todos regulados também oficial e culturalmente pela proibição do incesto.

Tal diversidade nos arranjos domésticos tem despertado três tipos de problemas sociológicos: “Em primeiro lugar, o das exceções ao modelo de família e o de sua elasticidade. De outro, a emergência de modelos alternativos. E finalmente o desaparecimento da instituição enquanto tal” (DURHAM, 1983, p. 30). Neste sentido, as transformações nos contextos familiares contemporâneos, e seus novos arranjos, tem suscitado grande interesse nas Ciências Sociais, inclusive quando associadas a práticas educativas violentas.

Atualmente, longe da ilusão de “família naturalmente feliz”, reconhece-se que os contextos familiares costumam ser violentos. Alguns grupos são considerados oficialmente mais vulneráveis como crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com dificuldades de locomoção e pessoas com deficiência mental (DAY et. al., 2003). Entretanto, mesmo nos estudos científicos, direta ou indiretamente, existe ainda uma pressuposição de que as famílias deveriam ser (ou seja, um conceito idealizado e positivo) um lugar de proteção de tais grupos. Assim, considero que, apesar das multiplicidades de formas e sentidos, o conceito hegemônico de família continua sendo baseado no tipo nuclear burguês, sendo os novos arranjos vistos socialmente como potencialmente problemáticos.

O contexto social analisado por Durham na década de 1980 foi o mesmo que intensificou os movimentos pelo reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito. Constituição Federal de 1988 e ECA inauguraram oficialmente essas novas concepções de infância e adolescência no Brasil. Legalmente, crianças e adolescentes deixaram de ser “objetos” passíveis da intervenção do Estado e da família para se tornarem “sujeitos” de direito, prioridade absoluta e destinatários de proteção integral contra toda forma de violência, crueldade ou opressão, sendo família, sociedade e poder público corresponsáveis pela garantia desses direitos.

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1989, Art. 227).

> Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECA, 1990, Art. 5°)

> A nova legislação, signatária da Doutrina da Proteção Integral, reconhece direitos à criança e ao adolescente, respeitando seu estágio de desenvolvimento. É uma das legislações mais avançadas do mundo, que pouco a pouco começa a ser implementada. É recente para a criança brasileira ter este *status* de *pessoa*, assim como para a população feminina que, no sec. XX, conquistou significativos espaços e também ônus sociais (DAY et al., 2003, p. 10).

Entretanto, apesar de existir uma legislação específica para garantir que menores de 18 anos sejam protegidos de toda ação prejudicial ao seu pleno desenvolvimento, uma parcela significativa de crianças e adolescentes ainda sofre em seu cotidiano algum tipo de violência, principalmente na família, nas escolas e em outros ambientes relacionados à sua vida afetiva. Estes comportamentos, que caminham na contramão da lei, estão diretamente relacionados à associação da menoridade com sua condição peculiar, sendo esta percebida como total incapacidade. Frases do tipo “criança não sabe de nada”, “ela vai apanhar para aprender”, “quando você crescer você vai saber” (todas amparadas pelos saberes médicos sobre o desenvolvimento infantil) reafirmam a antiga condição legal de “objetos de intervenção” e demonstram fragilidade na ideia de sujeito (protagonismo) trazida pelo ECA. Assim, crianças e adolescentes ainda ocupam lugares sociais dos “imaturos” e comumente estabelecem uma relação desigual com os adultos, especialmente quando estes são familiares.

No Brasil, a família constitui o principal agente de maus-tratos a crianças e adolescentes (DAY et. al., 2003) e isso fortalece a ideia de que a instituição estaria falida. Algumas explicações, observadas empiricamente, muitas vezes, associam problemas sociais graves (como altos índices de criminalidade e de consumo de drogas) à chamada desestrutura das famílias brasileiras na contemporaneidade. Entretanto, concordo com os antropólogos Durham (1983) e Velho (1987) quando eles afirmam que, apesar das profundas transformações ocorridas na família brasileira, não se pode falar em falência da instituição. Pelo contrário, a família ainda

> é uma instituição com um grau de estabilidade muito maior do que muitas vezes se supõe, ou seja, a família, por definição é uma instituição que organiza a sociedade. Nela, há uma certa estabilidade; a família e sua inserção no universo do parentesco não mudam tanto e tão velozmente (VELHO, 1987, 85).

Em sua pluralidade, a família desempenha papel fundamental no desenvolvimento e potencialização das subjetividades e a relação destas com a estrutura social (VELHO, 1987). É preciso estar atento a obrigações e afinidades mútuas, a sensos e contrassensos e a distanciamentos e aproximações que unem os indivíduos em contexto dito familiar. Este pode ser formado por parentesco, afinidade e/ou aliança. Assim, nesta

dissertação, o conceito de família já prevê a miscelânea de sentidos e significados teóricos e empíricos, tendo como parâmetro comparativo o tipo nuclear burguês.

3.1.2 A concepção de família entre jovens que sofreram abuso sexual incestuoso na infância

João é um jovem de 19 anos, ex-aluno do PVV e foi contratado como colaborador de uma cooperativa ligada ao SESI. Quando nos encontramos, ele vestia uma camisa xadrez azul e calça jeans. Usava como acessórios: cinto, relógio e anel prateado. É vaidoso e desinibido. Tem a pele negra, corpo longilíneo e cabelos escuros, crespos e brilhosos. Demonstrou simpatia desde o primeiro instante. Sorridente, cumprimentou-me com um aperto de mão. Fomos encaminhados à sala de atendimento individual do PVV para a entrevista.

Conheci-o no dia 16 de janeiro de 2012, quando fomos apresentados pela assistente social do PVV. Sozinhos, ele permaneceu em silêncio enquanto eu preparava meu material de trabalho. Não tardei em apresentar meus objetivos de pesquisa, bem como a metodologia. Demonstrando interesse e atenção, escutou silenciosamente todas as informações até eu falar sobre o sigilo de sua identidade. Imediatamente, João me interrompeu e perguntou se era realmente necessário que seu nome não aparecesse. Expliquei-lhe a não obrigatoriedade da omissão dos dados pessoais (por ser maior de 18 anos), mas também possíveis implicações advindas da divulgação de sua identidade. Ele insistiu para que o identificasse no trabalho e concluiu dizendo que não tem vergonha de sua história nem medo das repercussões: *"não cometi crime nenhum"*, disse ele. Diante de seu pedido, minha posição inicial foi de manter o nome verdadeiro dele por entender que seria uma demonstração de respeito à sua vontade. Entretanto, existem problemas de ordem legal que poderiam nos trazer prejuízos futuramente, já que não tenho em mãos nenhum documento escrito que exponha a autorização do jovem. Assim, João é um nome fictício.

Ao iniciarmos a conversa, pedi a João que me contasse a história de sua vida sem precisar se preocupar com esquecimentos, ordem dos fatos ou repetições. Minha ideia era lhe dar apenas um ponto de partida para que ele mesmo escolhesse como contar sua história, pois como afirmou Kofes (1994), no exercício de rememorar, os entrevistados escolhem, inconsciente ou conscientemente, o que revelar e omitir de acordo com os movimentos de lembranças e esquecimentos. "Mentiras, esquecimentos e silenciamentos

são, neste contexto, tão importantes quanto os fatos como realmente aconteceram" (PINHO, 2012, p. 13), por se tratarem de estratégias acionadas pelo jovem para interagir com suas vivências. Foram dois encontros com João, totalizando quase quatro horas de conversa, sendo o segundo na tarde do dia 20 de janeiro de 2012. Os procedimentos metodológicos foram semelhantes, com vistas em perceber repetições e novas lembranças.

O jovem contou sua história destacando uma vida marcada pela violência:

> *Eu tive uma infância um pouco conturbada. [...] Minha mãe contava pra mim que meu pai nunca gostou de mim, desde quando era pequenininho. Ele queria que eu fosse uma menina, que nascesse uma menina [...]. Quando eu nasci, meu pai foi me visitar, né, e trouxe a primeira roupa do bebê [...] e ele foi, olhou pro berçário e disse que quem nasceu não foi homem, quem nasceu foi um baitola. [...] Na época que minha mãe morava com a minha avó, o meu pai ia namorar com ela, aí, [ele] ficava olhando [para mim]... ficava dizendo que não gostava de mim, que minha mãe me encontrou no lixo, dentro de um saco de lixo, e também dizia que ia pro Maranhão (porque ele era lá de Maranhão) dizia que ia pro Maranhão e que ia me deixar e só ia levar meu irmão. Aí eu ia chorando pra minha avó, e a minha avó foi que me dava força. [...] Aí pronto, né? Depois de tudo isso, meu pai voltou novamente a morar com a minha mãe. Foi num dia que teve um espancamento forte, né? Meu irmão tava brincando em cima da rede, meu pai tava deitado na cama embaixo. Aí o meu irmão caiu por cima do meu pai. E eu tava no chão. Aí meu pai levantou, olhou pra mim e pro meu irmão, e pegou um pau, uma estaca e tacou nas minhas costas. Ele tacou várias vezes, que ficou a marca, que sangrou.*

No trecho da entrevista transcrito acima, é possível perceber uma mistura de lembranças, algumas relacionadas às narrativas de outras pessoas sobre um tempo que João não tem recordações (gravidez e tenra infância) e outras contando vivências retidas na memória de sua infância. Os elementos trazidos já foram elaborados em outras situações – seja com familiares, amigos, colegas de trabalho, psicoterapeuta, advogados, polícia, juíza – pois, em algum momento, João já foi levado a falar de si e de seu passado. Eis uma característica das entrevistas com abordagem biográfica: "a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo" (BOSI, 2007, p. 54). Neste sentido, o ato de rememorar é mediado pelas vivências sociais experimentadas pelos indivíduos, e as seleções de atributos pessoais e de lembranças são relacionadas aos exercícios anteriores de recordar (LAHIRE, 2004). João utiliza recordações, portanto, para dar sentido às relações estabelecidas na sua família.

> Assim como a problemática (necessariamente limitada) do pesquisador, a problemática pessoal (ignorada enquanto tal) promovida pelo entrevistado conserva e rejeita, tematiza e anula. Essa construção verbal pessoal raras vezes é totalmente ilusória ou fantasiosa. Ela é o produto de um trabalho de narração (e às vezes, de quase teorização) baseado na auto-observação e na observação de si pelos outros (LAHIRE, 2004, p. 315).

João destacou, nos dois encontros, a violência familiar praticada contra ele, sem haver muitas modificações de uma entrevista para outra no que tange aos fatos selecionados (e suas sequências). É perceptível apenas um aprofundamento das descrições e explicações dentro do alinhamento de uma narrativa sobre sua vida, o que reforça a tese de que ele passou por um (ou vários) processo reflexivo anterior sobre suas experiências. As recorrências são, nos termos de Lahire (2004), "chaves de compreensão" de sua vida, através das quais traz pistas sobre sua personalidade e o assunto que pretendia aprofundar. Ele demarcou sua identidade através das comparações que fez de si com membros de sua família como, por exemplo, ao se dizer parecido psicológica e fisicamente com mãe ou se colocar como o filho mais responsável em detrimento do mais velho ou ainda se eleger a pessoa mais alegre da família mesmo com os problemas que vivenciou. O jovem traz uma aparente coerência narrativa que vai se desconstruindo na medida em que aprofundamos as análises sobre sua trajetória.

Maus-tratos como aqueles narrados por João, e transcritos anteriormente, revelam que a convivência familiar pode não ser tão segura quanto se imagina. O jovem é o segundo de três irmãos, nunca teve casa própria e já viveu em vários bairros de Fortaleza: *"vivia com a minha mãe que vivia se mudando, ela mudava constantemente, né? A gente nunca encontrava um lugar fixo"*, disse ele. As incertezas sobre uma localização espacial da família, a que comumente chamamos de casa, permeiam a narrativa do jovem. Mas apesar das diversas mudanças, os espaços físicos em que sua mãe morou foram sempre chamados por ele de *"minha casa"*, mesmo quando o próprio jovem não morava com ela. Seu grupo familiar restrito (pais e irmãos) raramente se mantinha junto no mesmo espaço físico por muito tempo: os pais acabaram e retomaram o casamento diversas vezes e João morou com a avó por algum tempo. O pai, devido à falta de casa própria, instabilidade matrimonial e o alcoolismo, era uma figura instável na família. Já os irmãos de João praticamente não aparecem nas narrativas, o que pode significar também uma frouxidão nos vínculos fraternos. O comportamento familiar descrito pelo jovem vai de encontro à ideia de família baseada no modelo burguês, no qual pais e filhos se mantêm juntos em uma casa, e se aproxima do que Dias (s.d) chamou de "família monoparental" ou Durham (1983) de "família incompleta", sendo sua mãe a figura mais estável do grupo. Há uma ideia de incompletude na narrativa de João: para ele, sua família teria problemas estruturais pela falta de alguns componentes que seriam essenciais.

> ***Irlena:*** *Pra ti, o que é família?*
> ***João:*** *Família. Eu queria uma família estruturada.*
> ***Irlena:*** *O que seria família estruturada?*
> ***João:*** *Meu pai, minha mãe, meu irmão dentro da minha casa. A gente morando junto. Sem brigas. Sem ter acontecido o que ocorreu na minha vida, né? É esse*

> *tipo de família. Todo mundo feliz, todo mundo... Mesmo com as dificuldades, nunca desistindo de nada. É essa visão que eu tenho de uma família.*
> ***Irlena:*** *Diante dessa tua visão de família, tu acha que teve família?*
> ***João:*** *Não. Não. Porque minha mãe nunca me escutou, meu pai nunca gostou de mim, meu irmão nunca gostou de mim, meus tios vivem brigando comigo, a única pessoa que ainda eu considero como minha família é só minha avó. Porque até meu vô que, agora recentemente faleceu, ele também às vezes ele pegava duro comigo, rígido, era muito rígido. A questão não é passar a mão na cabeça: "Ah, meu netinho, vou cuidar do meu netinho." Não é isso. A questão é ela saber me escutar, mesmo às vezes... Porque ela é do tipo da pessoa que vem do interior. Ela é muito rústica, entendeu? Às vezes ela tem uns pensamentos diferentes do nosso, de hoje, da atualidade. Mas, mesmo assim, ela sabe me escutar; D'eu chegar pra ela e conversar, me aconselhar direito, o que eu devo fazer ou não. Acho que minha avó foi mãe, pai, é... irmão... tudo... tio... tudo.*
> ***Irlena:*** *Então, as figuras familiares estão todas na tua avó?*
> ***João:*** *É isso.*

Família estruturada, para João, diz respeito a pessoas vinculadas por laços genéticos e afetivos vivendo na mesma casa. Aqui também emerge a ideia de família como ambiente seguro, no qual se aprende através do aconselhamento. Trata-se de um conceito que se aproxima do modelo burguês (*"Meu pai, minha mãe, meu irmão dentro da minha casa. A gente morando junto"*), aliando-o à ideia de naturalização do amor familiar. Ao mesmo tempo, diante de suas experiências, ele afirma que os grupos familiares não são estáveis, admitindo a possibilidade do conflito entre seus membros (*"Mesmo com as dificuldades, nunca desistindo de nada"*). Neste sentido, ele traz em seu discurso as contradições entre as experiências de uma família real (a que ele vivencia, com brigas, separações e falta de amor) e a vontade de uma família ideal (aquela sem brigas, com amor, sem violência e todos juntos na mesma casa), sendo sua avó materna aquela que foi/é capaz de agregar tais vivências e idealizações (ela foi/é *"tudo"*). A família descrita pelo jovem demonstra que não existe um tipo fixo (ou mesmo algum tido como correto ou ideal) de grupo familiar, rejeitando o *"tipo de família"* que ele vivencia. Camila também falou sobre isso.

> *Pai, pra mim... É como uma mãe também... É também proteger, ajudar, é passar um carinho [...] Eu acho que meu pai é isso. Meu pai, se eu sair... Se eu passar dias e dias sem falar com ele, quando eu to com raiva dele... Se a gente brigar e tal... Se eu ficar sem falar com ele, ele ficava chorando. Na época que eu fui embora [para o Paraná], ele ficou quase em depressão, chorava todo dia [...] Isso me doía muito. Porque sempre, sempre, eu deixei de lado meu pai, sempre. Sempre eu escolhia... Botei em primeiro na minha vida a minha mãe. E ela achava o contrário. Ela achava que eu gostava mais dele. Mas ela não via as coisas que eu já fiz por ela. Já larguei uma vida toda por causa dela. E ela num... Não sabe dizer assim: "a minha filha fez isso e isso por mim". Porque não é fácil pra você ir atrás de uma pessoa que você sabe que tem um certo desprezo... Que tem um amor, mas não sabe demonstrar. Eu queria só que ela abrisse a boca e dissesse... Não dissesse assim: "ah, vou construir um altar pra ti". Não. Só queria que ela me agradecesse como muitas vezes já agradeci a ela. Só basta reconhecer. Porque a filha do Antônio... Ah, minha filha, a filha do Antônio... A Francisca, eu não tenho raiva da minha irmã [...] A Francisca é tudo pra ela. A Francisca é o anjo dela. E isso me magoa. [...] Depois que Antônio apareceu na vida dela, ela mudou muito, muito, muito mesmo.*

Quando João fala sobre sua família, ele a descreve categorizando seus componentes. Cada indivíduo ocupa um lugar social definido de acordo com o papel que desempenha em sua vida. São as principais figuras descritas na narrativa do jovem: a mãe; o pai; o irmão; a avó; os tios e a família paterna. Alguns desses componentes referem-se a uma identidade coletiva como *"tios"* e *"família paterna"*, cujos indivíduos não aparecem em sua fala. Uma ausência se fez presente: a irmã, não nominada, que só foi citada uma vez quando João foi contar os membros de sua família. O amor não é citado pelo jovem como principal laço que os une. É a avó materna que assume esse papel e, na casa dela, todos se encontram.

João identifica essa avó como a *"matriarca da família"*: a pessoa mais respeitada. Sempre que acha necessário, ela promove reuniões de família, as quais acontecem em sua casa. Todos respeitam e, muitas vezes, seguem suas orientações. O jovem a considera uma mulher antiga do interior que tem ideias ultrapassadas; sendo ele, em contraste, o moderno da relação: "*Ela é muito rústica, entendeu? Às vezes ela tem uns pensamentos diferentes do nosso, de hoje, da atualidade"*. Ao mesmo tempo, ela é referida como a única pessoa da família que respeita as opiniões dele, mesmo quando não concorda: *"ela sabia, assim, conversar comigo".* Os outros três avós praticamente não aparecem na narrativa do jovem. Assim, ao falar em "avó", João estava se referindo a uma pessoa específica e quando precisou falar sobre os outros avós sempre colocou um adjetivo para diferenciá-los dela (avó paterna; avô paterno; avô materno).

A afinidade entre João e sua avó sempre era um contraponto usado pelo jovem para falar sobre os relacionamentos entre ele, sua mãe e seu irmão. O jovem explica o distanciamento que tem da mãe a partir da aproximação que estabeleceu com a avó (*"A minha mãe nunca foi por mim. Porque... eu sempre tive minha criação com a minha avó"*) e da relação entre sua mãe e irmão (*"Minha mãe e meu irmão é... é amor, né? Porque minha mãe ama o meu irmão. Ela prefere mil vezes o meu irmão do que eu"*). João traz outras explicações também:

> *E também a minha avó é a matriarca da família, né? Ela que manda tudo, ela desmanda tudo. Ela faz o que ela quer. E a minha avó, ela sempre foi por mim, né? Pelo fato d'eu ser mais apegado a ela e tudo mais. E pelo fato também de... Eu sou muito estudioso. Eu era... porque eu antigamente... antigamente, né? Agora não sou tanto. Mas antigamente eu era muito estudioso. Todo dia eu ia à escola. A minha avó fazia de tudo pra me dar o que eu queria, né? Mas eu também dava orgulho a ela: eu estudava, tirava boas notas. [...] Mas eu sempre dei orgulho a minha avó. Por isso que eu não sou tão apegado a minha mãe e ela não gosta tanto de mim. Acho que é por causa disso, né? E meu irmão tem inveja de mim porque a minha avó gosta mais de mim do que dele* [...] *Já o meu irmão*

> *não era tão interessado. Ele não estudava. Não gostava de estudar. Ele não ia pra escola. Ele vivia no meio da rua, no meio da rua, brincando. Fazendo o que não presta.*

Como já foi explicitado neste capítulo, a família passou por profundas transformações ao longo do século XX no ocidente. Diminuição da fecundidade, diminuição no número de casamentos, aumento no número de divórcios, luta pela igualdade entre os sexos, instituição dos direitos de crianças e adolescentes e aumento da expectativa de vida trouxeram contribuições importantes para novos arranjos familiares e favoreceram cada vez mais as convivências intergeracionais. Tornou-se comum, principalmente nas camadas populares brasileiras, a participação de avós e bisavós no cuidado e criação dos netos (PEIXOTO, 2000).

> [A] coabitação com a geração mais velha é um fenômeno banal nas camadas populares brasileiras. As pensões de aposentadoria são muito baixas e o sistema de assistência social – assistência médica e serviços hospitalares - é precário, incapaz de assistir adequadamente essa população. Assim após a aposentadoria ou a viuvez, em geral os avós passam a viver na casa de um dos filhos ou se são proprietários, um dos filhos(as) divorciados(as) retornam à casa dos pais, solicitando uma ajuda para criar seus filhos, pois no Brasil não existe nenhum tipo de prestação social nem um amplo sistema de assistência social de crecher e/ou babás credenciadas pelo setor público, como na França (PEIXOTO, 2000, p. 99).

Os avós têm/tiveram papel fundamental na vida de, pelo menos, três dos jovens entrevistados para esta dissertação. Camila foi morar com os avós paternos após a separação de seus pais porque sua mãe não poderia trabalhar e cuidar das duas filhas. Maria se mudou, ao lado de sua mãe, pra casa da avó materna quando denunciou, à polícia, os abusos sexuais perpetrados pelo pai. Já João, personagem com quem vimos dialogando neste capítulo, desde muito pequeno vem tendo sua avó materna como um refúgio diante da relação conturbada que mantém com seus pais e irmãos. Destaco aqui, então, as avós (mulheres) como figuras essenciais, assim como os pais, para se entender as relações familiares vivenciadas por nossos personagens.

É no jogo de preferências familiares que João explica a afinidade que tem com a avó e seu distanciamento da mãe. Geralmente, as preferências[22] não são confessadas nem por pais nem avós. As diferenças nos tratamentos dispensados a filhos ou netos são justificadas pelas características individuais dos mais jovens (acessível-arredio, carinhoso-seco, simpático-antipático, estudioso-preguiçoso), sendo essa "eleição afetiva" construída ao longo da infância dos netos (PEIXOTO, 2000). É no estabelecimento das afinidades que

[22] "As relações afetivas entre avós e netos emergem nos anos 1930, quando os primeiros se tornam auxiliares dos pais na socialização das crianças. Os laços entre avós e netos se tecem pouco a pouco e surgem as preferências, como, aliás, nas relações entre pais e filhos" (PEIXOTO, 2000, p. 98).

aproximações e distanciamentos entre os membros da família vão se moldando. São constituídas hierarquias e disputas pelo poder. No trecho anterior, por exemplo, João se compara ao irmão para explicar a distribuição de poderes na família e se coloca como membro privilegiado, em detrimento do irmão, por estar sob a proteção da avó. Para legitimar essa hierarquia, ele utiliza as características pessoais (ser estudioso e não ser estudioso; fazer o que presta e fazer o que não presta; ir para a escola e ficar na rua) que julga diferenciá-lo positivamente do irmão.

Em seus estudos, Peixoto (2000, p. 100) percebeu que as predileções de avós por alguns netos não se criam espontaneamente. Elas são construídas ao longo do tempo e com o desenrolar das relações. Muitas vezes, acontece da proximidade avô-neto iniciar na infância e interromper quando os netos crescem. A adolescência é destacada como uma fase de crise na família, na qual o jovem pode mudar seus padrões de aproximação e distanciamento dos membros da família, a depender dos fatos vivenciados. Nossa personagem Maria, por exemplo, distanciou-se da avó materna durante a adolescência porque entendeu que esta – ao vê-la sorrir e fazer novos amigos – passou a acreditar que a história de abuso era uma mentira inventada pela menina (*"a minha avó, ela falou muita coisa comigo, me expulsou de casa, falou várias coisas... só que ela disse que depois que aconteceu isso eu só chorei dois dias... Ela queria que eu tivesse chorando todo dia"*). Assim, linguagens e acontecimentos influenciam na formação ou rompimento de laços. A frequência com que avós e netos se encontram também é um fator importante, além das trocas de presentes e serviços.

As preferências também aparecem em outras entrevistas, quando os jovens analisam suas relações familiares e explicam aproximações e distanciamentos entre membros. Camila chorou ao falar sobre a preferência da mãe pela irmã mais nova, filha do segundo casamento (*"É tudo pra ela"*; *"É tudo pros filhos dele"*). Já a história de Maria destaca mais um fator determinante: ao afirmar que seu pai prefere o irmão por ele ser homem e ela mulher (*"Ele é homem... ele pode tudo. Eu não posso nada. Era diferente pelo fato dele ser homem. Não sei se ele fosse mulher, se ele teria a mesma coisa"*), a jovem faz emergir a influência das questões de gênero na distribuição de poderes na família.

Enquanto João, neto preferido da avó, se descreve como estudioso e obediente, o filho preferido da mãe e primogênito (José) da família é descrito como *"grosso", "estúpido" "chato", "egoísta", "arrogante", "vagabundo"*, que se recusa a trabalhar e gasta todo o dinheiro da mãe. Antes de presenciar o pai abusando sexualmente do irmão, José nutria

verdadeira adoração por ele, inclusive espelhando-se nos modos de vestir-se e portar-se. Após a denúncia, o rapaz rompeu com o pai e continua mantendo uma relação conturbada com seu irmão, João. São dois os motivos apontados pelo entrevistado para as discussões com seu irmão: sua aproximação com a avó e sua orientação sexual (homossexualidade). João se coloca, assim, como incompreendido pelo irmão e vítima de seu preconceito. Não aceita a rejeição dos pais e, ao se comparar com o irmão, afirma que espera o dia em que sua mãe sentirá orgulho dele em detrimento do irmão:

> *Então, ela* [mãe] *sempre foi por ele* [irmão]*. Sempre gostou dele, eu não posso fazer nada. Como eu já falei pra ela. Já falei pra ela e já falei pra todo mundo da família: "Um dia, ela ainda vai quebrar a cara! Porque o filho que vai dar orgulho a ela sou eu, não ele!" Porque ele não procura nada nessa vida e eu procuro fazer isso.*

O jovem indica também que seu irmão se assemelha muito ao pai, o que os afasta ainda mais:

> *Porque assim... ele pegou tudo do meu pai. Porque meu pai, ele é ganancioso, ele é arrogante, ele é ignorante, ele é chato, né? Aí, até o jeitão dele, assim, o jeitão dele assim. Porque o meu pai é altão, meu irmão é altão também. Só gosta de andar de calça, meu pai também só anda de calça. Tudo, tudo, tudo do pai ele pegou. Já eu não. Peguei da minha mãe. Minha mãe... o pessoal disse que eu sou a fotocópia da minha mãe. Até as cicatrizes que eu tenho... Que eu tenho na sobrancelha, uma aqui no ombro, até as cicatrizes são as mesmas. O sorriso também é o mesmo. Aí todo mundo, todo mundo vive dizendo. A simplicidade. A mãe é uma pessoa simples e eu também peguei isso dela. Tagarela, ela fala também demais e eu também. Não tem vergonha das coisas. Tudo, tudo, tudo, da minha mãe eu peguei. Já ele, o meu irmão pegou por parte do meu pai.*

João afirma que sua mãe tem *"problemas psicológicos"* sobre os quais ele não sabe explicar. Ela é descrita como uma figura querida, mas ausente e omissa. O rapaz refere-se a ela como alguém alegre, falante e inteligente. Descreve a mãe como alguém muito parecido com ele (*"todo mundo diz que ela é a minha fotocópia"*), inclusive nas cicatrizes do rosto e do cotovelo. Mas, apesar de parecidos, o jovem afirma que eles não são próximos, pois ela seria mais apegada ao filho mais velho. Seus recursos financeiros provêm da aposentadoria, da pensão alimentícia dada mensalmente pelo ex-marido e da bolsa-família. Ela tem três filhos, uma adolescente e dois rapazes maiores de idade, e todos do mesmo pai.

O jovem contou sobre abusos sexuais sofridos duas vezes para sua mãe: na primeira vez, a informação foi tratada como mentira; já a segunda desencadeou um processo de adoecimento psíquico na mãe. Sem apoio, a paz do jovem era sempre associada às separações dos pais, quando seu agressor saía de casa e não tinha mais como molestá-lo. As voltas do casamento eram vistas com pavor, já que toda a violência

recomeçaria. Por anos, João viu o casamento dos pais passar por inúmeras idas e vindas e somente após a denúncia houve a separação definitiva.

> *Mas eu fui crescendo e me desenvolvendo. Foi aí que eu tentei conversar com a minha mãe sobre o que tá acontecendo, tava acontecendo, né? E a minha mãe não acreditou. Logo no começo ela disse que era mentira, que num sei o que, que num sei o que. E a minha mãe sofre problema psicológico. E eu lembro que quando eu falei isso ela ficou muito abalada. E ela acabou se perturbando. Eu tentei falar uma vez, a segunda vez aconteceu isso. Acabou se perturbando. Aí eu também não quis mais tocar no assunto porque eu não queria que ela se perturbasse novamente, né?*

A mãe de João passou alguns meses completamente alheia à realidade, passando a agir como se fosse uma criança. Voltou a brincar de boneca e não reconhecia os filhos. Naquela época, o jovem estava adentrando a adolescência e sentiu-se culpado pelo que aconteceu com sua mãe. Quando esta melhorou, ele resolveu não tocar mais no assunto para não vê-la adoecer novamente e a cortina de silêncio foi mantida por mais alguns anos.

O silêncio da mãe de João condiz com o padrão observado por especialistas nas reações maternas diante da informação de que seus filhos são vítimas de abuso sexual incestuoso: geralmente as mães ignoram a revelação, se valendo da ideia ainda socialmente difundida de que a criança é mentirosa ou está fantasiando (RANGEL, 2009). O “não acreditar” é uma tentativa de não aceitar a possibilidade de que o inadmissível esteja acontecendo com elas, seja para proteger a honra de sua família ou mesmo a do marido. “Não acreditar” também demonstra uma sensação de fracasso nessas mães-mulheres, o que pode ter desencadeado, por exemplo, os problemas psicológicos da mãe de João. Assim, a manutenção do silêncio – e outras formas de “controle das narrativas” – é um “comportamento culturalmente apropriado”, bem como um equilíbrio das “questões de honra e vergonha” na família (DAS, 1999).

Apesar de menor número, há mães que acreditam nos filhos quando estes revelam o abuso sofrido. Dentre elas, algumas denunciam seus maridos à polícia, como foi o caso da mãe de Maria, e outras se separaram para evitar novos abusos sem qualquer pretensão de que o segredo venha à tona, a exemplo da mãe de Rebeca. De qualquer forma, a figura materna é um ponto essencial para se compreender as dinâmicas familiares em casos de abuso sexual incestuoso, pois tanto tem o poder de reforçar as violências como de rompê-las.

Outra figura central nos casos de abuso sexual incestuoso é o pai, que direta ou indiretamente é o agressor. Dos cinco jovens entrevistados, quatro foram abusados pelos pais biológicos. E, apesar deste ser um dado quantitativamente insignificante, rompe com a falsa ideia de que os padrastos são os únicos agressores de meninas e meninos. Uma jovem foi abusada por seu padrasto. Destaco este caso porque, diferente dos outros quatro, aqui o pai foi a figura protetora da criança, já que ele acolheu sua filha e denunciou o agressor à polícia, enquanto a mãe resolveu fugir com o atual marido. Neste sentido, é interessante observar que os papeis familiares se diferenciam a depender da história contada.

João descreve seu pai como um homem grande, alto, forte, que sempre usa calça. Sempre foi uma presença instável na família. É alcoolista e mantinha um casamento conturbado com a ex-mulher, mãe de João. Certa vez, quando ela estava grávida de João, ele foi flagrado na cama com um homem. Ainda durante essa gravidez, sempre se referia ao bebê como se fosse uma menina. Quando o menino nasceu, ficou raivoso e *"disse que quem nasceu não foi homem, quem nasceu foi um baitola"*. Espancou, humilhou e abusou sexualmente de João por anos, sendo a última vez um estupro presenciado pelo filho mais velho. Foi quando toda a família ficou sabendo, fez uma "reunião" e decidiu denunciar.

Dificilmente um pai abusador deixa transparecer sua face. A violência sexual intrafamiliar facilmente é mantida no âmbito do segredo. Para abusar de João, seu pai criava estratégias de controle dos corpos dos membros da família (incentivava esposa e filho mais velho a sair de casa dando alguma desculpa e convencia de que o melhor lugar para um menino como João seria ficar com o pai para aprender o ofício de relojoeiro), sozinho com o menino, o homem trancava portas e janelas de forma que ninguém soubesse que havia alguém em casa, e convencia o menino que era mais seguro para todos manter o segredo. Todos esses cuidados influenciaram a descrença das pessoas diante da denúncia de João. Assim, a face pública de um agressor sexual geralmente denota uma ideia de bom homem: a boa reputação é sua melhor defesa na justiça.

Homossexual assumido, João foi *"junto"* duas vezes: *"Passei dois meses junto, antes de completar 18. E depois passei 1 ano, quase 1 ano. Aí agora me separei".* Recentemente, foi expulso da casa da mãe pelo irmão e o motivo seria exatamente a homossexualidade. *"O meu irmão não gosta pela minha opção". "Porque eu tinha a casa da minha mãe, mas a minha mãe junto com meu irmão... não, minha mãe não. Meu irmão me expulsou de dentro da casa dela. E a minha mãe ficou calada. Eu olhei pra ela e eu disse*

assim: quem cala consente". Omissa, a mãe não teve coragem de interferir na briga dos filhos e João foi acolhido pela avó materna, onde mora até hoje. *"Eu tenho uns tios que* não gostam de mim". Vive brigando com os tios porque, segundo eles, João é "atrevido" e sempre *"tem a resposta na ponta da língua".*

Da família paterna, João pouco fala. Quando criança, ele fazia visitas regulares à mãe de seu pai*, "porque minha mãe gosta de constantemente tá indo pra casa dela, nos finais de semana"*. Foi em um desses dias que ocorreu o primeiro e de uma série de abusos sexuais perpetrados pelo pai. Ao resgatar suas lembranças de infância, só refere-se à família paterna nessas duas situações descritas. Entretanto, infere posteriormente que, após a denúncia, foi chamado de *"mentiroso"* e *"veado incubado*" pela *"família paterna"*. Por isso, o jovem diz não ter mais qualquer tipo de contato com os parentes de seu pai, o que pode explicar as poucas referências feitas por ele aos membros dessa parte da família.

3.2 Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes

3.2.1 Tipos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes

A forma mais comum de maus-tratos é a física. Ocorre quando são praticados atos intencionais que produzam dor, desconforto ou lesões corporais como, por exemplo, bater, morder, queimar, sacudir, chutar e socar. "Os pais ou responsáveis podem não ter tido a intenção de machucar a criança; na verdade, o dano pode ser resultante de excessos disciplinares ou punição física" (NIC, 2000 apud GONÇALVES, 2003, p. 157). Na maioria das vezes, o abuso físico deixa marcas, sendo, portanto o tipo de violência de maior visibilidade e de mais fácil diagnóstico. O grau da violência física varia de tapas e beliscões até agressões que conduzem à morte. Algumas marcas são recorrentes nesse tipo de abuso: hematomas, escoriações, lacerações, contusões e queimaduras. "Lesões na pele e mucosas são as marcas corporais mais comumente associadas às práticas de abuso físico contra crianças e adolescentes" (GONÇALVES, 2003, p. 157).

Algumas ações têm sido realizadas na tentativa de coibir, cada vez mais, os castigos corporais na educação de crianças e adolescentes. "Lei da Palmada" é como ficou conhecido o projeto de Lei 7.672, de 2010, cujo objetivo é proibir o uso de castigos corporais e tratamentos cruéis (ou degradantes) na educação de crianças e adolescentes. Ao ser apresentada no Congresso Nacional, gerou polêmica por ir de encontro a práticas culturalmente aceitas aplicadas na educação de crianças e adolescentes pelos pais (castigo

físico). Apesar de polêmica, em dezembro de 2011, uma Comissão Especial da Câmara de Deputados aprovou por unanimidade o parecer apresentado pela relatora do Projeto de Lei. Entretanto, após um ano, na prática o assunto não recebeu nenhuma atenção dos órgãos públicos nem da imprensa. Os castigos físicos utilizados sob a justificativa da educação infantil ainda são aceitos socialmente. Neste sentido, a violência no âmbito familiar mantém-se relevada pelas pessoas e marcada pela impunidade (MACIEL, 2012).

Por seu turno, a violência psicológica envolve atitudes de pais ou responsáveis que causam em crianças/adolescentes danos psicológicos, cognitivos, comportamentais ou mentais. Ela está diretamente relacionada ao processo de construção da identidade daquela pessoa ainda em formação. É toda forma de ameaça, rejeição, discriminação, depreciação e/ou desrespeito dos responsáveis em relação aos filhos. Diante da violência emocional ou psicológica, crianças e adolescentes tem sua autoestima atingida. Alguns pequenos atos são considerados violentos como, por exemplo, trancar a criança em um quarto escuro, humilhá-la, depreciá-la, rejeitá-la ou puni-la com agressões verbais e cobranças exageradas. É um tipo de violência bastante frequente, mas pouco denunciada exatamente pela dificuldade de se provar (GONÇALVES, 2003). Tem como característica também estar presente nas outras formas de violência, pois os abusos físicos, sexuais e negligenciais estão sempre acompanhados de negações, humilhações e ameaças.

A negligência se caracteriza pela recusa direta ou indireta de cuidar da criança ou do adolescente. Essa negligência pode ser um abandono propriamente dito; a recusa ou postergação de buscar cuidados de saúde; negar proteção a alterações climáticas; deixar de oferecer alimentação, medicamentos, cuidados de higiene, vestimentas e educação; não matricular os filhos na escola; deixar de atender às necessidades afetivas de crianças/adolescentes; a expulsão do lar ou a recusa de permissão de retorno ao lar; deixar a criança sozinha e sem cuidados por longos períodos; falta de suporte emocional, afetivo e atenção; exposição a um ambiente doméstico violento; permissão para o uso de álcool ou outras drogas; permissão/encorajamento para crimes; omissão quando a criança/adolescentes sofre algum tipo de violência.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde-OPAS (OPS, 2003), a violência sexual é todo ato sexual, tentativa de consumar um ato sexual ou comentário/insinuações sexuais não desejados; atitudes para comercializar ou utilizar a sexualidade de uma pessoa mediante coação por outra, independentemente da relação do agressor com a vítima. A coação pode ser em nível de força física, intimidação psíquica e

extorsão. Caracteriza-se por violência sexual também quando a vítima não tem condições de dar seu consentimento por estar embriagada, sob o efeito de entorpecentes ou quando está em situação peculiar de desenvolvimento (crianças e adolescentes).

Relatórios da OPAS registram a presença da violência sexual envolvendo crianças e adolescentes em todos os países do mundo. Entretanto, afirmam que ainda existe um pacto de silêncio disseminado socialmente capaz de coibir todas as tentativas de se conhecer a magnitude do problema. Os dados divulgados sobre esse tipo de violência vêm principalmente da polícia, dos centros de saúde e das organizações não-governamentais (CEDECA, ANDI, UNICEF, por exemplo). Todavia, a própria OPAS compara a relação entre estas fontes de informação e a magnitude mundial do problema com um grande *iceberg*. Conhecemos a ponta visível, que são os casos denunciados, diz o relatório, mas abaixo da superfície, existe uma parte substancial do problema que não é quantificada. Reconhece-se também que esse tipo de violência ainda é um tema pouco investigado, sendo as informações escassas e fragmentadas (OPS, 2003).

Em termos conceituais, os mais frequentes tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes são a *exploração sexual para fins comerciais* e o *abuso sexual*, sendo que a diferença entre ambos está no primeiro transformar crianças/adolescentes em mercadoria sexual mediante pagamento.

> A exploração sexual comercial é a violência sexual contra criança ou adolescente praticada mediante remuneração em dinheiro, roupa, comida ou outra forma de pagamento. Na exploração sexual a criança ou adolescente são considerados como uma mercadoria do sexo, um objeto sexual (CALS et al., 2007, p. 31)

O abuso sexual pode ocorrer no âmbito da família, vizinhança, amizades, igrejas, abrigos, espaços conhecidos como de proteção à criança ou pode ser praticado por desconhecidos. Assume as formas de contato físico, como carícias, pornografia, penetração vaginal, anal ou oral; ou sem contato físico, como conversas sobre sexo para despertar interesse ou chocar, exibir partes sexuais para a criança ou observação da criança com trajes íntimos ou sem roupa.

Considero abuso sexual incestuoso[23] os casos específicos de abuso sexual intrafamiliar perpetrados por pais ou padrastos. Sandra Butler (1979, p. 15) o definiu como assalto incestuoso:

[23] Reconheço que existem outros tipos de abuso sexual incestuoso com, por exemplo, entre mães e filhos e entre irmãos. Entretanto, recorto o conceito considerando apenas o tipo mais frequente (pais-filhos).

> Qualquer contato sexual manual, oral ou genital, ou qualquer outro comportamento sexual explicito que um membro adulto da família impõe a uma criança, incapaz de modificar ou compreender tal comportamento, devido à sua impotência dentro da família e sua fase ainda inicial de desenvolvimento psicológico. Este tipo de incesto não é consentido porque a criança ainda não desenvolveu a compreensão ou a sexualidade que lhe permitam uma reação livre e perfeitamente consciente ao comportamento do adulto (...) Qualquer atividade sexual, ou experiência sexual, imposta a uma criança, e que resulte num trauma emocional, físico ou sexual. As formas de assalto incestuoso são diversas, os atos cometidos nem sempre são genitais e a experiência nem sempre é física.

Outras categorizações são utilizadas para definir o mesmo fenômeno como, por exemplo, abuso incestuoso (SAFFIOTI, s.d.) e abuso sexual intrafamiliar (RANGEL, 2009). Utilizo o termo abuso sexual incestuoso por entender que tal designação apresenta claramente as categorias de análise relacionadas com a explicação/descrição do fenômeno: qualquer comportamento sexual explícito ou implícito que um parente adulto impõe a uma criança/adolescente, aproveitando-se de sua condição de adulto e familiar para satisfazer seu próprio prazer sexual.

Segundo a antropóloga Esther Jean Langdon (1993), a violência sexual contra crianças e adolescentes é um acontecimento comum na sociedade brasileira, independente de classe social. Sobre as especificidades do abuso sexual incestuoso, afirma em seu artigo "O dito e o não-dito: reflexões sobre narrativas que famílias de classe média não contam" que tão comum quanto à prática do abuso sexual contra crianças e adolescentes na família, é o pacto de silêncio envolvendo o tema.

> A razão de minha raiva está em todas as vezes em que nós, enquanto jovens garotas, recebemos a mensagem, através de narrativas não ditas, que não podemos contar, que os culpados – os adultos, o homem "adulto" – não podem ser expostos e que sozinhas devemos nos precaver deles e secretamente carregar conosco estes fatos de violência sexual. Eles se tornam narrativas não contadas que são mantidas no armário (LANGDON, 1993, p. 156).

Langdon (1993) destaca no trecho citado acima algumas características do abuso sexual incestuoso: pacto de silêncio disseminado na sociedade; a responsabilização da vítima e o caráter machista do fenômeno, já que grande parte das vítimas é do sexo feminino e dos agressores, do masculino. Entretanto, há de se considerar que o silenciamento do abuso sexual deixa margem para relativizar as características de gênero (abuso sexual envolvendo pessoas do mesmo sexo é pouco contabilizado e isso pode estar ligado também ao tabu da homossexualidade).

3.2.2 Infâncias marcadas pela violência intrafamiliar

Sob a justificativa da educação, é comum pais aplicarem castigos físicos com a anuência de outras pessoas. Isso foi referido pelos jovens nas entrevistas realizadas. João, como referido anteriormente, “apanhava” até sangrar. Já Maria, movida pelo medo, passou a infância satisfazendo à risca as ordens de seu pai e, ao sinal de qualquer desobediência, *“ele me batia, eu apanhava de corda, eu apanhava de chinelo, o que você imaginar na vida eu já apanhei. E, às vezes, ele me batia assim sem motivo nenhum”*, disse ela. Segundo a jovem, seu pai dizia: *“tem que botar moral, porque não tô criando cobra pra me morder depois”.* E ela continua: *“O pessoal achava bonito. Porque achava que era autoridade, que era respeito, quando eu falava alguma coisa errada e ele falava: ‘sim, senhor’ e eu ‘sim, senhor’”*. Essa autoridade é legitimada pela ideia ainda vigente de que adulto deve ensinar criança a ser alguém no futuro.

Os abusos sexuais estão geralmente associados a outros tipos de maus-tratos. A história de João mostra como todos os tipos de violência acima descritos podem estar associados. Ele foi espancado, humilhado, estuprado e negligenciado, sendo seus principais agressores o pai e a mãe. Maria, Camila e Rebeca também relataram outros tipos de violência relacionados com o abuso sexual sofrido.

A violência física muitas vezes é utilizada como principal mecanismo de dominação. João era constantemente amarrado e amordaçado para não reagir durante os estupros. Maria apanhou todas as vezes que resistiu às investidas sexuais do pai e, quando sua mãe presenciava o espancamento, o agressor justificava como se fosse aceitável porque ela tinha se *“danado”*.

No Brasil, a violência física perpetrada por pais contra filhos é socialmente tolerável, desde que seja aplicada por motivo “justo”: educação dos filhos. Costuma ser testemunhada, sem nenhuma consequência para o agressor. As mães de Maria e João presenciavam alguns castigos físicos aplicados por seus maridos e não intervinham. Outros familiares (ou mesmo amigos da família) também presenciavam. Perguntamos à Maria porque não havia intervenção e ela explica: *“todo mundo achava que era uma questão realmente de muito cuidado, de... Claro, achava exagerado porque era cada coisa que... era tão simples que transformava... Mas o pessoal achava, pensava que era respeito, que era cuidado”*. Essa tolerância tornava-se um incentivo para a repetição dos maus-tratos.

Outra forma de maus-tratos recorrente nas histórias contadas pelos jovens é a violência psicológica. João sofria constantes humilhações em casa e Maria foi desacreditada e expulsa da casa da avó materna que não acreditava na história do abuso:

> *Eu nem contei, mas a minha avó, ela falou muita coisa comigo, me expulsou de casa, falou várias coisas... Só que ela disse que depois que aconteceu isso [abuso e denúncia] eu só chorei dois dias... Ela queria que eu tivesse chorando todo dia. Ela disse assim: "ó, isso é mentira!" Aí eu: "porque?" Tu acha que uma pessoa que acontece uma coisa dessas, tu acha, não acha que essa pessoa não chora todo dia? Você só chorou dois dias! Aí eu peguei e disse assim: "Sim. A senhora queria que eu chorasse todo dia? E a minha lágrima ia trazer minha felicidade de volta? Minha lágrima ia colocar meu corpo, meu hímen no canto que tava?"* [A avó continuou:] *"Mas uma pessoa que acontece isso não sei o que, é assim, assim, assim..." Até o meu choro queria controlar. E quando eu tava feliz, ela dizia assim: "tá vendo que uma pessoa dessa não aconteceu isso com ela!" Porque só quem sabia era minha avó e meus tios. E sempre quando ela me via alegre ela barrava: "viu como não aconteceu isso contigo?" Uma pessoa que isso acontece não é feliz! Aí eu: "huumm". Teve até um barraco lá em casa* [casa da avó] *que ela me expulsou de casa mesmo, literalmente, pegou minhas coisas, me ajudou, me botou pra fora de casa e disse que eu ia porque ela não acreditava em mim. Aí eu: "mas porque você não acredita em mim?" Ela: "porque uma pessoa que vive isso é uma pessoa acabada, é uma pessoa derrotada, uma pessoa destruída!" Aí eu: eu não preciso estar chorando 24h na sua frente pra mostrar isso. Eu acho que quando eu me tranco no banheiro, eu acho que já é o suficiente. E outra: "eu não tenho amigos. Então, enquanto eu choro, aí que eu me afasto mesmo. Agora se eu descobrir novas amizades, eu esqueço. Quando eu tô com outras pessoas, eu esqueço. E ficar com a senhora é um inferno." Porque ela sempre pisava, batia na tecla. Ela me humilhava mesmo. Dizia que meu irmão era um santo e tal, tal. Ela sempre fazia essa comparação. E dizia que o meu irmão fez o certo, ficou com ele* [o pai] *e eu fiz o errado (Maria).*

Rotineiramente, os jovens eram ameaçados de morte ou de espancamentos para que não tivessem coragem de denunciar o abuso sexual. Maria afirmou que foi constantemente ameaçada: *"*[Eu] *Disse que ia contar para minha mãe, ele disse que minha mãe não ia acreditar em mim, que todos iam ficar contra mim".* João morria de medo do pai: *"Tipo, eu morria de medo dele, né? Quando ele saiu do banheiro...* [Disse:] *'Você não vai falar pra ninguém não! Porque se você falar, você vai levar uma surra'. Eu ficava calado né?".*

De outra parte, Rebeca foi incentivada a consumir bebidas alcoólicas por volta dos 6 anos de idade e essa prática dos pais se estendeu até seus 11 anos: *"Dos meus 4 pros meus 11 anos de idade, eu bebia muito. Muito, muito mesmo. [...] Meus pais me davam, minha mãe bebia comigo. [...] Em casa, e ela bebia e eu bebia com ela. Qualquer coisa que eu ficava nervosa, ela me dava vinho".* Vimos que a negligência da mãe de João também era evidente: recusou-se a acreditar nas revelações do filho até que foi testemunhado. Camila não teve a mesma sorte. Nunca conseguiu provar para a mãe que o padrasto a assediava.

Maria, João, Camila, Luna e Rebeca vivenciaram um contexto doméstico violento, pautado nos castigos físicos, na negligência, na violência psicológica, no abuso sexual. Sobre isso, teceram uma teia de explicações que ora se aproxima dos conceitos hegemônicos ora constrói novos para "dar conta" da realidade na qual estão inseridos. Trouxeram elementos da infância de forma refletida, analisaram os fatos vividos e deram explicações sobre eles. Os jovens fizeram um movimento de *"olhar para trás"* e *"escavar"*, como disse João, o que o tempo se encarregou de enterrar.

As ideias de família e infância sempre se associam quando trabalhamos com as questões relativas à violência intrafamiliar, pois as regras domésticas de convivência intergeracionais muitas vezes ferem os preceitos da percepção hegemônica da infância e adolescência, invadem o campo dos direitos humanos e, consequentemente, da lei. Assim, os estudos sobre o assunto se voltam para o campo das experiências individuais na cultura. Pautada nesse entrelaçar de conceitos oficiais e não oficiais de infância, família e violência, desenvolvo no próximo capítulo uma análise do abuso sexual incestuoso a partir das narrativas dos jovens.

Aceitar o inaceitável é uma violação tão profunda. Só podemos morrer ou então repelir a abjeção, expulsá-la de nós mesmos, expô-la à luz do dia, nomeá-la"

(Anne-Marie de Vilaine – A mãe interior)

4 Abuso sexual incestuoso: uma violação de corpos infantis

4.1 Corpos violados

Maria contava 22 anos de idade quando a conheci. Morena, cabelos lisos e escuros. Altura mediana e olhar tímido. Tinha dicção bem articulada e a firmeza de suas ideias transparecia na voz. Vestia calça e blusa sociais como se viesse diretamente do trabalho. Foi aluna do Projeto Vira Vida, onde se profissionalizou em costura. Atualmente, divide-se entre estudos, trabalho e vida conjugal.

Tarde ensolarada do dia 11 de janeiro de 2012. Maria e eu fomos apresentadas pela assistente social do PVV, que nos encaminhou a uma sala reservada. Sozinhas, iniciamos uma conversa informal na qual eu expliquei a pesquisa e seus objetivos. Ela demonstrou interesse por todos os pormenores, desde a construção do objeto até os percursos metodológicos. Todavia, sua principal preocupação era manter a identidade em absoluto sigilo. *"Eu não tenho nenhum preconceito. Nenhum preconceito assim de: 'Ah, meu Deus, o que será que ela vai fazer com a história?' Não. Eu não tenho nenhuma restrição quanto a isso não. Eu só tenho assim... precauções"*. Ela só não queria correr o risco de outras pessoas a identificarem na história contada, pois sabia que uma dissertação é documento público o qual muita gente tem acesso. Neste sentido, a seu pedido, omiti nome, escolaridade e profissão verdadeiros. E, ao longo de sua narrativa, propositalmente a mesma tratou de não citar os bairros em que viveu.

Acordos feitos, solicitei à Maria que contasse sua história de vida, iniciando com os tempos de criança, sem se preocupar com sequência de fatos ou coerência.

> *Minha infância foi muito boa. Eu morava num bairro nobre de Fortaleza. Eu posso não citar os nomes dos bairros onde eu morava? Eu morava num bairro nobre de Fortaleza, bastante conhecido. Tinha contato com todo mundo da minha família. Todo mundo me adorava. Eu brincava. Saía. Não saía muito, mas saía. Já tinha uma certa liberdade. Passava às vezes o dia na escola. Sempre, sempre gostei de ficar na escola. Nunca tive problema. Nunca fiquei de recuperação. Tudo bom. Minha infância foi boa. Da infância para a puberdade é que não foi muito legal. Já começou alguns problemas a surgirem.*

Ao descrever uma infância *"muito boa"*, Maria trouxe consigo sua ideia de infância e família próxima aos atuais conceitos oficiais. Para ela, família é a reunião de um casal e seus filhos em uma casa, todos unidos pelo amor. Infância é o período da vida em que o ser humano deve ser amado, protegido e cuidado pelos adultos. A criança deve ter liberdade para brincar e deve se sentir feliz. A jovem conceitua família e infância, então, de forma semelhante ao que se pensa, na sociedade brasileira, ser ideal. Ao mesmo tempo, ela associa o período infantil àquele em que se sentia bem e que não sofria os abusos sexuais

do pai: *“Em questão de assim... Eu tinha brinquedos, eu brincava. Eu podia dizer que o que eu precisava naquele momento para curtir minha infância eu tinha”.* Nesta época, a jovem estudava em um colégio religioso que *“nem era público nem era particular”*, mas com uma formação dita por ela como *“muito boa”*. O marco simbólico que estabeleceu para o fim de sua infância foi exatamente quando estava chegando à puberdade, período em que seu pai começou a trazer-lhe *“problemas”*.

Os *“problemas”* referidos por Maria são os constantes abusos sexuais que lhe foram impostos por seu pai, ao final do ensino fundamental, quando tinha 11 anos: *“Nunca tive coragem de falar para ninguém, mas assim, no caso, o meu gestor, ele ficava me perturbando... Ficava... Como é que se diz? Em cima de mim”.* “*Gestor”* é a forma como Maria muitas vezes se refere ao pai durante a entrevista, pois para ela um pai de verdade não teria lhe violentado. A palavra *“perturbando”* é a forma velada que Maria encontrou de falar sobre o contato de cunho sexual que fora obrigada a manter, por cerca de quatro anos, com seu pai. Ela narra que *“começou com os toques, aí foi, digamos, ‘evoluindo’”*. Essa “evolução” foi gestualmente aspada por ela enquanto me explicava que o seu corpo de menina-moça foi pouco a pouco invadido pelo desejo do pai em possuí-la. Ela não sabe os motivos que moviam o pai, mas em busca de sentido associou o início de tudo à chegada da puberdade. *“Eu comecei a criar corpo e ele me achava muito bonita”*.

Maria sempre buscava uma forma mais polida de descrever a violência sofrida. Os órgãos sexuais foram chamados de *“partes íntimas”*. *“Toques”* significava a invasão, muitas vezes dolorida, de seu corpo. A jovem calculou, durante toda a entrevista, palavras, frases e informações de forma a traduzir para a pesquisadora o que, para ela, estava no campo do indizível, em busca do que lhe parecia ser apropriado dizer. Era-lhe claramente complicado trazer à tona sua sexualidade, seus medos, suas angústias, seus fantasmas. A antropóloga indiana Veena Das (1999) afirma que, em trabalhos que analisam situações de sofrimento cotidiano, o pesquisador se depara com discursos previamente calculados para se tornarem apropriados à manutenção da honra (seja a própria honra ou da família), nos quais há um controle cuidadoso das narrativas. Pode-se dizer, então, que há nas relatos dos jovens entrevistados para esta dissertação, especialmente na fala de Maria, uma tensão ocultada por vergonha e desconfiança. Neste sentido, o cuidado da jovem com as palavras (sua escolha cuidadosa e as pausas para o ato de pensar mais antes de falar) nos remete ao próprio silenciamento do abuso sexual incestuoso, por este permanecer no campo do não-dito, do vergonhoso, da monstruosidade, do que não pode ser verbalizado. Como disse a jovem Luna,

> *É algo tão vergonhoso, cara, que você não consegue falar pra ninguém. Você mente, sabe? Você passa a mentir pras pessoas, você passa a mentir pra você. Você passa a acreditar que tudo o que acontece de ruim é culpa sua, entendeu? É uma coisa, assim, meio doida.*

É neste campo que estamos caminhando. A "formação do corpo de mulher" pareceu à Maria irresistível àquele que, até então, era somente seu pai. Aos poucos, o papel de pai foi se misturando ao de homem e o de filha, ao de mulher. Inicialmente ocorreram os *"toques"* disfarçados de *"carinho", "porque querendo ou não, quando você é criança, você pensa que muitas vezes é um carinho excessivo, mas que não deixa de ser carinho"*, disse Maria. Um *"carinho"* que lhe era estranho. Um carinho que *"dói"*. Ela não queria, mas como recusar o carinho do pai? A jovem também justificou sua dificuldade em resistir às investidas sexuais do pai utilizando sua falta de experiência no período infantil: *"E como eu era muito jovem e não tinha experiência, não tinha nada... Eu fiquei em dúvida se era realmente um carinho excessivo ou se era outra coisa a mais"*. A juventude, aqui, relaciona-se ao não-saber que lhe é característico. A menina não pensava ainda que fosse um crime, mas compreendia que, por algum motivo, ninguém poderia saber.

Foi então que Maria ficou *"mocinha"* e sua mãe chamou-a para explicar sobre a "*vida": "aí ela me chamou, me sentou num canto, me explicou que eu estava virando mulher e tal, que eu tinha que ter cuidado com isso e com aquilo. E com a conversa dela é que foi abrindo meus olhos para o que estava acontecendo".* Saber sobre a *"vida"* fez diferença. Neste momento a menina começou a associar as notícias dos programas de televisão ao seu próprio cotidiano: *"Eu assistia 190 e eu ficava em dúvida se realmente era o que passava nesses programas policiais – que os pais faziam isso e aquilo com a criança – ou se era uma coisa natural. [...] Com o tempo, é que eu fui descobrindo"*, afirmou Maria enquanto me olhava nos olhos. Mas as dúvidas ainda a angustiavam, afinal ele era seu pai.

O tempo foi passando e todos os dias ele a *"perturbava".*

> *E a criatividade dele [pai] era absurda, pelo amor de deus. Uma vez eu tava estendendo roupa e... Eu aqui de mão levantada estendendo a roupa e ele começava a tocar nos meus seios. Aí uma vez minha mãe olhou e [disse] 'que é isso?' Aí ele dizia que eu tava fazendo alguma coisa e aí pronto: eu apanhava de chinelo.[...] A criatividade dele era muito... Dependendo do que eu tava fazendo, ele aproveitava a situação. Teve uma vez que a gente foi pra praia... foi a pior vez de todas... que a gente foi pra praia – eu fiz natação, eu nado muito bem obrigado – e a gente foi pra praia... Minha mãe e meu irmão ficaram lá sentados na areia e ele disse que ia tomar um banho comigo. Aí minha mãe não viu nada de mais. E outra, todo pai leva sua filha pra tomar banho de mar... Só que ele me levou pro fundo. Ele me levou pro fundo, não dava pra me ver e ele ficou me segurando e me molestando dentro da água.*

O que Maria chamou de *"criatividade"* era, na prática, estratégias utilizadas pelo agressor para manter o segredo dos abusos, ao passo que tudo se tornava uma oportunidade de exercer seu poder de homem-pai e, segundo ela, *"ele nunca ficava satisfeito"*. Depois, diante do *"corpo formado, corpo perfeito"*, cada oportunidade passou a ser aproveitada, seja no quarto, quintal ou mesmo dentro do mar. As estratégias ficavam cada vez mais complexas e violentas. Aos olhos dos outros, era um pai carinhoso e severo que educava a filha com rigor. Aos olhos dela, comportava-se como um *"gestor"* que gerenciava sua vida de acordo com os desejos de homem. De pai a gestor, Maria transitou durante nossa conversa pelas tipificações que ela mesma criou para localizar o pai em sua vida. Assim, explica que *"o meu gestor em vez de me ver com aqueles olhos de proteção, não! Ele me viu com outro olhar. Ele realmente me achava bonita. Ele realmente me achava atraente"*.

Maria continuou dando ênfase às questões de gênero nas explicações sobre o abuso: *"Eu comecei a criar corpo e ele me achava muito bonita. Porque eu desenvolvi muito cedo. Eu, com 11 anos de idade eu já tinha seio. Seio mesmo, não estou falando daquele botãozinho. Seio. Eu já tinha seio. Minha primeira menstruação foi com 11 anos".* Formava-se ali um corpo de mulher. Muito mais do que os primeiros sinais físicos de puberdade, ali se empregavam "normas a que o indivíduo tenderá, à custa de castigos e recompensas, a se conformar, até o ponto de estes padrões de comportamento se lhe apresentarem como tão naturais quanto o desenvolvimento dos seres vivos" (RODRIGUES, 1980, p. 45). O tamanho dos seios marca para Maria a intensidade de seu desabrochar como mulher e, na sua visão, esse desabrochar chamou a atenção de seu pai. Era um corpo jovem, mas de mulher, que ao desabrochar em uma "sociedade machista" como a nossa, associa-se ao corpo desejável idealizado por muitos homens. É por isso que grande parte dos casos denunciados de abuso sexual, seja intrafamiliar ou extrafamiliar, envolve relações heterossexuais cujo agressor é homem e a vítima é mulher (SAFFIOTI, s.d.; MARTINS, 2010).

Existe uma tendência entre os pesquisadores do assunto em associar o abuso sexual incestuoso à violência contra mulher, exatamente por esse grande número de casos registrados. Para Martins (2010), as questões de gênero fazem a diferença. Entretanto, esse raciocínio não consegue explicar os abusos envolvendo outras configurações incestuosas como mães agressoras e meninos vítimas. Além disso, não se pode compreender o abuso sexual incestuoso sem analisar as relações de hierarquia estabelecidas entre adultos e crianças e pais e filhos (RANGEL, 2009).

> A discussão do abuso sexual intergeracional, embora intimamente relacionada com a violência entre gêneros, tem também especificidades que somente podem ser percebidas se estivermos atentos às características e ao contexto que permeiam tanto a infância quando a família (RANGEL, 2009, p. 43).

Maria também cria modelos explicativos diferentes e complementares sobre sua condição de vítima. Ela associa a dificuldade de compreender e resistir aos abusos perpetrados pelo pai à condição peculiar de desenvolvimento de uma criança, principalmente quando refere "não entendimento" e a "falta de experiência"; o *"corpo formado"* de mulher explica os desejos do homem; já a obediência vem da subserviência da filha. Por isso, corroboro com a ideia de Rangel (2009) de que esse tipo de violência associa questões de geração, gênero e família.

O abuso costuma ir se infiltrando na relação entre adulto e criança. Aos poucos vai conquistando terreno e rotina. São pequenas carícias. Pequenos gestos de *"carinho"*. Toques genitais discretos e de significados dúbios. Ao envolver meninas, manifestam-se profundos e demorados jogos de sedução. Já quando as vítimas são meninos, os jogos são mais diretos, sendo muitas vezes associados rapidamente à violência física. Camila e João explicaram como os abusos começaram:

> *A gente tinha uma convivência normal, como pai e filha. Só que a partir dos 12 anos, quando ele saiu do emprego, eu tinha uns 12 anos... E uma bela noite ele chegou, digamos não bêbado assim que você vê jogado no chão, não assim... mas alcoolizado. E aí, foi que eu tava dormindo na cama da minha mãe, porque quando a Francisca [irmã] era nova, a minha mãe gostava de dormir na rede com ela porque se balançava, aí ela acabava dormindo. E ela não gostava do berço. Aí eu me lembro que eu tinha acabado de chegar e tava com... e dormi do jeito que eu tava... Aí eu dormi com uma saia e uma blusa branca, se eu não me engano. Aí foi que de noite quando eu acordei, eu acordei com alguém querendo me alisar. Aí eu fiquei muito atordoada. Muito atordoada mesmo. (Camila)*

> *Aí aos 8 anos de idade aconteceu que meu pai me abusou sexualmente dentro da casa da mãe dele, né? Dentro do banheiro. Porque minha mãe gosta de ir constantemente tá indo pra casa dela, nos finais de semana. Aí, nesse dia,* [o pai] *tinha acabado de chegar do lazer e perguntou pra minha mãe quem que tava no banheiro. E minha mãe disse que era eu. E ele disse que ia tomar banho porque ele tava apressado pra sair e que eu era homem também. E entrou no banheiro e ele começou a fazer as coisas, né? A pegar nas minhas partes[24]... Ele... Ele passava o sabonete no meu corpo. Aí pegava nas minhas partes novamente. Aí depois ele mandava eu baixar, pegar nas partes dele também, essas coisas né? (João)*

[24] Uma categoria recorrente na narrativa dos jovens. Percebi que eles ficavam constrangidos quando precisavam citar detalhes dos abusos. Assim, para diminuir os constrangimentos, referiram-se aos órgãos sexuais como "partes", talvez uma variação mais pudica de "partes íntimas". Seria uma forma de se distinguir o "discurso educado sobre sexualidade", do "discurso obsceno" (RODRIGUES, 1980, p. 73).

Acima percebemos a clara diferença entre os abusos sexuais perpetrados contra meninas e contra meninos. O padrasto de Camila tentou seduzi-la durante a madrugada passando a mão em seus seios. Ela gritou, contou à mãe e foi taxada de louca porque ele disse que só estava querendo saber se ela respirava. Os abusos contra meninas geralmente deixam essa margem para dúvida. A menina achou que estava exagerando e pediu desculpas, mas os abusos continuaram. Essas situações dúbias deixavam a menina confusa. Percebemos, inclusive, que nas duas entrevistas ela tinha uma preocupação com a verdade: deixava escapar certa sensação de dúvida quando terminava suas descrições com a frase *"se eu não me engano"*. Já João sofreu com a violência física associada ao estupro. Era amarrado e amordaçado. E, quando reagia, levava tapas e tentativas de enforcamento. *"Quando a gente voltou, meu pai tava lá. Morto de bêbado. E... Morto de bêbado. Aí ele começou de novo... E eu querendo me soltar... Aí já cheguei a bater nele já, né?"* Segundo Pires Filho (2009), o abuso sexual envolvendo meninos é mais violento e pontual, ou seja, não costuma ter jogo de sedução como no das meninas. "Para meninos, o perpetrador é mais assertivo" (PIRES FILHO, 2009, p. 117). A angústia do menino também se manifesta na preocupação com sua orientação sexual e é comum desenvolverem trejeitos afeminados para se adaptar às suas dúvidas sobre a própria identidade sexual (PIRES FILHO, 2009).

> ***Irlena:*** *E a homossexualidade? Tem a ver como o que aconteceu?*
> ***João:*** *Tem. Com certeza. Tem. Eu não me via assim. Não me via.*
>
> *Depois do que aconteceu, eu me tornei homossexual (João).*

João analisa sua sexualidade e relaciona a homossexualidade aos abusos sexuais perpetrados pelo pai: *"Porque assim, depois do que aconteceu, eu me tornei homossexual"*, disse ele. A associação feita por João não se repete com Camila. Homossexual, a jovem afirma que sua orientação está relacionada apenas aos seus desejos pessoais e afasta a ideia de que os abusos sexuais tenham influenciado na sua homossexualidade. Já Luna passou a ter raiva dos homens após as violações sexuais que sofreu ao longo da vida: além de sofrer abuso sexual incestuoso desde os 7 anos, a jovem voltava da praia quando foi sequestrada, levada para um matagal em Caucaia, estuprada e roubada e ainda presenciou as acusações de policiais homens que a culpavam pelo estupro já que ela andava na rua à noite sozinha. Atualmente, ela tem uma companheira e prefere manter distância de homens até para amizades. Em geral, não se pode afirmar categoricamente que os abusos sexuais são responsáveis pela homossexualidade da vítima de abuso na infância. Entretanto, sabe-se que o despertar precoce para a sexualidade, a rotinização do sexo, a erotização e os comportamentos abusivos, associados às marcas físicas e psicológicas, desencadeiam conflitos quanto à orientação sexual e o comportamento sexualizado (PIRES FILHO, 2009),

A rotinização do abuso influencia as formas como o próprio agressor percebe sua vítima. Cada vez mais envolvido, tenta manter a todo custo seu domínio. Ciumento e possessivo, o pai de Maria a proibia de namorar: *"Eu era só dele"*, contou Maria. A criança vai crescendo e descobrindo o sistema de significados que as relações incestuosas têm para seu meio social, bem como as definições de papéis desejáveis e indesejáveis (homem-mulher; adulto-criança; pai-filho). Sente-se enojada, suja e a resistência vai ficando mais contundente. Por volta dos 14 anos, atormentada pelas dúvidas sobre a relação que mantinha com seu pai há anos e, com medo de não ser mais virgem como as colegas da escola, Maria tomou uma decisão:

> *Mas aí eu comecei a amadurecer e tentar querer descobrir isso: se eu era virgem ou não. E se virgindade era um contexto social ou se era um contexto físico. E eu sempre me achei uma pessoa muito inteligente. Com o tempo eu ia percebendo algumas coisas e o que que acontece: eu arranjei um namorado e queria descobrir se eu era virgem social ou se eu era física, digamos assim. Social eu tenho certeza que eu era porque eu nunca me entreguei pra ninguém, nunca fiquei com ninguém, nunca tive relação sexual com ninguém. Mas a partir do contexto físico, eu não podia dizer a mesma coisa. Porque já tinham me tocado, já tinham bulido comigo e, muito pelo contrário, foi contra minha vontade. Não foi uma coisa que eu quis.*
> *(...)*
> *Então, eu comecei a namorar. Não foi aceito, claro, meu namoro. Disseram que já estava ficando sem vergonha... isso os argumentos dele, né, do meu gestor. Ele disse que eu estava ficando sem vergonha, que eu estava toda pra frente, que eu ia pegar um bucho cedo, sendo que eu nunca tinha tido nenhum pensamento maldoso. Só queria realmente namorar e era aquele namoro em casa, da mãe ficar olhando, dos três ficar ali, não era aquela coisa dos dois ficar sozinhos. Com o tempo, minha mãe foi saindo e foi deixando eu sozinha com ele [namorado]. E com o tempo foi, cada vez mais... foi crescendo essa curiosidade em mim de saber se eu era social ou física. Eu botei isso na minha cabeça. E, o que que acontece, ele me pediu e tudo pra... sabe aquela coisa bem antiga? Me pediu uma prova de amor e a prova de amor seria, enfim, o sexo. Eu fiquei muito em dúvida, mas porém não tinha nada a perder, porque se eu tivesse perdido alguma coisa, eu já tinha perdido com meu gestor. O que me dava mais nojo era isso. Então, pronto, eu optei por fazer. Quando eu fiz eu... eu não sangrei, não aconteceu nada e foi na hora que eu percebi que eu não era mulher. Tipo assim: não era aquela coisa... Porque na escola a gente brincava muito com questão de menina virgem, disso e aquilo outro (Maria).*

A jovem conferia à primeira relação sexual uma série de expectativas. "Numa cultura machista, na qual a primeira relação sexual é tão valorizada, a perda da virgindade desvaloriza a menina. A saída encontrada é casar com o autor ou ser vista como perdida (para o casamento)" (HAZEU; FONSECA, 1998, p.37). Maria acreditava, assim como suas colegas de escola, que a pureza do corpo de uma mulher estava relacionada à manutenção de sua virgindade. Ao mesmo tempo, a jovem sabia que alguém já havia invadido de alguma forma seu corpo. Mas essa invasão teria deixado marcas irreversíveis? A "despurificação" de seu corpo existiria mesmo que ela não tenha consentido?

Em busca de respostas, Maria entregou-se ao primeiro namorado. O sexo desta vez foi consentido e tinha como objetivo compreender a relação que ela matinha com o pai, além de conhecer as consequências disso tudo. Em uma relação sexual, espera-se que a ruptura do hímen desvirginize a mulher e o sangramento “despurifique-a”. Maria inverteu essa simbologia. Ela esperava sangrar para purificar o corpo maculado pelo pai e, sem sangramento, constatou que o símbolo sagrado do corpo virginal já havia sido rompido.

> O sangue está sempre presente na vida social. A ele se reconheceu, muitas vezes, um misterioso poder de catalisador social: *mana*. Os primitivos trabalhos de Etnologia deliciavam os seus leitores, desenhando quadros fantásticos de povos que se regalavam com a ingestão de sangue – especialmente o humano – como capítulo específico da fascinante história que a antropofagia constituía para os ocidentais. Todavia, a atitude diante do sangue é culturalmente variável: os Bororó se consideravam poluídos em alto grau, ao mínimo contato com ele, enquanto os Nambiquara consomem suas caças meio cruas e sangüinolentas (53, p. 303-4). Entre os Manus, não existe a palavra virgem e o sangramento proveniente da ruptura do hímen é considerado da mesma forma que a menstruação. Às vezes, é considerado impuro, e às vezes cumpre em ritos de purificação a mesma função que a água. Em algumas ocasiões se lhe reconhece um valor regenerador e o vêem como um princípio vital; noutras oportunidades, o têm como portador de destruição e de desgraça (RODRIGUES, 1980, p. 82).

Para Maria, a ausência do sangue foi portadora de uma “des-graça”: a confirmação de que havia irreversíveis marcas da invasão de seu pai. Corpo marcado. Olhando para o vazio da sala, a jovem conta que a ainda se incomoda com o fato de não ter conseguido manter o controle de seu corpo ao longo daqueles anos infantis e, principalmente, por não ter sido ela quem decidiu marcar seu corpo com a ausência de hímen. Corpo profano. Corpo profanado por aquele que, ao seu entender, deveria ser um protetor, alguém sagrado: seu pai. O corpo marcado fora também maculado pelo incesto. Maria, por muitos anos, se sentiu enojada com o próprio corpo, escondendo-o de si mesma e dos outros. Sentindo-se misturada às mulheres impuras, ela se viu imediatamente marginalizada, afastada de tudo aquilo que esperava para si mesma (“a primeira vez” com um grande amor e ter um pai protetor).

Rebeca, por sua vez, também experimentou a marginalização das desvirginadas. Ela teve sua primeira relação sexual com o namorado, mas não imaginava que ele contaria para as pessoas sobre um assunto, para ela, tão íntimo. No dia seguinte, todos da vizinhança souberam. Sentindo-se arrependida e humilhada, a jovem buscou consolo na irmã. Entretanto, esta reagiu com indignação como se a perda da virgindade fosse um motivo de vergonha para toda a família.

> *Todo mundo sabia do que tinha acontecido. Que eu tinha perdido a virgindade com ele. O povo vinha me perguntar. Eu fiquei envergonhada demais. E o medo da minha mãe saber? Não por mim, mas... Eu tinha muito medo. [...] Eu tinha 14 anos ainda. Eu fui e falei pra minha irmã que eu tinha perdido a virgindade. Nesse dia, eu me lembro, foi o pior dia da minha vida. Eu vi realmente que ela ficou totalmente decepcionada comigo. Ela chorou [e disse:] não acredito que tu fez isso comigo não. E [eu]: "por favor, me perdoa". (Rebeca)*

Para a irmã de Rebeca, mais escandaloso do que a dessacralização do corpo de mulher, foi a exposição do assunto aos outros. A honra da família teria sido maculada pelas atitudes da adolescente. "O Sagrado exprime o que é importante, positiva ou negativamente, para a estrutura social, pois a manutenção da ordem depende do adequado grau ou tipo de respeito ou temor a determinadas ideias, coisas, pessoas ou símbolos" (RODRIGUES, 1980, p.29). O Profano precisa estar distante, escondido, repelido, rejeitado. A virgindade, para Maria, Rebeca e sua irmã, consistia em um tabu.

Sentindo-se suja, Maria revoltou-se contra o pai e contou sobre o abuso para sua mãe, que denunciou o marido imediatamente à polícia.

> *E foi aí que realmente caiu a ficha: que eu tava sendo abusada, que eu tava sendo explorada, e que toda a questão do meu corpo não foi eu que descobri... alguém descobriu... alguém descobriu antes de mim. Então, assim, veio um sentimento de ódio, de tá sendo usada, de tá sendo um objeto na mão de alguém. E o ódio foi tão grande, assim, eu não fiquei mais com esse menino, peguei nojo dele, mas não por ser culpa dele, mas por ser culpa minha, por ter descobrido uma coisa que eu não... Então, assim, eu chamei minha mãe para conversar e disse pra minha mãe que acontecia isso, isso, isso e isso, e que eu não aguentava mais. E que não dava mais... num... e que ele me ameaçava, que ele me batia, eu apanhava de corda, eu apanhava de chinelo, o que você imaginar na vida eu já apanhei.*

Diante de sua sensação de corpo violado, a jovem desenvolveu a própria explicação sobre a virgindade em casos como o dela. *"Vinha na minha cabeça assim: qual o conceito de virgindade? Virgindade é quando eu nunca fui tocada ou virgindade é quando eu nunca me entreguei pra ninguém? Porque realmente eu nunca me entreguei pra ninguém"*. Sua problematização culminou em dois conceitos: *"virgindade social"* e *"virgindade física"*, sendo a primeira relacionada à liberdade de escolha de ambos os envolvidos na relação sexual e a segunda, ao rompimento do hímen. Foi sua forma de explicar porque se sentia virgem mesmo os exames físicos tendo mostrado outro resultado. "*Em nenhum momento eu dizia que não era virgem não. 'Ah, eu sou virgem'. Eu batia o pé: 'Ah, sou virgem, virgem, virgem'. Só que eu dizia por... Eu acho que era mais a questão da defesa do que... a necessidade de autoafirmação".*

> *Mas essa questão da física e da social é porque, se você parar pra pensar, teve várias pessoas que são virgens no contexto social: "Ah, eu realmente nunca me entreguei a uma pessoa... eu realmente nunca me senti amada... ou eu nunca fiz por vontade própria". Eu conheci várias meninas que socialmente elas eram virgens, mas fisicamente não. Fez, mas não gostava. Fez por curiosidade... foi*

> *uma coisa assim... Então eu comecei... Sim, vamos lá: o que realmente é virgindade?*

A necessidade de autoafirmação de Maria desencadeou também uma curiosidade para conhecer mais sobre sexo e virgindade. Por isso, ela resolveu participar dos cursos sobre o assunto oferecidos pelos projetos sociais nos quais estava inserida.

> *Então, assim, a gente foi estudar. Aí falou o que era virgindade. [...] E eles falavam muito da virgindade no sentido da ruptura do hímen... E eu disse: "não. se for por isso, não sou virgem há muito tempo". Mas falaram também a questão de quando você realmente se sentir bem, quando você realmente amar uma pessoa, você deve sim se entregar a ela... E aí sim você deve perder a virgindade. Aí, pronto. "Não, tá misturando". A virgindade é física por amor ou uma é uma questão física da ruptura do hímen ou é a questão de quando eu tenho que me entregar quando eu sentir que tô sendo amada realmente? Daí que eu fui começando a construir e o que eu vejo hoje é que tem... Existe sim as mulheres que são virgens no contexto social e as que são virgens no contexto físico. [...] É muito a questão da educação. Eu conheço várias... Depois de tudo isso, veio também a questão do que é o prazer, do que é o orgasmo, do que é isso e aquilo outro... E até hoje várias as mulheres, porque eu fui indicada pra tentar conversar sobre isso com as meninas e tudo... Eu era tipo uma monitora... Aí eu fui indicada pra conversar com as meninas sobre isso e era impressionante... Teve uma vez que foi uma conversa com pais e mães... E só tinha mães, né? Porque homem nunca vai pra essas reuniões. E todas... Quando mulher tava dando o treinamento e tudo... Eu fiquei só pra monitorar, só pra olhar... As mulheres quase todas disseram que nunca tinham tido um orgasmo, que não sabiam nem o que era isso... "Minha filha, o que é isso?" Aí a mulher foi explicar que quando você sente muito prazer e tal, tal, tal... num sei o que... Aí ela: "ah, porque nunca tive não". Então, a maioria das mulheres tinha uma relação sexual física, a social não tinha. Que é aquela vontade, que ela realmente num... Principalmente... Quanto mais anos de casado, mais físico é e menos social é. Porque você não tem a vontade. Só aquela coisa física.*

Assim, mais do que uma atividade natural do corpo, o sexo envolve um sistema simbólico em permanente construção. Maria sentia-se virgem, mas não era mais apontada como tal. Às margens de sua própria identidade, criou uma categorização que contrabalanceava os conceitos socialmente aceitos à sua experiência de vida.

> O sexo é duplamente social – por um lado, é o único instinto cujo funcionamento implica no estímulo do outro, como observou Lévi-Strauss (54, 45); por outro lado, é o "aparelho" responsável pela perpetuação do grupo social. Todavia, como a alimentação, o sexo é fundamentalmente uma atividade natural, e as leis a que está submetido iludem o esforço social de controlá-las [...] O sexo está entre a Natureza e a Cultura. Em nome da necessidade de mantê-las separadas, as culturas devem controlá-lo – problema para o qual cada uma obteve a sua solução (RODRIGUES, 1980, p. 78).

Ao mesmo tempo em que impunha à filha uma rotina de práticas sexuais, o pai de Maria também procurava educá-la com rigor. Tudo era observado, criticado e julgado. Se ele lhe pedisse algo, ela não tardava em obedecer. As formas de agir da menina foram se moldando de acordo com cada regra e/ou punição. Era a criação de um "corpo dócil". Como

acontece com outras crianças[25], a menina teve seu corpo moldado, manipulado e treinado para se tornar obediente, hábil, útil e dócil aos desejos dos pais, especialmente do pai. Conforme Foucault, "esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de 'disciplinas'" (FOUCAULT, 1998, p. 118). A ideia de corpo infantil disciplinado tende a ser social e moralmente aceita. No caso de Maria, as ordens do pai deveriam ser imediatamente cumpridas sob a pena de ser castigada, mesmo diante dos outros. Os castigos físicos costumavam ter testemunhas, até porque, como afirmou Day et. al (2003), em nossa sociedade, eles estão associados às práticas educativas.

> *Teve uma vez que chegou visita e eu tinha usado o aparelho e não tinha dado descarga... ele me pegou pela orelha e fez eu dar descarga. Aí eu... Uma coisa simples! Eu só não dei descarga! Só não puxei a cordinha! Mas eu fiz o serviço lá. Só não dei... Aí ele disse: 'isso não é merda de porco não!' – isso ele falando sério –, 'na próxima vez que você fizer isso eu lhe dou uma surra!'*

No caso de Maria, nem sempre a justificativa da educação condizia com os fatos. Muitas vezes, os castigos físicos eram impostos quando a desobediência era em relação a algum jogo sexual que ela se negasse a participar:

> *Teve uma vez que minha mãe tava trabalhando; e ele me chamou para assistir um filme pornô e eu não queria assistir esse filme. Aí, o que foi que aconteceu: minha mãe não tava em casa, aí eu fui obrigada a assistir... como eu fiquei falando e tudo... Quando a mãe chegou, eu tava apanhando de corda: tava de joelho e tava apanhando de corda. Minha mãe perguntou porque que eu tava apanhando. Antes d'eu responder, ele pegou e disse que eu tava me danando e que não sei o que. Inventou qualquer coisa, mas na realidade é porque eu não queria assistir o filme.*

Os castigos corporais também serviam para disfarçar quando as investidas do pai eram interrompidas por testemunhas. Um exemplo disso aparece quando a jovem narra o dia em que o pai pegava em seus seios enquanto ela estendia roupas no varal. A mãe chegou exatamente naquele momento e perguntou o que estava acontecendo. O homem imediatamente inventou uma desculpa e bateu em Maria. A mãe da menina, em contrapartida, sempre acreditava nas mentiras contadas pelo marido, mas a jovem, em nenhum momento durante nossa conversa, julgou-a negligente ou omissa. Para ela, o pai conseguia disfarçar muito bem e não dava para ninguém desconfiar. Até porque *"era uma filha e seu pai".*

> *Teve até algumas vezes que a mãe perguntou o que que era a marca no corpo e pegava e dizia que era por apanhar por isso, por aquilo, mas a verdade mesmo eu só pude contar depois de adolescente. Só depois de adolescente. Porque foi realmente quando eu criei maturidade e percebi o que que tava acontecendo. Mas até então mesmo eu apanhava por qualquer coisa.*

[25] Como vimos nos capítulos anteriores, as crianças tendem a ser submetidas às determinações do mundo adulto. O que mudam são as formas, pois o propósito sempre foi preparar os pequenos para o mundo adulto.

Para Luna, a situação foi outra. Apesar de admitir que a mãe fosse maltratada pelo pai e trabalhava muito, a jovem a acusa de omissa e negligente. E conta que a mãe via tudo o que acontecia, mas nunca fez nada para impedir: "*Quando eu tava dormindo, ele... ia lá me tocar. Isso minha mãe na cama de baixo e eu na cama de cima. Ela via tudo, sabia que eu não tinha culpa, entendeu? E me responsabilizava pela situação"*.

Voltando à história de Maria, a "formação do corpo" trouxe consigo as preocupações adolescentes. Surgiram as primeiras paqueras e os assuntos sobre virgindade e sexo. Tal comportamento de Maria despertou ciúme, medo e raiva em seu pai, a ponto dele incentivar um namoro com um primo para, segundo ela,

> *se um dia eu chegasse realmente a ficar com meu primo, eu acho que não geraria nenhuma suspeita. E ficaria tudo em família. Tipo assim: 'valha, a menina não é mais virgem, mas enfim está em família, então deixa pra lá'. Eu acho que seria abafado o caso. [...] Aí ele me jogou pra esse meu primo. E eu admirada! Só que com outros meninos ele já tinha receio, já não queria, tinha ciúme, me batia, não podia nem olhar para outro menino. Era só dele. Se não fosse dele, teria que ser alguém da família dele. Não sei se eu tô sendo clara.*

O pai de Maria queria manter a todo custo o domínio sobre o corpo da filha. Como *"gestor"*, gerenciava seus desejos, suas escolhas, sua vida; e manipulava situações como a relatada no trecho acima. Em busca da clareza, desviando o olhar e visivelmente envergonhada, a jovem seguiu me explicando os detalhes do seu rápido namoro com o primo, *"só um fica de beijar na boca e tudo. E foi só aquele beijo. Bem novela, bem selinho"*. Desta vez ela não cedeu às tentativas de manipulação do pai, mas continuou envolvida na relação incestuosa, a qual ficava cada vez mais violenta.

Naquela tarde de entrevista, Maria foi entrelaçando uma teia de lembranças que tornavam sua vida tão compreensível quanto explicável. Falou de um corpo invadido, moldado, violado, traçando a história da figura virginal de sua infância até chegar à carcaça maculada da mulher. Sendo o corpo eminentemente simbólico (MAUSS, 2011), a jovem construiu representações corporais para dar sentido à violência que sofrera na infância: por um lado, a criança feliz, inteligente e amada, por outro a mulher amordaçada, usada e destituída do próprio corpo.

4.2 O segredo

O abuso sexual incestuoso alia dois tabus sociais: sexo com crianças e incesto. Se o incesto em si retrata relações de ordem sexual proibidas na família, o abuso sexual

incestuoso é a transgressão, a invasão e a violação do corpo, da intimidade e da consciência emocional e corporal, realizadas por parentes próximos detentores de poder emocional, físico e social sobre a criança/adolescente. É uma atitude que ultrapassa a vontade da criança e os limites aceitos pela legislação (abuso sexual) e pela moral (incesto) e, portanto, causa sentimentos de repulsa na sociedade.

Considerado socialmente como inaceitável e repulsivo, o abuso sexual incestuoso desencadeia atitudes contraditórias nas pessoas, pois mantém muitas vezes o inadmissível em segredo. Eis a principal característica desse tipo de violência: constitui-se um dos segredos mais bem guardados nas histórias de família. Muitos casos estão escondidos em "cadernos de segredos[26]" individuais, familiares, sociais (o silêncio no âmbito escolar e comunitário também é comum), escondidos por sentimentos de vergonha, medo e culpa, formando um verdadeiro "pacto de silêncio". Alguns outros se tornam públicos ao serem denunciados aos órgãos especializados na defesa de crianças e adolescentes.

O imoral tende a ficar no plano oculto. Segredo pode ser utilizado "como uma técnica sociológica, como uma forma de ação sem a qual em termos do social não se poderiam alcançar certos fins". (SIMMEL, 2009, p. 20). No caso do abuso sexual incestuoso, ele garante a manutenção do ciclo de violência a partir do momento em que cria uma camada de sentido própria sobre a qual somente o adulto e a criança envolvidos têm conhecimento. A possibilidade de acesso ao segredo separa dois mundos paralelos interdependentes, "pois mesmo no caso de uma parte não notar a existência do segredo, este modifica a atitude daquele que o guarda, e, por conseguinte, modifica toda a relação" (SIMMEL, 2009, p. 19).

Martins (2010), Saffioti (s.d.) e Rangel (2009) afirmam que o abuso sexual incestuoso é pouco notificado devido a esse "pacto de silêncio" socialmente disseminado. Mantido longe dos olhos das pessoas, os abusos acontecem sempre quando não há possibilidade dos outros perceberem. *"Quando a minha mãe saía, ele trancava as portas, trancava o portão, aí me abusava"*, disse João. E quando é percebido, muitas vezes, não é revelado por medo, vergonha ou mesmo incredulidade. Associado aos segredos de família, a maioria dos casos permanece sob o sigilo até a fase a adulta. E quando ecoa socialmente através de revelações e denúncias, um sentimento de vergonha atinge não somente a criança, como também toda a família.

[26] Termo explicado na introdução.

Antes da revelação, o abuso sexual é uma experiência que costuma ser solitária tanto para a criança quanto para o agressor. *"[Ele ficava] Sempre calado. Ele nunca falava nada. Só fazia e às vezes nem olhava pra mim, pro meu rosto. Eu que olhava muito pra ele"*, continuou João. As energias da relação se movimentam na interação das solidões e "a exclusão enérgica dos demais produz um senso de propriedade" (SIMMEL, 2009, p. 20). Assim, a criança se vê subjugada, maltratada e presa no próprio silêncio. João procurou formas de evitar as investidas do pai, em vão. Movido pelo medo, ele cedia. Estava sempre sozinho na escuridão de um corpo violentado diariamente.

> *Todo dia ela ia. Todo dia quando eu tava sozinho ou então meu irmão não tava em casa porque ele ia trabalhar... Ele pegava nas minhas partes, ele já chegava a... Entendeu? Às vezes eu me tremia. Às vezes eu ficava mudo. Às vezes eu ficava em pânico. Eu não sei o que realmente passava pela minha cabeça. Mas aí... hoje quando eu paro pra pensar, me dá nojo. Dá nojo porque meu próprio pai fez isso comigo. Mas aí, o abuso continuou, continuou, continuou... Até que eu disse: "eu não aguento mais". Chegou a hora de falar. (João)*

> *E nesse dia, a minha mãe não tinha voltado... Eu perguntei [em pensamento]: "Onde é que tá minha mãe? Onde é que tá minha mãe? Onde é que tá minha mãe?" E nada da minha mãe vir. Aí, quando foi no outro dia, a minha mãe apareceu. Quando ela chegou, aí eu: "Mãe o que aconteceu com a senhora? Porque a senhora não veio?" Ela disse: "Não. É porque aconteceu um acidente com a mamãe" – que é a minha avó. Aí eu: "Ah tá! Mas foi grave?" [Ela respondeu:] "Não. Foi não. foi só uma queda que ela levou, mas já tá bem". Aí eu fiquei com ela a noite toda. Aí pronto. Nesse dia eu fiquei com muito medo, né, dele fazer alguma coisa comigo. (João)*

Muitas vezes, esse silêncio familiar está relacionado ao medo da verdade, à tentativa de manutenção da aparente tranquilidade familiar ou mesmo porque acreditam que a criança foi responsável pela situação (RANGEL, 2009; MARTINS, 2010). Camila contou várias vezes à sua mãe, em vão. A mãe de Maria agiu diferente: rapidamente denunciou o marido e saiu de casa ao lado da filha. Às vezes, a pessoa simplesmente não sabe o que fazer ou refugia-se em si mesma em busca da negação. Este foi o caso da mãe de João: ficou entre a incredulidade e um surto que a tirou da realidade.

> *Todo dia... Porque todo dia ela saía pra casa da minha avó. Nesse dia, tava na casa da minha avó. Aí eu me tranquei dentro do quarto do meu tio. Meu tio não tava. Ai eu falei: "Mãe, quero conversar com a senhora!" Falei bem sério. Aí ela disse: "O que é que você quer?" Aí tava eu e meu irmão. E meu irmão sabe que eu não gosto dele [pai], né? Meu irmão, pra ele, meu pai é um herói. Aí eu contei: "Mãe, é o seguinte. O pai tá fazendo isso e isso comigo. Quando a senhora sai, ele tira minha roupa, ele faz isso e isso comigo". Aí minha mãe é o tipo daquela pessoa que é muito desesperada. Aí ela se desesperou logo: "Meu filho, eu não acredito, num sei o que..." Aí colocou a mão na cabeça, aí fez um drama, e chorou, aí eu disse: "Pois é, mãe. É verdade". Ela: "Não pode ser, João. Ele não pode, não pode. Não acredito!" Aí olhou pro José e falou: "Tu acredita nisso, José?" Aí ele falou: "Mãe, não acredito não". Aí a mãe: "Porque?" [E o José]: "Porque o João não gosta do pai. Ele tá inventando essas histórias pra colocar a senhora contra o pai e a senhora se separar do pai". Aí a mãe olhou pra mim e disse: "Tem certeza que isso é verdade?" Aí eu abaixei a cabeça. Aí ela: "Me responda, João! Você tem certeza de que isso é verdade?" Aí eu: "Tenho, mãe". E*

> *respondi de novo: "Tenho, mãe. O pai tá fazendo isso comigo". Aí meu irmão, que é maior que eu, se levantou e: "Se você continuar essas brincadeiras, essas suas histórias eu vou... Você vai ver! Eu vou lhe bater". Aí eu fiquei meio assim... Aí [eu:] "Não, vou falar mais nada não. Vou ficar calado. Ela que acredite, agora. Porque eu falei a verdade". Só na minha mente, eu falei. Aí apareceu a vó. Aí eu pedi: "Mãe, não comenta nada com a vó porque a vó já é de idade". Eu tinha medo de acontecer alguma coisa com ela. [...] Aí quando passou assim uns dois meses que ele saiu de casa, a mãe tocou novamente no assunto: "Meu filho, você tem certeza de que isso é verdade, num sei o que? E eu falei: "Mãe, é... aconteceu isso, isso – só que foi só eu e ela – aconteceu isso e isso... meu pai tirou minha roupa e fez isso comigo. Ele me abusou... e tudo" Aí minha mãe, ela tem problema psicológico. Às vezes ela tem um, um... Quando ela recebe uma notícia muito triste, muito ruim, ou então às vezes quando ela tá sentindo muita alegria, ela perde um pouco a personalidade dela. Ela fica, tipo, com um distúrbio mental. Ela fica... eu não sei o que realmente é... uma doença... [...]Quando eu falei isso pra ela, quando foi com dois dias ela perdeu totalmente a memória. [...] Ela fica no mundo da lua, ela ri demais, ela canta, ela brinca de boneca... Entendeu? Aí ela assim... E aí todo mundo se perguntando... – porque minha família já sabe disso, né? – Todo mundo se perguntando o que foi que fez ela ficar doente. Às vezes eu chegava pra ela e olhava pra ela e ela olhava, olhava... e ela só fazia olhar pra mim. E eu sabia, tinha consciência de que fui eu que deixei, eu fiz... que fiz ela ficar doente., né? Porque eu falei isso pra ela. Mas ela tocou no assunto, aí eu tive que falar... E... Aí pronto... Depois de seis meses ela tornou... tipo assim, ela torna, ela volta, volta que ela é. Volta à personalidade dela. E aí ela esqueceu. Aí eu... "Não. Não vou tocar novamente no assunto, porque ela pode ficar doente novamente". Né? Ela esqueceu. Aí eu continuei morando com a minha mãe e tudo mais. (João)*

Apesar de ter sido apoiada pela mãe, Maria infere que atualmente pensa duas vezes antes de incentivar uma criança a denunciar. Certa vez, quando frequentava um projeto social, escutou de uma adolescente que seu padrasto estava abusando dela. Maria contou à menina sua história e incentivou a denunciar. Entretanto, revelar transformou a vida da menina em um inferno: ninguém da família acreditou e sua mãe a colocou para fora de casa. Sem ter onde morar, ela foi acolhida em uma instituição municipal, na qual não conseguiu se adaptar. Perdida e sozinha, foi para as ruas, envolveu-se com drogas e acabou entrando na criminalidade. Maria se sente culpada por isso.

> *uma menina que eu incentivei a denunciar... uma colega minha que entrou no projeto... eu incentivei a denunciar... Ai, eu: "Mulher, denuncia. A minha vida não é o céu, mas pelo menos ninguém toca mais no meu corpo. Minha vida não é o céu, muita coisa piorou, mas ninguém toca mais no meu corpo". Aí ela pegou denunciou. Quando ela denunciou, eu me senti a pior pessoa da terra. A pior pessoa desse mundo. Porque quando ela denunciou, a mãe dela expulsou ela de casa, acreditou no padrasto, ela não tinha onde ficar, e ela foi pra um abrigo. E eu: "valha, meu deus!" Tipo assim, eu me culpei. A culpa não era minha, não era minha... Mas pelo fato de eu ter incentivado ela a denunciar... (Maria)*

São os mecanismos simbólicos adultocêntricos e machistas (aliados às questões relativas à família e ao próprio tabu do incesto) entranhados na sociedade brasileira que alimentam a dimensão do segredo nos casos de abuso sexual incestuoso, criando uma característica marcante deste tipo de violência: a recorrência (SAFFIOTI, 1987; RANGEL, 2009). É muito comum o ciclo de violência durar anos sem que ninguém denuncie. João, por

exemplo, começou a ser abusado aos 8 anos e a denúncia só aconteceu aos 17, mesmo que ele tenha contado ainda criança à mãe e ao irmão mais velho. O abuso sexual incestuoso passa a ser, assim, um assunto que as famílias não contam e que a sociedade não pergunta. A verdadeira dimensão do problema, em um movimento cíclico, também ganha ares secretos, dificultando a criação de mecanismos de prevenção e combate a esse tipo de agressão. E acaba sendo tanto segredo de família quanto segredo social.

> Acreditamos que este silêncio frente à sociedade ocorra por vários motivos: temor pela reação da própria; para manter a aparência da "sagrada família"; por conivência entre as pessoas que sabem do fato e não o denunciam; por uma idéia de que nada pode ser feito para resolvê-lo; por ser um assunto tabu; por não se saber o que fazer (COHEN, 2005, p. 213).

A imposição dos jogos sexuais incestuosos violentos tende a obedecer a regras na construção de um vínculo de cumplicidade. Há uma espécie de "pacto" através do qual o agressor consegue invadir o corpo infantil e, ao mesmo tempo, garantir sigilo absoluto. Há uma espécie de sinergia entre desiguais. Cúmplices, pais e filhos estabelecem uma relação de poder, no sentido foucaultiano, onde o adulto subjuga a criança e esta responde ora consentindo ora resistindo.

> [O poder] É um conjunto de ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidades aonde se vêm inscrever o comportamento dos sujeitos atuantes: ele incita, ele induz, ele contorna, ele facilita ou torna mais difícil, ele alarga ou limita, ele torna mais ou menos provável; no limite ele constrange ou impede completamente; mas ele é sempre uma maneira de agir sobre um ou sobre sujeitos atuantes, enquanto eles agem ou são susceptíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Ou seja, o poder é um exercício relacional e, nos casos de abuso sexual incestuoso, alia-se ao segredo, ambos envoltos nos riscos da revelação.

Certamente, as "crianças não são querubins. Ainda que sua sexualidade não seja genitalizada e, portanto, seja diferente da do adulto, seu corpo pode responder a carícias, excitando-se" (SAFFIOTI, s.d., p. 4). Luna, pela primeira vez, admite que sentia, além de medo, prazer: *"Aí eu fiquei vivendo essa história toda e tal. E assim, eu achava antes que era normal, sabe? Porque eu achava normal, sabe? Assim, não tinha ideia se era grave, entendeu? Se... E às vezes eu gostava também. Nunca falei isso pra ninguém, sabia?"*. Essa normalidade relatada está diretamente relacionada à sua rotina familiar, já que a jovem presenciou várias vezes a irmã mais velha e a mãe sendo violentadas. Ao mesmo tempo, ela admite ao longo da entrevista alguns de seus fantasmas como a culpa por sentir-se excitada em alguns momentos. Entretanto, sabe-se que o prazer sexual sentido pela criança faz parte apenas dos "benefícios marginais" do abuso. Ou seja, assim como chocolates, bombons, presentes, dinheiro, trazem satisfação temporária seguida de

profunda culpa. *“Quando terminava, ele me dava grana”,* completou Luna. “O interdito e o ‘consentimento’, isto é, a **cessão**, constituem uma fonte inesgotável de culpa. Mais do que isto, a traição do corpo coloca a vítima na condição de co-participante ativa, o que a desloca, aos seus próprios olhos, da posição de vítima para a de agente” (SAFFIOTI, s.d., p. 4): *“Você mente pra você, que você não gostou, [...] Assim foi muito difícil. [...] Porque ele me machucou, entendeu? E depois ele me dava grana. E aí eu aceitava assim.. tudo numa boa. Só que tinha vezes que... eu não queria de jeito nenhum. E ele insistia, assim, sabe?” (Luna).*

> Mesmo nos casos em que o assalto incestuoso ocorre uma única vez, a vítima reage mesmo quando, aparentemente, não esboça nenhuma atitude reativa. Evidentemente, os recursos de uma criança ou adolescente para reagir à agressão sexual de um adulto que, por sua posição na família, tem ascendência moral e intelectual em relação à vítima, são escassos se comparados aos das pessoas mais vividas. Não se pode, porém, esquecer que crianças e jovens não são bonecos de cera, incapazes de esboçar qualquer reação. Podem ficar petrificadas de medo e não repelirem a agressão, mas poderão expressar seu desagrado seja verbalmente, seja deixando de corresponder ao movimento sexo-genital do agressor (SAFFIOTI, s.d., p. 2.).

Utilizando-se da ingenuidade infantil, os agressores sexuais convencem as crianças a não resistir. É comum o oferecimento de dinheiro, presentes, bombons, chocolates e outras atitudes que fazem os pequenos acreditar que tudo era por amor ou que nunca mais irá se repetir. Camila era constantemente assediada pelo padrasto enquanto dormia. Quando a menina contou para a mãe, ele justificou suas atitudes usando uma suposta preocupação com sua *“filhinha”. “Ele veio dizer que se ele botasse a mão nos meus seios. Em cima dos meus seios, que eu não levasse a mal, não era mal, não achasse que ele tava querendo alguma coisa. Era porque ele queria saber se eu tava bem. [...] ele disse: filhinha, se eu botar a mão aqui eu não tô querendo fazer nada com você”.* Na primeira vez que tudo aconteceu, a menina acreditou nas palavras dele e, com o tempo, foi desenvolvendo medo de dormir.

Por outro lado, João sempre que podia ia dormir na casa da avó materna para fugir dos assédios do pai. Ele chegou a conseguir permissão para morar com ela, mas isso durou pouco tempo. Maria não tinha muitas escolhas a não ser criar estratégias para não ficar sozinha com seu *“gestor”*, mudava de cômodos na busca de estar sempre acompanhada. Já Camila gritava quando o padrasto tocava em suas *“partes”*, mas sua mãe nunca chegou rápido o suficiente para flagrar as atitudes do marido. Para os três, as noites eram sempre momentos de tensão, pois era o horário em que se sentiam mais vulneráveis. João afirma que *“dormia com um olho fechado e outro aberto”.*

> *Às vezes eu queria... 'Não, mãe! Deixa eu ir com a senhora, deixa eu ir com a senhora!' Mas só que aí [o pai disse]: 'Não, ele vai ficar aqui comigo. Ele vai me ajuda' – ele tinha uma banquinha de relógio. [...] Aí às vezes eu chorava com a minha mãe. Aí [ela dizia]: 'João, porque você tá chorando?'. [Respondia:] 'Mãe é porque eu quero ir com a senhora, eu quero ir com a senhora'. Aí quando eu olhava pra ele [o pai], ele olhava feio pra mim. Ele achou que eu ia falar alguma coisa pra minha mãe. Mas aí eu não podia falar porque eu tinha muito medo dele, né? E foi... Com o tempo... Ele chamou um amigo dele pra fazer... pra fazer umas coisas comigo, né? Eu dentro do quarto, deitado. Ele tava jogando baralho. Ele é bêbado esse amigo dele. Aí o amigo dele ficou muito bêbado, né? Aí [o pai] chamou ele [o amigo:] 'Ei, vamo lá dentro'. Aí ele [o amigo]: 'fazer o que lá dentro?' – Eu tava lá no quarto e escutei, né? – [o amigo:] 'Fazer o que lá dentro?' [O pai:] 'Não, é porque minha mulher saiu, eu tô sozinho com meu filho e tudo mais...' Aí o amigo dele: 'Má! Que é isso, macho! É teu filho, num sei o que... Cara, eu só não te dou uns tapas agora porque eu tô muito doido aqui. Eu vou é sair. Vou pra casa. Mas tu se liga, viu?'. Eu entrei... Fiquei morrendo de medo... Nesse dia, eu fui dormir lá perto do quintal. A cozinha era perto do quintal. Aí eu fui dormir lá perto do quintal. Já quase no quintal, já. Na rede. Aí ele [o pai] perguntou: "O que você tá fazendo aí?" [João respondeu:] 'Não. Eu quero dormir aqui hoje porque eu tô com calor'. Aí [o pai]: 'Venha pra cá, num sei o que!' Aí eu fui pra cama, com medo dele me dar uma surra. Aí, quando chego na cama, ele começou a tirar minha roupa e tudo mais... mas ele não foi até o final porque ele tava muito bêbado. Acabou dormindo. (João)*

> *Meu pai começou a chegar... de vez em quando ele vinha... e pedia pra dormir lá na casa da mãe... Aí tudo bem. Até por aí tava tudo bem. E eu ficava com medo. Eu dormia, mas era um olho fechado e outro aberto. Mas só que... Aí eu já me sentia mais seguro porque eu dormia na sala junto com meu irmão, né? Tipo, uma rede perto da outra rede. E ele [o pai] dormia no sofá. Aí eu já tava mais tranquilo. Mas só que meu irmão tinha mania de acordar de madrugada pra ir pra cama da minha mãe, ia dormir com a minha mãe, né? Aí nessa hora é que eu sentia mais medo. Aí quando eu olhava pra ele já dormindo, aí eu dormia tranquilo. (João)*

Além dos deslocamentos e dos pedidos de socorro diretos e indiretos, eles também se utilizavam de ameaças para evitar que o abuso se concretizasse, as quais nunca surtiram o efeito desejado.

> *Disse que ia contar para minha mãe, ele disse que minha mãe não ia acreditar em mim, que todos iam ficar contra mim, e ele era uma pessoa muito conhecida e como ele é muito conhecido e já tinha uma formação, assim... e realmente quando a pessoa tem uma educação, quando tem uma família instruída, a família não acredita no que está acontecendo! Então, eu ficava com medo e não denunciei. (Maria)*

> *Eu tava dormindo e ele chegou até a mim e começou a querer me abusar, né? Aí eu comecei a falar alto dizendo que ia gritar, dizendo que ia gritar, ele botou a mão na minha boca. (João)*

> *Teve uma época que eu tava muito decidida a denunciar a questão do abuso sexual que acontecia dentro de casa, mas eu comecei a ganhar presente. Ele começou a me dar dinheiro, ele começou a me dar presente. Mas sempre foi a mesma pessoa. [...] E o presente só amenizava, claro, mas não deixava a vontade de denunciar. (Maria)*

Imóveis e temerosos, crianças/adolescentes tendem a alimentar seu sentimento de culpa por não conseguir enfrentar o problema como gostaria e podem acabar se adaptando à situação para evitar ainda mais sofrimentos. João parou de buscar ajuda da família quando sua mãe surtou. Sentiu-se culpado pela situação da mãe e preferiu manter o segredo até que houve o flagrante. Segundo, Simmel (2009), a revelação do segredo acontece somente quando a quantidade de energia desprendida (dentro e fora da relação) para mantê-lo é consideravelmente menor do que aquela responsável pela sua ruptura.

> As primeiras procedem do interesse prático e do encanto formal que como tal, o segredo apresenta; as outras se apóiam na incapacidade de resistir mais tempo à tensão do segredo e, nessa superioridade que, achando-se por assim dizer em estado latente no segredo, não se atualiza plenamente para o sentimento até o momento da ruptura. Por outra parte, também intervém o prazer da revelação, que pode acobertar uma outra forma perversa e negativa de sensação de poder (SIMMEL, 2009, p. 22).

No caso dos entrevistados, a revelação sempre ocorreu após algum acontecimento específico. João revelou à sua mãe todas as vezes em que o pai era mais violento ou ameaçava, mas a denúncia só foi feita quando houve o testemunho do irmão. Camila também revelou aos 17 anos, quando fora ameaçada pelo padrasto. Maria sofreu por três anos abuso sexual incestuoso sem saber como nomear o que para ela era inominável. As práticas abusivas variavam de pequenas inserções no corpo filial até o estupro propriamente dito. Revelar o abuso exigiu, de todos, coragem. Foram momentos delicados, onde afetividades e intimidades emergiram com força total. Ao contar para a mãe, Maria conseguiu imediatamente apoio e carinho. *"A gente abriu um B.O, no caso os meus tios maternos, avó materna, tudo materno acreditou em mim. Inclusive, a gente foi morar com a família da minha mãe".*

Entretanto, na maioria das vezes, crianças/adolescentes são desacreditadas, ignoradas ou culpabilizadas quando estão prontas para revelar seus segredos. Foi o que aconteceu com João: *"Aí eu virei motivo de fofoca, virei motivo de chacota, virei motivo das pessoas não acreditar que foi realmente abuso. Teve gente que dizia: 'ah, ele tava realmente era gostando' [...] Era um assunto muito delicado. Principalmente pra minha família que era muito autoritarista".* Dos cinco jovens entrevistados, somente Maria conseguiu apoio imediato.

João tinha sido acusado pela mãe de mentir e precisou do testemunho do irmão para que o assunto emergisse. A propósito, a última vez que pai de João tentou abusá-lo foi também a mais violenta. Eis sua descrição:

> *Aí a ultima noite que ele veio foi essa. Aí ele já tinha chegado já morto de bêbado... acho que... não sei se ele usou algum tipo de droga... algum tipo de*

> *coisa... Aí eu cheguei em casa e ele tava lá dormindo. Quando ele chegou, ele já foi logo se levantando, já foi logo me amarrando... E todo mundo dormindo, né? Porque eu tava com a chave e aí entrei [em casa] e todo mundo dormindo. Foi aí que eu dei um grito. Minha mãe não acordou, quem acordou foi meu irmão. Aí ele pensava... Meu irmão, meu irmão... Ele ouviu, mas ele ficou atrás da cortina. Ele não apareceu de repente, né? Ele ficou atrás da cortina. Aí ele viu o pai me amarrando, meu pai me enforcando. Quando foi no outro dia, eu fiquei todo vermelho [mostra a região do pescoço] porque nesse dia ele me apertou forte, bastante, eu fiquei sem ar. E foi que aí ele... meu irmão fez um mexido na cortina, aí ele pan... Percebeu que meu pai viu... Aí ele correu e foi se deitar... Aí foi que meu pai percebeu [...] que meu irmão tinha acordado. Aí ele foi, me soltou e disse que se eu falar alguma coisa "você vai ver!". Pediu a chave do portão e saiu. Aí eu ainda fui lá pra ver se o José tava acordado. Aí ele não tava. Eu acho que tinha adormecido, não sei. Se ele tava fingindo, eu não sei. Quando foi de manhã, aí veio a bomba.*

Testemunhado pelo irmão de João, o abuso sexual incestuoso tornou-se um assunto de família, que se reuniu na casa da "matriarca" para decidir o que iria fazer. A denúncia foi feita pela tia de João, porque sua mãe tinha problemas psicológicos e todos tinham medo que ela passasse mal. Alguns meses depois, houve duas audiências.

> *Minha mãe... Meu irmão falou pra minha mãe, e minha mãe falou pra minha avó. Aí... Isso contaram na quinta. Aconteceu de quarta pra quinta. Contaram na quinta. Quando foi no domingo, a minha avó me chamou pra passar o dia na casa da minha madrinha. Quando eu cheguei, tava toda a família reunida. Uma reunião de família [da família materna]. Aí perguntaram o que que tinha acontecido, se isso que [o irmão] falou é verdade. E eu falei: "É verdade. Já tentei contar pra mãe, mas a mãe, a mãe não queria acreditar. Na segunda vez que eu tentei falar pra ela, ela ficou doente. E acho que só agora, que quem pegou foi o meu irmão e só agora veio à tona. Eu não contava por medo. Eu tinha muito medo dele porque ele não é uma pessoa de se confiar. Porque é o tipo da pessoa que é perigosa". Não sabe o que ele vai fazer realmente, né? Muito agressivo comigo, principalmente comigo. Eu tinha medo de acontecer alguma... de falar e acontecer coisa. E pronto. Falei pra minha família e minha família ficou muito triste. Muito revoltada. Todo mundo começou a chorar.*

> *E... deram parte. Deram parte, eu tinha 17 anos. Mas só veio à tona o processo dia... foi agora em agosto de... do ano passado [2011]. Foi que teve duas audiências, fiquei de cara a cara com ele na frente do fórum, mas não foi dentro da sala, foi fora. A cadeira dele tava cara a cara pra mim. E às vezes eu... Da primeira vez eu fui, dei meu depoimento junto com minha avó. Da segunda vez, era a vez ele. Não precisava d'eu ir, tanto é que eu fui porque pensava que tinha que ir, tudo mais... e... tanto é que eu olhei... olhava pra ele e eu começava a dar calor na minha mão, eu começava a ficar nervoso... Aí eu: "não vó, pra casa minha casa. Tô passando mal". E ela: "o que é que você tem?". Eu disse: "não sei. não to bem, não to bem... vou pra casa". Aí ela: "tá certo". Me deu o vale [transporte]. Hoje eu não tenho mais contato com ele.*

Por sua vez, Camila foi ignorada pela mãe e precisou da intervenção de uma pessoa de fora da família. Uma amiga da família acolheu-a e incentivou-a a denunciar. Logo em seguida, foi à delegacia ao lado do pai e da irmã (que também foi abusada pelo padrasto). Nunca mais viu sua mãe e padrasto. Luna, por seu lado, também revelou à mãe os abusos sexuais perpetrados pelo pai, mas esta ignorou o pedido de socorro da filha,

presenciou os abusos durante as madrugadas e acusou publicamente a filha de sedutora. *"Ela facilitou que isso acontecesse"*, disse a jovem.

4.3 Corpos marcados

"Se eu ficar afobada, eu vou tecer, tá?" Foi assim que Luna começou a narrar sua história. Era uma tarde ensolarada do dia 05 de março de 2013. Após meses tentando marcar uma entrevista com a jovem de 22 anos, aluna do PVV, somente alguns dias antes da defesa desta dissertação conseguimos nos encontrar. Bonita, negra, altura mediana, cabelos crespos e curtos. Ela vestia uma blusa rosa, calça jeans e tênis. À primeira vista, era tímida e com gestos discretos. Durante a conversa, demonstrou uma surpreendente segurança na voz, gestos mais acelerados, pernas ansiosas e, muitas vezes, parou o que estava fazendo e me olhou nos olhos. Falou por duas horas, enquanto tecia um tapete. A entrevista foi realizada na sala de tecelagem do PVV, a pedido da própria moça, pois tecer a acalmava.

Hesitante e ansiosa, ela começou a contar sua história dizendo que *"aprontou"* muito na infância. Por várias vezes, perguntou-me o que eu queria saber especificamente, como se não soubesse por onde começar ou tentasse evitar falar de um assunto tão doloroso. Até que, em um dado momento, ela parou tudo, olhou para as linhas da máquina e disse: *"é assim, olha: quando eu era pequena, meu pai, ele me tocou, certo?"*. A partir daí, a Luna começou a contar uma série de fatos e sentimentos com uma riqueza surpreendente de detalhes. Enquanto ela narrava, eu observava que no seu braço havia várias pequenas cicatrizes, como riscos brancos e finos. Ficava me perguntando o que eram aquelas marcas, até que em um dado momento ela revelou.

> *eu sentia muita dor no peito, sabe? Dor de magoada, que machuca você, sabe? Quando um namorado termina com você. Uma dor disso: porque que eu não conseguia ser feliz, sabe? Era uma dor, assim, que não passava. Eu não entendia porque que eu tinha que passar por aquilo. [...] muito doido. Isso tudo na minha cabeça. E a culpa. [...] e resumindo, tudo pesou quando eu comecei a entender as coisas. Enquanto pessoa, enquanto mulher, enquanto ser humano, enquanto cidadã, enquanto adolescente, enquanto estatuto, sabe? Muitas coisas fora confundindo na minha cabeça.*
> *[...]*
> *E passei a... a me machucar, né? Tipo... eu sentia muitas dores. Então assim, se eu cortasse, eu ficasse bem, entendeu? Só que aí eu fiquei viciada. Eu me cortava o tempo todo e depois tinha que cortar por cima desse corte. E não conseguia mais parar de fazer isso (Luna).*

Essa dor era tão forte que a jovem passou a se cortar no braço, na tentativa de substituir a insuportável dor psicológica pela física. Seu braço estava marcado, assim como sua alma.

O abuso sexual incestuoso traz sérias consequências às vítimas. João descobriu após a denúncia que seu pai lhe transmitiu o vírus do HIV. Maria teve ideias suicidas e pensou em matar o pai. Camila até hoje não consegue dormir bem porque se acostumou a estar alerta por causa das investidas noturnas do padrasto. Outros efeitos que podem ser desencadeados pelo abuso são: gravidez; lesões genitais e/ou anais; comportamento agressivo; depressão; dificuldades de adaptação afetiva; dificuldades de adaptação interpessoal; dificuldades de adaptação sexual; problemas de conduta; manifestações obsessivas, fóbicas; problemas psicossomáticos; transtornos psicóticos (AZEVEDO; GUERRA; VAICIUNAS, 2005).

> *Porque hoje eu tô com HIV, eu peguei dele. Que recentemente, não sei o que aconteceu, porque ele passou aperto separado da minha mãe, acho que deve de ter acontecido dele ter pegado essa doença e passou pra mim. (João)*

> *Aí era muito triste pra mim isso. Aí quando eu voltava pra escola no outro dia, voltava pior ainda. Então meu rendimento foi caindo. [...] Só que eu tinha altos e baixos. Um dia eu tava bem. Outro dia eu tava mal. Outro dia eu tava chorando. Outro dia eu tava muito, muito feliz. E aí, parece que quando eu tava feliz e outro dia eu ficava mal é como se fosse pior ainda. [...] e as coisas iam piorando, piorando, piorando. E meu rendimento caindo e eu me afastando. E eu desesperada porque eu queria ser alguém, entendeu? E não tinha a capacidade de... e nem precisava tomar remédio... Que foi o que eu fiz. A escola tomou conhecimento, minha madrinha também, eu fui acompanhada por um bom tempo lá no [Hospital Infantil] Albert Sabin. E aí... eu fiquei com duas psicólogas, uma psiquiatra (Luna)*

Luna detalha tudo que sentia tanto na época do abuso quanto após a revelação. Depressão, bulimia, anorexia nervosa, pânico e ansiedade se agravaram com o tempo. A jovem chegou a tomar vários remédios e nada parecia funcionar. Cada dia mais deprimida, ela planejou sua morte diversas vezes. Ela *"queria ficar em paz"*. Sabe-se que existem também traumas mesmo que o agressor não empregue a força física e que a violência sofrida pode desencadear feridas graves como uma espécie de "morte psicológica" para a vítima. "As vítimas do incesto podem senti-lo como um equivalente mental de morte biológica, ou seja, como uma aniquilação interna de suas estruturas psicológicas, ficando deste modo impedidos de crescer e de modificar sua vida mental" (COHEN, 2005, 216). As consequências do abuso sexual incestuoso são apontadas como graves, mesmo que a própria vítima não tenha consciência disso, já que os sentimentos desencadeados tendem a ser negados ou reprimidos (COHEN, 2005; RANGEL, 2009).

> *Eu já tive vontade de me matar... Eu fui... Não sei se tu sabe, lá no fórum, eu acho que tu sabe, lá no fórum, naquela avenidazona, não tem aquela escada que você passa por cima para não ter que atravessar a pista? Eu já tentei me jogar dali quando eu tinha 14 anos. Minha tia me segurou, minha mãe não deixou... eu já tive vontade de matar o culpado. Porque minha vida já não tinha mais sentido. Então, vou matar ele e pronto. Vai ficar tudo resolvido... já que ele não vai pra*

> *cadeira, quem vai sou eu. Mas pelo menos eu vou com orgulho. Já passou isso pela minha cabeça. Mas o que nunca deixou eu fazer nada de errado foi a minha mãe... pela minha mãe ter acreditado em mim, e pela minha mãe ter abrido mão da vida dela. Eu não tenho coragem de fazer nenhuma besteira. Não tenho de jeito nenhum. Porque tudo o que ela fez por mim eu acho que só a senhora mãe fazia, viu? Tinha que ser A mãe, porque não é toda mãe que faz. (Maria)*

> *Quando eu comecei realmente num relacionamento mais sério, que eu ia ter relação sexual, era tudo no escuro... tinha todo um ritual... eu não tinha coragem de mostrar meu corpo, eu era uma pessoa extremamente tímida... eu me achava feia... me achava... nojenta no sentido de assim... será que ele vai perceber que alguém me tocou? Eu tinha receio... será se a pessoa que vai ficar comigo vai perceber que alguém já ficou? Eu cheguei até a perguntar para o ginecologista se o homem sabe quando a mulher foi tocada por outro. [...] Mas assim, eu tinha muita vergonha de tirar a roupa, de... tipo assim... eu tava bem, eu gostava da pessoa, tava no beijo... quando ia pra outra parte já ficava toda envergonhada... tem que fechar a luz, tem que fazer alguma coisa... mas eu não tinha coragem. (Maria)*

Luna personificou naquela entrevista todas as consequências físicas e psicológicas do abuso sexual incestuoso. Mágoa, dor, sofrimento, culpa, raiva, ansiedade, pânico, ideações e tentativas de suicídio. Braço e alma ficaram marcados. Os traumas a acompanham até hoje, afirmando que precisa domar um "eu" dela que quer morrer, um "eu" mau que às vezes a domina. Maria revelou que não consegue vestir biquíni para ir a passeios com banhos de piscina ou mar porque não se desvencilhou ainda da ideia de que alguém poderá olhá-la com desejo de possuí-la, como seu pai o fazia. *"Sabe aquela sensação de que estão te comendo com os olhos?".* Suas relações afetivas tiveram problemas de adaptação até que atualmente tem se sentido mais à vontade diante do companheiro. Seu corpo lhe parece ainda um problema, apesar de atualmente se considerar *"muito bonita"*. João manifestou comportamento depressivo durante todo o período em que sofreu abuso, sem que despertasse no restante da família qualquer desconfiança. Além disso, ele acredita que sua orientação sexual está diretamente relacionada à influência do pai em sua vida: *"eu sou homossexual por influência dele, eu não me via assim"*.

As marcas psicológicas em Luna influenciaram também outro processo violento: a exploração sexual. "*Eu fui prostituída. Eu queria a grana. Porque eu aprendi que a forma mais fácil de conseguir a grana era me prostituindo. Aí eu me meti em vários rolos. Quer dizer, as pessoas me envolviam em vários rolos e eu me enrolava mais ainda"*, disse ela. Os novos agressores se aproveitaram de sua fragilidade emocional e de sua situação financeira para envolvê-la em uma rede de exploração sexual infantojuvenil. Ela foi ameaçada, maltratada e humilhada também até que denunciou o caso à polícia, mas os agressores não foram responsabilizados. Outra situação que a jovem associa ao abuso sofrido na infância é um estupro que passou ainda na adolescência, perpetrado por um mototaxista: para ela, é

como se os homens soubessem de suas marcas e se sentissem livres para tocar em seu corpo. Por várias vezes, ela declara que odeia os homens.

O rompimento do silêncio tirou os jovens do ciclo de violência do qual fazia parte. Por outro lado, a revelação do abuso desencadeou uma série de problemas na vida dos jovens ao deixar de ser um problema individual para se tornar questão familiar e social. É sobre os impactos da denúncia que tratarei no próximo capítulo.

5 Do silêncio ao ‘escândalo’: repercussões da denúncia de abuso sexual incestuoso na vida das vítimas

5.1 O abuso sexual incestuoso como um desvio-crime

As discussões realizadas nos capítulos anteriores dão conta de que as relações familiares são multifacetadas, ao passo que há um movimento de desconstrução dos papeis de pai, mãe, irmão, avós, etc. O amor familiar não é natural e a violência no ambiente doméstico é uma realidade relativamente comum. O abuso físico tende a ser mais aceito socialmente, sob a justificativa da educação e o sexual, incompatível com a família. O abuso sexual incestuoso constitui-se geralmente em segredo de família, apesar de despertar vergonha e nojo. Então, porque a reação da família dos jovens diante da informação de abuso sexual incestuoso foi de aparente descrença e indiferença? Que especificidades levam uma família, antes aparentemente unida, a se separar? Seria somente o fato de se denunciar um crime ou a reação ao saber da relação incestuosa?

Envolto em mitos, símbolos e mistérios, o incesto é um interdito social. Apesar de ser uma proibição moral e, portanto, condenada (ou condenável) em nossa sociedade, as relações incestuosas não são citadas na legislação brasileira. O Código Civil Brasileiro limita o casamento entre parentes até o terceiro grau. Já o Código Penal não inclui o incesto como prática criminosa, apesar de reconhecer em certos casos seu caráter transgressor da moral, como um agravante nos crimes sexuais previstos em lei (DIAS, 2006; DOSSIÊ, 2005).

Alguns autores consideram a não criminalização do incesto uma forma de silenciar um problema. Dias (2006, p. 12) afirma que “trata-se de fato cujo nome ninguém sequer gosta de pronunciar. Aliás, é delito que nem nome tem e até parece que não existe, pois nem se encontra tipificado no Código Penal”. Cláudio Cohen (2005, p. 212) igualmente criminaliza o incesto:

> Podemos definir incesto como um abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que possui um vinculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio. Portanto, as características do incesto são: o abuso sexual e o vinculo familiar.

Para Dias (2006) e Cohen (2005), o incesto deveria ser tratado como crime autônomo pelo nosso Código Penal, não apenas como um agravante de crimes sexuais. Eles consideram também a necessidade de que suas penalizações estivessem alinhadas com a avaliação multiprofissional de infratores e vítimas, aproximando-se da ideia de incesto como doença.

Mas seria mesmo o incesto sempre crime? Segundo Saffioti (s.d.), existem dois tipos de relações incestuosas, cuja principal diferença está na convergência ou divergência de vontades. Em termos gerais, toda violação das regras sociais de parentesco através de relações sexuais consiste em incesto. Contudo, se há livre escolha de um casal adulto capaz de prever e compreender possíveis consequências de uma transgressão da proibição do incesto (repúdio dos outros, por exemplo), tem-se configurada uma relação de vontade convergente. Já a divergência de vontades existe quando a relação incestuosa envolve uma relação coercitiva, independente das idades dos envolvidos.

Com base nas ideias desenvolvidas nos capítulos anteriores, segundo as quais a definição do incesto é uma construção social de cunho moral e as relações familiares são plurais e multifacetadas, afirmei que há uma extensa variedade de arranjos familiares nos quais estão inseridos diversos significados sobre o incesto. Sobre isso inferi que: 1) nem todos os relacionamentos sexuais entre pais e filhos são socialmente proibidos; 2) se proibidos, eles não são necessariamente considerados crimes pelo sistema judiciário brasileiro.

Tais relações são moralmente inadmissíveis, mas não criminalmente puníveis. Além disso, considera-se sempre crime sexual qualquer relação sexual praticada mediante coerção, sendo o incesto apenas um agravante da infração. As vontades divergentes são caracterizadas por uma relação coercitiva praticada através de coação, extorsão, intimidação psíquica ou quando a vítima não tem condições de dar seu consentimento por estar embriagada, sob o efeito de entorpecentes ou quando está em situação peculiar de desenvolvimento (crianças e adolescentes).

> No verdadeiro incesto, já que duas vontades se somam para a realização de atos amorosos, não se violam direitos. No abuso sexual incestuoso, ao contrário, existe sempre o desrespeito, a desconsideração, a violação de direitos, enfim, a violência em suas várias formas de manifestação concreta. A atitude do agressor sexual visa ao seu próprio benefício, ao seu conforto, à satisfação de seus desejos sexuais e ou de poder (SAFFIOTI, s.d., p. 6).

Saffioti (1987) considera que todos os relacionamentos incestuosos envolvendo adulto e criança/adolescente estão baseados na divergência de vontades. Isso porque, para ela, pessoas menores de dezoito anos ainda não teriam maturidade biopsicossocial para consentir esse tipo de relação. Sendo assim, existiria uma desigualdade de condições onde o pai/adulto induz o filho/criança a ceder à sedução. Mas este ceder não significa consentir e a cessão é fonte inesgotável de culpa (CALS, 2007; SAFFIOTI, 1987). Por esta fragilidade

Saffioti (1987, p. 4) considera o incesto envolvendo crianças e adolescentes um tipo de violência sexual:

> A grande diferença entre os dois tipos de incesto aqui descritos reside na convergência ou divergência de vontades. Esta questão das vontades, nem sempre coerentes com as pulsões sexuais, é tão nuclear que permite continuar denominando de incesto o primeiro caso, mas exige uma denominação distintiva no segundo caso, que poderia ser abuso incestuoso ou, para reforçar através da redundância, **abuso sexual incestuoso** ou ainda abuso sexual em família. Este último, quer se realize através do processo de sedução, quer pela ameaça ou uso da violência física, implica uma hierarquia entre as pessoas envolvidas: há uma que comanda e se beneficia da relação; há outra que obedece e sofre com a relação, embora possa ter benefícios secundários[27]. Desta sorte, se trata de uma relação de dominação-exploração.

Essa dificuldade que a criança teria em compreender as atitudes de seu pai aparece nas narrativas de Maria, João, Camila e Luna quando afirmam que o início da violência está permeado pela culpa de não gostar do tipo de carinho feito por aqueles a quem chamavam de pai. Maria explica: *"quando você é criança, você pensa que muitas vezes é um carinho excessivo, mas que não deixa de ser carinho"*. Ela achava tudo muito dolorido e incômodo (dizia: *"pai, dói!"*), mas em compensação seu pai a amava. Além disso, a falta de conhecimento e experiência despertava ainda mais conflitos psicológicos: a criança pode, por exemplo, se perguntar por que esse carinho é ruim ou porque o carinho não pode ser contado para ninguém. As respostas para tantas dúvidas chegaram aos poucos, alguns através dos programas de televisão (Barra Pesada, por exemplo), outros foram percebendo a gravidade da situação à medida que cresciam e compreendiam melhor suas vivências. Já Luna foi descobrindo quando começou a procurar as redes sociais para compartilhar suas angústias. Assinando um nome fictício, escreveu em comunidades sobre abuso sexual e acabou conhecendo as pessoas da Rede Aquarela que intervieram na situação. A partir do conhecimento adquirido, as sensações de culpa e violação sentidas por eles se intensificaram.

O diálogo entre Dias (2006), Cohen (2005) e Saffioti (s.d.) traz algumas diferenças de ordem conceitual. Ao se referirem ao crime do incesto, os dois primeiros referem-se necessariamente às relações sexuais incestuosas envolvendo adulto-crianças/adolescentes, ou seja, eles não consideram em suas reflexões a possibilidade de dois adultos escolherem viver esse tipo de afetividade. Neste sentido, corroboro com as considerações de Saffioti (s.d.), ressaltando que nem sempre as relações incestuosas são violentas.

[27] Todas as formas que o agressor utiliza para agradar sua vítima com o objetivo de perpetuar o abuso como, por exemplo, bombons, chocolates, brinquedos, a atenção dispensada a ela e o possível prazer físico que a vítima possa sentir durante o contato sexual.

> As restrições às relações pais-filhos se devem ao fato de que nem toda relação incestuosa pode ser considerada abusiva. As práticas sexuais entre irmãos ou entre parentes adultos nem sempre são permeadas por violência física ou psicológica, podendo estar presentes, nestes casos, afeição ou atração sexual mútuas que descaracterizam o abuso, na ausência da desigualdade de poder inerente à relação pai-filho, quando o filho ainda é uma criança ou adolescente (RANGEL, 2009, p. 25)

Essa descriminalização do incesto não significa que crianças e adolescentes estejam desamparados legalmente ou que sejam responsabilizados por relações sexuais incestuosas nas quais, por ventura, estejam envolvidos; isso porque já é previsto em lei que qualquer relação sexual envolvendo adultos e crianças/adolescentes constitui-se crime no Brasil. Nesse caso, o crime em nossa legislação refere-se à violência sexual praticada contra menores de 18 anos da seguinte forma: considera-se "estupro de vulnerável[28]" sempre que houver qualquer circunstância de cunho sexual envolvendo menores de 14 anos e, em se tratando de adolescentes, entre 14 e 18 anos, o crime configura-se como atentado violento ao pudor (SDH, 2011). O incesto, então, é apenas um agravante dos crimes sexuais contra menores, garantindo a liberdade sexual a pessoas maiores de idade que mantém relações incestuosas convergentes.

A análise dos comportamentos sexuais entre parentes torna-se mais complexa quando são ultrapassados os limites de violação das regras de conduta, consideradas normais. Diante de sua transgressão, despertam sentimentos coletivos condenatórios, por se aliar a um crime sexual contra menores, também tido socialmente como desvio. A infração das regras da exogamia (casamento fora do grupo familiar) ganha, aqui, contornos ainda mais intrincados por estarem envoltos dois comportamentos sexuais desviantes que culminam em um crime com agravantes.

Destaco que nem sempre as relações sexuais incestuosas envolvendo adultos e crianças/adolescentes configuram-se um desvio. Segundo Becker, o desvio é uma criação social: os "grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*" (BECKER, 2008, p. 21-22). Então, as tais relações incestuosas só podem ser consideradas desviantes quando a reação dos outros assim as rotular.

> Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um infrator. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso: o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2008, p. 22).

[28] Art. 217 – A, do Código Penal Brasileiro.

O desviante é considerado por Becker (2008, p. 13) um *outsider*, ou seja, aquele que desobedece às regras do grupo e sofre sanções informais por isto. “Ocasionalmente, essas ações fora do comum incitam de fato os outros a concluir que você pode ser um ‘doente mental’, e não apenas ‘grosseiro’ ou ‘esquisito’”, como se a desorganização social fosse resolvida através da institucionalização psiquiátrica do diferente. O termo “desvio”, então, é utilizado para abranger todas as possibilidades do comportamento “anormal”, sendo que apenas uma delas é realmente criminosa. “À medida que a categoria carece de homogeneidade e deixa de incluir todos os casos que lhe pertencem, não é sensato esperar encontrar fatores comuns de personalidade ou situação de vida que expliquem o suposto desvio” (BECKER, 2008, p. 22). Essa necessária heterogeneidade do conceito de desvio coloca todos os envolvidos no abuso sexual incestuoso como pessoas potencialmente *outsiders*, a depender da reação dos outros diante da revelação[29].

Relacionando as abordagens de Becker (2008) e de Saffioti (1987), considero as relações incestuosas envolvendo crianças/adolescentes, quando denunciadas, como comportamento desviante criminoso (violência), por ferir tanto normas informais (tradição) quanto formais (lei) de convivência social. A complexidade envolvendo tal desvio-crime demonstra que, ao mesmo tempo em que a conduta é potencialmente condenável, muitas vezes fica no âmbito tolerável, protegido pelos segredos de família. Isso porque, atitudes familiares tendem a proteger o homem (legalmente intitulado de agressor e socialmente chamado de pai) sob a justificativa da legitimidade de seu poder tradicional de homem-pai, ao passo que a palavra infantil torna-se desacreditada: segundo João, por exemplo, seu tio paterno o acusou de mentiroso ao saber da denúncia *(“Tá vendo que ele [o pai] nunca faria isso! Ele [o filho] está inventando. Isso é mentira!”).* As frequentes acusações de que a criança (ou adolescente) é mentirosa são exemplos do que Veena Das (1999) chama de “encenação calculada”: as narrativas de familiares em locais públicos são devidamente calculadas na tentativa de preservar a honra familiar, evitando a vergonha e o ‘escândalo’. Neste sentido, em casos de relações incestuosas envolvendo adultos-crianças/adolescentes nem sempre “os outros” na sociedade considerarão o homem-pai um *outsider* (aquele que infringiu a moral), mesmo que ele seja processado.

Para Luna, além da defesa da honra individual/familiar, há uma espécie de omissão compartilhada com a qual ninguém quer se comprometer:

> *[As pessoas] não querem ter muito trabalho, não querem se envolver. Então elas tentam calar sua boca de qualquer jeito. Mesmo te culpando, te dando grana, te dizendo que vai te matar, entendeu? Que você seduziu. Que você é culpada. Um monte de coisa do tipo que as pessoas costumam falar pra você (Luna).*

[29] O que difere das categorizações quando é utilizado o conceito de crime onde há vitimas e agressores.

Se o incesto em si retrata relações intrafamiliares de ordem sexual proibidas social e culturalmente, o abuso sexual incestuoso é a transgressão, a invasão e a violação do corpo, da intimidade e da consciência emocional e corporal realizadas por parentes próximos, detentores de poder emocional, físico e social sobre a criança/adolescente. É uma atitude que ultrapassa a vontade da criança e os limites aceitos pela legislação (abuso sexual) e pela moral (incesto) e, portanto, causa sentimentos de repulsa e negação na sociedade. Sua denúncia tende a transformar o que seria a libertação de uma situação de violência na condenação social de quem, legalmente, seria vítima. Porquanto abrir o "caderno de segredos" desencadeia uma série de sanções, sendo a dualidade vítima-agressor muitas vezes contestada: ambos são *outsiders*, responsáveis pelo 'escândalo'. Surgem daí as palavras depreciativas *("a vagabunda"* e *"veado incubado"*, por exemplo), fofocas *("sabe aquela ali? pois é, 'deu' pro pai")* e olhares condenatórios, rompimento de relações sociais e o deslocamento dos *outsiders* para as margens da sociedade.

> *Aí um certo dia, eu falei pra minha mãe o que tava acontecendo. E ela num... Ouviu, mas não falou nada, entendeu? Como se eu tivesse culpa. E, quando ela bebeu, ela falou na rua, assim, pra todo mundo que eu tava fodendo com meu pai e que eu gostava e que a culpa era minha.*

A denúncia rompe o pacto de silêncio familiar e a situação vivida por criança/adolescente torna-se pública mediante a intervenção dos órgãos oficiais de proteção (especialmente Conselhos Tutelares e Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente), despertando os primeiros rumores na própria família e sua vizinhança. "Pode-se dizer que conforme os discursos vão se distanciando do centro do 'escândalo' e as informações vão se afastando das fontes diretas e se tornando mais imprecisas (no estilo 'ouvir dizer que...' ou 'é o que rola na boca do povo'), as fofocas transformam-se em rumores" (LOWENKRON, 2008, p. 71), cuja circulação é rápida e eficiente. Radicaliza-se o controle das reputações dos protagonistas (pai e filho/a), viabilizando interações e negociações entre as pessoas envolvidas na rede de fofocas, acusações e intrigas.

> *Eu não conseguia ter a minha vida mesmo, sabe? Enquanto pessoa. As pessoas viviam a minha vida. Elas escolhiam como eu tinha que viver. Eu achava isso cruel (Luna).*

Luna revelou sua história de violência a uma funcionária da FUNCI via redes sociais. Foi acolhida pela mulher de forma a se sentir mais segura e tranquila. Entretanto, ela não imaginava que precisaria passar por todos os procedimentos legais: inserção em projetos sociais, abrigamento, delegacia. Assustada com as repercussões da revelação, tentou fugir desse caminho, mas a situação em sua casa a fez aceitar a intervenção do poder público. O problema, segundo ela, é que o controle de sua vida deixou de ser da família para ser do Estado. O abrigo lhe parecia uma prisão. A delegacia a deixava em

pânico. Repetir várias vezes sua história aumentava sua ansiedade. Ela não queria isso. Ela só queria que alguém a entendesse e não a culpasse.

Delegacia, exames de corpo de delito, idas obrigatórias aos projetos sociais, necessidade de repetição da história de violência a diversos desconhecidos, afastamento da residência familiar e da escola. Estas intervenções marcam a vida de crianças e adolescentes que denunciam o abuso sexual cometido por seus pais e, unidas à lentidão do processo judicial, intensificam as reações dos "outros". Neste momento, é comum uma parte significativa da família e dos amigos rejeitar as informações passadas pela criança/adolescente, entendendo que esta é mentirosa ou entrou em uma situação embaraçosa por escolha própria ("está assim porque quis"). Há também o medo de macular a própria honra (ou da família) ao manter quaisquer vínculos com os protagonistas do 'escândalo' ("minha filha não anda com vagabunda"), o que intensifica o rompimento de laços de amizade. Responsabilizados, crianças/adolescentes acabam se sentindo abandonados e marginalizados por vigilantes das regras sociais, sofrendo sanções sociais como desviantes.

Maria infere que *"o que fortalece a pessoa é o acompanhamento dela... e o que dificulta é a própria sociedade"*. Abuso sexual incestuoso vai além da noção de crime que traz prejuízos biopsicossociais às vítimas. Trata-se de desvio moral, de comportamento repugnante. Os processos condenatórios nas redes de relações dos jovens transformaram a libertação da violência no desenvolvimento de severas punições a quem, a priori, seria vítima. Porquanto abrir o "caderno de segredos" desencadeou uma série de sanções não havendo aqui a dualidade vítima-agressor: ambos são *outsiders*, ambos são responsáveis pelo escândalo.

> *Então, assim, eu tinha que ter muita paciência, porque deixou de ser uma coisa minha para ser coisa da família. Quem sabia da minha família, cobrava. Disseram várias vezes que se ele não foi preso é porque ele não é culpado [...] Ela [avó materna] me humilhava mesmo. Dizia que meu irmão era um santo e tal, tal. Ela sempre fazia essa comparação. E dizia que o meu irmão fez o certo, ficou com ele [o pai] e eu fiz o errado. E que eu destruí o casamento dos dois [pai e mãe] (Maria).*

Revelação e denúncia, então, trazem consigo a impossibilidade de manutenção do segredo e a exposição de uma vergonha pessoal e familiar. Quanto mais repercute o escândalo, mais a jovem vítima é condenada por revelar. O rompimento do "pacto de silêncio" tornou-se um divisor de águas na vida dos jovens. Com ele, vieram: o fim do ciclo de abuso sexual, a dissolução da família nuclear e o desenvolvimento de novos caminhos.

5.2 Seguindo em frente

Maria terminou seu curso profissionalizante no PVV e, em seguida, começou a trabalhar em uma área paralela à sua formação. Atualmente, sonha em fazer um curso superior na área da educação.

> *Eu pretendo fazer pós-graduação, mestrado, doutorado, quem sabe num vou ser PhD? Eu pretendo estudar muito assim. Mas na questão de querer qualidade de vida, de poder ter acesso aos direitos de todo mundo que tem dinheiro. Porque se você falar de direito de todo mundo, todo mundo tem e ninguém tem acesso. Mas mais pela questão de ter qualidade de vida, de ser uma pessoa instruída, porque eu gosto muito de estudar.*

Esses sonhos quase caíram por terra quando a jovem resolveu romper o silêncio sobre a relação que mantinha secretamente com seu pai. Calada, passaram-se anos. Vivia incomodada com as atitudes do pai, mas acreditava que aquilo era a forma dele fazer carinho. Convivia sozinha com as dúvidas alimentadas pela dor e esperança do amor. Até que um dia, assistindo a um programa policial na televisão, a menina descobriu que a relação com seu pai poderia ser um tipo de agressão. Ficou confusa, mas manteve-se em silêncio. Tinha medo de contar e ninguém acreditar, de ser castigada pelo pai ou mesmo pela mãe. Pouco tempo depois, quando descobriu que não era mais virgem, como suas colegas de escola, foi

> *que realmente caiu a ficha: que eu tava sendo abusada, que eu tava sendo explorada, e que toda a questão do meu corpo não foi eu que descobri... alguém descobriu... alguém descobriu antes de mim. Então, assim, veio um sentimento de ódio, de tá sendo usada, de tá sendo um objeto na mão de alguém. [...] Então, assim, eu chamei minha mãe para conversar e disse pra minha mãe que acontecia isso, isso, isso e isso, e que eu não aguentava mais.*

Imediatamente, a mãe de Maria foi denunciar o marido na Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (DCECA), saiu de casa com a filha e buscou abrigo com familiares. Enquanto o irmão ficou em casa com o pai, a jovem passou a morar com a avó materna até ser expulsa de lá também. Foi difícil continuar os estudos e quase abandonou a escola.

> *Eu consegui terminar meu ensino médio com muita dificuldade... Eu não tinha dinheiro, era filha de pais separados, não tinha estrutura... Então assim, no ensino médio eu toda vida eu estudei em colégio público. [...] Eu quando eu comecei a estudar, não tinha colégio do ensino médio próximo de casa. Aí eu estudei no primeiro ano num colégio, o segundo ano noutro, e o terceiro, noutro. [...] Então assim, como eu to dizendo, na minha adolescência... foi tudo muito conturbado... e depois que tudo aconteceu eu tinha que dar conta de várias coisas. O pior que não basta você contar, você tem que provar que tava falando a verdade.*

Maria e Rebeca tiveram o apoio imediato de suas mães. Mas isso não ocorreu com os outros jovens. João, por exemplo, revelou duas vezes à mãe sobre o abuso sexual

perpetrado pelo pai. Entretanto, a denúncia só foi feita anos depois quando um dos estupros foi presenciado pelo irmão. Camila gritava todas as vezes que o padrasto ia assediá-la. Sua mãe passou a achar que a menina estava sonhando e nunca acreditou na palavra da filha. Ao longo do tempo, as investidas ficaram cada vez mais frequentes e violentas. Após a família se mudar para o Paraná, o padrasto começou a ter ciúme da menina e a proibia de sair de casa. Após receber algumas ameaças, a jovem fugiu de casa e pediu ajuda a uma amiga da família, que a acolheu e avisou ao pai da menina, que ainda morava em Fortaleza. Logo em seguida, a jovem voltou para a casa do pai e denunciou seu agressor. Sua mãe, o padrasto e meio-irmãos nunca mais apareceram.

Luna também revelou o abuso sexual ainda criança. Segundo ela, várias pessoas sabiam, inclusive a mãe e os irmãos. O segredo era mantido inclusive pela vizinhança. Muito estudiosa, ela conseguiu uma bolsa de estudos em um colégio interno em Fortaleza, onde sua madrinha trabalhava, conseguindo se livrar um pouco da rotineira violência intrafamiliar. Entretanto, quando ela tinha folga na escola, precisava suportar o pai novamente. Além disso, ela relata que as marcas psicológicas do abuso a perturbavam cada vez mais. O rendimento escolar caiu drasticamente. Seu comportamento – cada vez mais arredio, depressivo e automutilante – despertou a desconfiança da escola, que pressionou a menina. Foi quando esta revelou os abusos sexuais perpetrados pelo pai. Entretanto, foi somente após revelar nas redes sociais que houve uma intervenção pública e legal, a partir das ações de uma funcionária da rede de proteção. A denúncia foi realizada, os problemas psicológicos só aumentaram e a jovem foi para um abrigo. Enquanto isso, seu agressor continuou em casa, abusando de outra filha. Alguns meses depois, a menina resolveu sair do abrigo e voltar para casa. Não acreditava mais nas promessas do poder público e buscava a paz e a liberdade que tanto sonhava. Apesar de ser notificado, seu pai nunca foi preso. Atualmente, ele está muito doente: *“meu pai vai morrer e não aconteceu nada”*.

Entre o ato de revelar uma violência e denunciá-la, há um abismo que pode manter o segredo protegido. Diferente do que aconteceu com Maria e Rebeca, a revelação, a priori, não surtiu o efeito que João, Camila, Luna desejavam. A interferência de terceiros foi decisiva para que a justiça fosse acionada e a rede de proteção agisse. Em geral, os agressores foram denunciados, exceto o pai de Rebeca. Nenhum foi preso, estando todos os processos parados há anos. Apenas uma mãe acreditou de imediato na filha e os outros precisaram de acontecimentos externos para que a denúncia fosse realizada. O padrasto de Camila está foragido da polícia, já os outros estão vivendo em liberdade. Somente o pai de Rebeca saiu de casa, expulso pela mãe. Nos outros casos, os jovens precisaram se adaptar

em residências de familiares ou em abrigos públicos. Após a denúncia, os jovens foram encaminhados aos projetos sociais da rede de assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, onde receberam atendimento psicológico, jurídico e de assistência social. Foram tais projetos sociais, especialmente o Programa Rede Aquarela, que encaminharam os jovens ao processo seletivo do Projeto Vira Vida. Somente Luna ainda está ligada aos cursos do PVV, sonhando em ser estilista.

O abuso sexual incestuoso e sua revelação transformaram profundamente a vida dos jovens, fazendo-nos começar a pensar como foi possível para eles "seguirem em frente". Aqui remetemos a um conceito cada vez mais estudado pelos pesquisadores de maus-tratos infantis: a resiliência.

> A palavra resiliência origina-se do latim, resílio, *re* + *salio*, que significa "ser elástico". Em 1807, surgiu no cenário científico moderno compondo o vocabulário da Física e da Engenharia, sendo um de seus precursores o cientista inglês Thomas Young. A resiliência de um material é a energia de deformação máxima que ele é capaz de armazenar sem sofrer deformações permanentes. Isto é, a resiliência refere-se à capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica ou permanente (NORONHA et. al., 2009, p. 498).

Esse conceito começou a ser levado em consideração nas Ciências Humanas quando pesquisadores perceberam que algumas pessoas vítimas de situações estressantes conseguiam reconstruir suas vidas.

> (...) vários conceitos teóricos sobre resiliência surgem fundamentados numa variedade de disciplinas como a psicologia, biologia, sociologia, psiquiatria, educação, dentre outras. A resiliência como foco da temática do desenvolvimento humano em situações de risco vem sendo estudada por vários autores em diversas partes do mundo desde a década de 1970, dos quais destacamos as pesquisas que buscam identificar os fatores de risco e de proteção que contribuem para a adaptação dos indivíduos, subsidiando programas de intervenção e políticas públicas no âmbito da saúde mental, em que a principal preocupação desses pesquisadores reside em identificar fatores que auxiliam as pessoas a manter um desenvolvimento saudável na presença das adversidades (NORONHA et. al., 2009, p. 498).

Essa capacidade humana de "adequação" passou a ser estudada, principalmente na década de 1990. As pesquisas foram se aprofundando de forma que a utilização do termo proveniente da física ficasse cada vez menos mecânica. Começou-se a pensar no desenvolvimento humano de forma mais complexa, abrangendo também questões socioculturais (NORONHA et. al., 2009). Resiliência não significa um retorno a um estado anterior, mas sim a superação (ou adaptação, como querem alguns autores) diante de uma dificuldade considerada como risco, e a possibilidade de construção de novos caminhos de vida e de um processo de subjetivação a partir do enfrentamento de situações traumáticas (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003).

A resiliência tem sido apontada como um conceito inovador na área da violência contra crianças e adolescentes e, em especial, no que concerne ao abuso sexual incestuoso. O conceito pode iluminar caminhos para as vítimas superarem os traumas e conseguirem reconstruir suas vidas, mas ainda existem muitas divergências sobre o assunto. Seria a resiliência uma possibilidade restrita a indivíduos específicos? Por que algumas pessoas superam e outras não? Junqueira e Deslandes (2003, p. 228) afirmam que: “O debate que se trava em torno da resiliência, a capacidade de desenvolvê-la, suas potenciais contribuições (...) e a complexidade que o conceito vem agregando, liga-se a uma discussão sobre o tema central na saúde coletiva: a conexão entre o individual, o singular e o coletivo”.

Entretanto, controvérsias conceituais sobre a natureza da resiliência acabam quando se fala dos benefícios de se compreender melhor essa possível capacidade humana de superar as adversidades e situações traumáticas. Isso porque, “a resiliência rompe com uma noção onde o sujeito se vê aprisionado a um ciclo sem saída” (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003, p. 233) e ultrapassa a ideia de que nada pode ser feito para vítimas de abuso sexual incestuoso.

“É possível superar sim”, disse João. O jovem narra sua trajetória de vida destacando a própria superação dos traumas vividos. Com segurança na voz, ele afirmou que *“seguir a vida normalmente”* é uma possibilidade real para qualquer trauma vivido e que após dois anos da denúncia, sente-se capaz de perdoar seu pai com tranquilidade e sem qualquer mágoa:

> *Se ele me pedir perdão ou desculpa, eu perdoava [...]. Eu tenho coragem porque ele é pai [...]. Por que a partir do momento em que eu perdoo, eu tenho consciência de que a minha vida não será a mesma. Mas eu acho que isso é o que está faltando em mim. É ele chegar e me pedir perdão [...]. Hoje graças a Deus eu tenho apoio da minha família tanto no pessoal quanto na minha orientação sexual. E estou muito feliz hoje [...]. [Antes de vir ao Projeto Vira vida] eu já estava com essa ânsia de querer mudar, de deixar meu passado, porque... Eu sempre colocava isso na minha cabeça: estar revivendo, relembrando o passado, pra quê? Passado é passado! E se você ficar pensando nas coisas ruins passadas que você viveu [...], não vai viver nunca. Foi aí que eu tomei a atitude de querer mudar [...]. Hoje eu sou uma pessoa completamente diferente de antigamente. Eu vivo minha vida intensamente. E o que eu puder fazer para melhorar meu dia, eu faço [...]. Pegar aquilo que você viveu e enterrar. Porque eu já te falei e vou te falar de novo: eu enterro e, na hora que eu quiser ver, eu escavo... olho... vejo... e enterro de novo. Só assim você vive (João).*

Maria, ao contrário, acredita que esquecer é impossível. Sua sensação de violação persiste, mesmo após oito anos de afastamento do pai, e sente como se seu corpo

não lhe pertencesse totalmente. Segundo a jovem, *"sempre fica alguma coisa, por mais que passe o tempo".* Assim, a superação seria parcial: *"eu acho que todo mundo que passou por isso tem a capacidade de superação e ela [a pessoa] vai procurar algum mecanismo para que aquilo não fique tão forte quanto na época, mas eu acho que ela nunca vai esquecer".* Luna e Camila também afirmaram ser impossível esquecer, destacando que as marcas eram profundas demais para que o tempo apagasse. Já Rebeca não sabe dizer se houve traumas: ao esquecer os assédios do pai na tenra infância, ela não consegue precisar se seus problemas com a sexualidade são resquícios desse passado.

As explicações dos jovens trazem algumas pistas acerca da resiliência. "Superar" e "esquecer". Palavras que remetem ao próprio conceito da física: a tensão acaba, mas mantém-se um "corpo deformado". Marcados pelo passado, eles vivem o presente e sonham com o futuro. João assumiu sua homossexualidade e disse que já se *"juntou"* duas vezes. Maria é casada e sonha com seu doutorado na área da educação. Camila tem uma namorada e sonha em fazer faculdade. Rebeca estava atrás de emprego e ainda tinha sérios problemas de relacionamento em casa. Já Luna diz que luta diariamente contra um "eu" maligno que a perturba diariamente, ao mesmo tempo em que tece seus sonhos de ser uma estilista famosa. Cada um seguiu seu rumo e esse "seguir em frente" talvez seja um reflexo da resiliência.

A noção de resiliência traz à tona a condição legal de crianças e adolescentes, preconizada pelo ECA, como sujeitos capazes de compreender e observar com criticidade suas vivências, além de ultrapassar as adversidades. Mas, para isso, existe a necessidade do apoio cuidadoso dos órgãos protetores, fornecendo subsídios para que essas crianças e adolescentes consigam vencer os desafios e reconstruir os caminhos, sem responsabilizá-los pela violência sofrida.

> Há um consenso na definição do conceito de resiliência sobre a relevância de se criar espaços de ação protetora no campo das interações, de modo a se promover um suporte na rede de sociabilidade. As ações institucionais só são entendidas como propiciadores de resiliência desde que efetivadas através de um vínculo com a criança e o adolescente. E este talvez seja um dos grandes ganhos que a resiliência traz para o campo da saúde, ou seja, propõe uma nova práxis pautada em ações personalizadas, nas quais a interação entre os sujeitos realmente se estabeleça como vinculo de confiança, como espaço de acolhida e escuta (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003, p. 232-233).

Entretanto, o "pacto de silêncio" muitas vezes atinge também as ações de Estado. Percebemos isso quando conhecemos o "Relatório de Monitoramento da Política para a Infância e Adolescência no Município de Fortaleza" (2010), onde o Conselho de

Defesa da Criança e do Adolescente/Ceará (CEDECA/CE) denuncia as poucas ações realizadas no município para que os programas de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes tenham realmente efetividade.

> As ações de sensibilização e mobilização atingem uma pequena parcela da população, com incidência em apenas três territórios (Serrinha, Jangurussu e Barra do Ceará). Os núcleos não possuem estrutura própria e a equipe envolvida nas ações junto às comunidades é reduzida. Embora reconheçamos a importância de se trabalhar a partir da realidade cotidiana identificada nos diferentes territórios da cidade, a partir do olhar dos próprios atores das comunidades, e de se implementar e fortalecer uma rede local para o enfrentamento da violência sexual, consideramos que tais ações devem ser contínuas e sistemáticas, aliadas a outras estratégias que proporcionem alternativas efetivas à superação da situação de violência. Considerando que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma manifestação perversa das desigualdades de gênero, raça / etnia, classe social e de geração que marcam a sociedade brasileira, não basta diagnosticar o problema e sensibilizar a população através de ações pontuais (...). Necessário se faz garantir mecanismos para isso, através do fortalecimento da rede de proteção como um todo, a partir da realização de políticas integrais, sociais básicas e de proteção social especial, intersetoriais e dialogadas, para as crianças e adolescentes envolvidos nesse processo (CEDECA/CE, 2010, p. 14).

Esta é a crítica feita pelo CEDECA ao programa Rede Aquarela do município de Fortaleza que deveria estar trabalhando para erradicar o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes na capital cearense. O relatório veio para cobrar a participação efetiva do Estado e da sociedade na defesa dos direitos infantis, rompendo, inclusive, com o disseminado “pacto de silêncio” sobre o assunto.

Quando encontramos Maria, o processo judicial estava parado. Há oito anos ela espera o julgamento do pai. A jovem demonstra não acreditar nem na justiça nem nas políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. Após a revelação do abuso sofrido, ela e sua mãe precisaram sair de casa para evitar que a violência continuasse. Os atendimentos psicológicos eram, para ela, uma espécie de tortura:

> *Mas como eu fui encaminhada para um projeto social que atendia a pessoas que eram vítimas de violência sexual, eles conversavam comigo... A princípio eu era um gelo... Não conversava de jeito nenhum... A psicóloga ficava perguntando. [...] Eu não dava nem atenção. E pior: eu odiava ir para a psicóloga porque eu sabia que só ia pra psicóloga por conta disso. Eu sabia que só tinha um projeto social por conta disso. Então, assim, eu passei a odiar o projeto [social], odiar esse tipo de coisa porque todas as meninas estavam estudando e tudo... fazendo isso e aquilo outro... quando não, estavam brincando e eu não tava... tava num projeto social (Maria).*

O fim do silêncio, como já referido, trouxe como consequência: rompimento de vários laços sociais (família, amigos, vizinhança, escola), a sensação de exposição pública do que

chamou de *"minha vergonha"* e a transformação completa de sua vida. Diante de tudo isso, Maria afirma que às vezes pensa que estaria melhor se não tivesse denunciado:

> *Eu fiquei pensando: como estaria minha vida se eu não tivesse denunciado? Eu acho que estaria bem. Já teria saído de casa. Porque meu irmão [...] a vida dele está normal. Ele terminou os estudos [...]. Está trabalhando [...]. Agora tem uma mulher. Nunca ficou desempregado [...] e os amigos dele de hoje são os mesmos amigos dele de infância. E eu não sou assim... (Maria)*

Existe um caminho proposto, onde se pode trabalhar a resiliência tanto em: 1) Ações Promotoras, no sentido de promoção primária "reforçando o diálogo e a tolerância no seio da família, reafirmando a importância da autoestima (...), da divulgação dos seus direitos e do respeito ao seu corpo" (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003, p. 233) e 2) Ações Protetoras, diante das denúncias de crimes sexuais já cometidos, no sentido de proteger a criança e o adolescente de uma revitimização, de tratá-los com dignidade e de perceber que os aparelhos estatais de proteção à infância/adolescência, existem para garantir direitos.

Assim como Maria, João contou que descobriu o nome das atitudes de seu pai para com ele após ver na televisão uma reportagem sobre abuso sexual. Naquele momento, toda a família estava reunida na sala e ele teve vontade de contar o ocorrido, mas lhe faltou coragem. As ações promotoras, neste sentido, são importantes para informar crianças e adolescentes sobre seus direitos, dando-lhes subsídios para compreender sua realidade. Somado a isso, o jovem teve na Rede Aquarela tratamento psicológico e fez curso profissionalizante no Projeto Vira Vida que, segundo ele, foram essenciais para seu bem-estar. *"As oportunidades mudaram a minha vida, as oportunidades d'eu crescer, d'eu ser alguém na vida [...]. Me dá força pra ir mais a frente. Mas não é só o projeto [Projeto Viva Vida], o projeto tá me ajudando. Eu que tô com minhas pernas indo atrás dos meus objetivos"*, disse João. A aliança entre a promoção e a proteção pode ser, então, capaz de desempenhar um papel fundamental na garantia de direitos de crianças/adolescentes e suas famílias.

Em contrapartida, Maria guarda mágoa das ações do poder público. Ela afirma que o Programa Sentinela[30] não tinha apoio real do município. O número reduzido de advogados, a constante troca de psicólogos, a falta de gasolina para visitas domiciliares, dentre outros problemas observados pela jovem, dificultaram ainda mais sua adaptação a uma nova realidade e lhe despertaram descrença no Estado.

[30] Programa, criado em 2001 pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, como objetivo de oferecer atendimento psicossocial especializado de crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de violência sexual. Mais informações, conferir Portaria nº 878, de 03 de dezembro de 2001 (BRASIL, 2001).

Atendida pela Rede Aquarela, Luna também faz muitas críticas ao poder público e afirma que denunciar só atrapalha a vida da vítima:

> *Nunca mais eu dou um passo maior do que minha perna. Que essa ideia de ter ido pro abrigo, ter denunciado, assim, me arrependo porque foi revoltante. Me fizeram repetir a situação "n" vezes. É mais ou menos assim que funciona. Eu acho cruel. Eu acho que as pessoas poderiam... é... tipo assim, sabe? Primeiro: a justiça... quem teria que estar à frente seria uma mulher. Porque a justiça é... é feita de homens. Então todos os homens... eles se adoram, sabe? Eles adoram ficar entre eles... entendeu? E um pegando na bunda do outro. É, cara! Eles se amam! [risos] e eles fazem isso. Então quando chega um caso desses, de abuso, de exploração, eles vão sempre encobrir o outro cara. Mas chegue uma mulher que roubou uma lata de leite! Vê se ela não vai presa! Vaaai. Vai porque roubou! É contraditório você lutar nos movimentos. Tudo bem. As coisas mudam assim, devagarzinho. Mas tem coisas, gata, que você não vai poder mudar. Você não vai apagar o que uma figura sofreu, entendeu? Pelo contrário, você tem que ter estruturas para recebê-la. Sabe, assim, não interessa denunciar. Não interessa isso. Mas, assim, vamos pegar um curso massa e vamos colocar essa menina pra fazer boneca, pra pintar, pra... entendeu? Pra... sei lá. Pra extravasar, mesmo. Esvaziar, na verdade. Mas não. eles querem assim... eles querem números de denúncias, sabe? Eles querem... E o serviço não tem qualidade. Aí muitas das vezes a vítima fica mal. Se mata. Planeja sua morte. Coisas, assim, que não é pra acontecer. Cara, não é pra acontecer isso. Não é. Então assim... que justiça fuleragem é essa? (Luna).*

A jovem acredita que as questões de gênero são determinantes para a *"falência"* da justiça brasileira e nenhum movimento social conseguirá mudar a situação de crianças e adolescentes enquanto os mecanismos do poder judiciário não passarem por profundas transformações. Ela também afirma que não há como superar o trauma vivido. Por isso, as ações protetoras deveriam acontecer no sentido de oferecer uma estrutura pública capaz de trazer sensação de proteção, somada às oportunidades de estudo e profissionalização. Algo que ela afirma não ter vivenciado: sente-se reprimida pelas ações públicas e não protegida, como acha que deveria ser.

As posições de João, Luna e Maria se aproximam quando fazem críticas ao poder judiciário (Rebeca e Camila não falaram sobre isso). Os jovens relataram que tudo no poder judiciário era assustador e cansativo. Tudo lhes incomodava: desde o fato de ficar cara a cara com o agressor (pai) até o barulho das teclas na digitação dos depoimentos. Sintomas de pânico foram relatados e despertaram neles a vontade de nunca mais serem convocados para qualquer atividade do processo, mesmo que isso significasse a liberdade do agressor.

> *Porque também eu já to cansada, sabe? Já falei isso por muito tempo. Por muito tempo, assim: em delegacia, em psicólogos, em num sei o que. E ninguém resolveu nada. Só quem acabou se fodendo no final fui eu (Luna).*

As informações descritas pelos jovens demonstram que, além da violência em si, as ações protetivas precisam levar em consideração as consequências relacionadas à

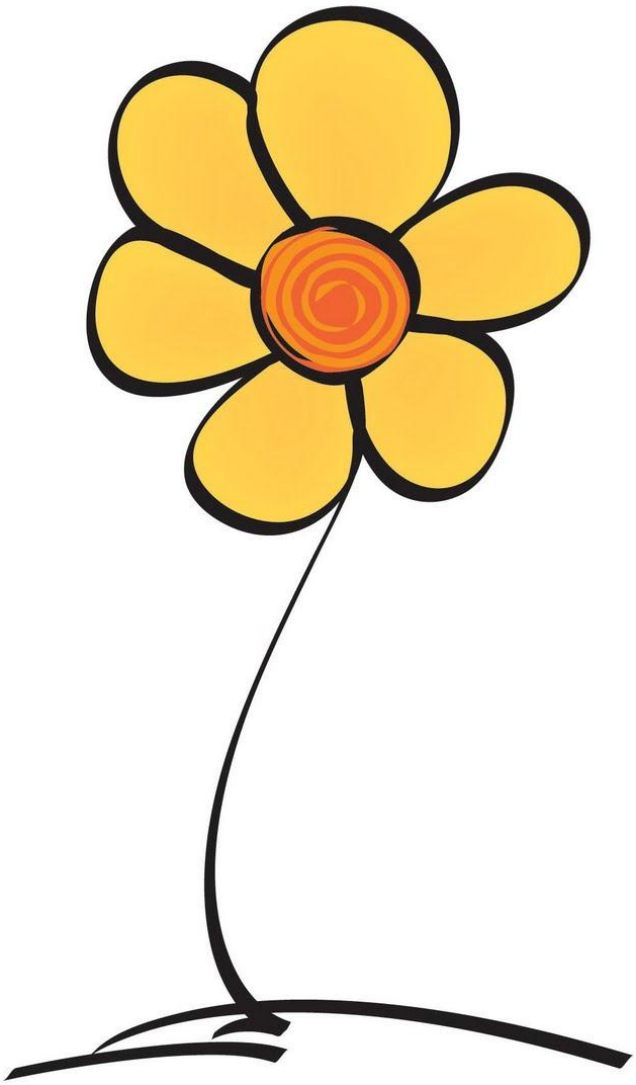
revelação do abuso sexual incestuoso, uma vez que se a infração das regras só desperta a ânsia por sanções quando se torna pública, como afirmou Becker (2008), a revelação do comportamento “anormal” e criminoso – o abuso sexual incestuoso – dentro da família pode despertar sentimentos de vergonha diante da sociedade. Todos enfrentam as consequências do segredo violado: o agressor, a família nuclear (irmãos e mãe da vítima), a vítima, a família expandida (avós, tios, primos). Olhares, fofocas e acusações de vizinhos, amigos da família ou mesmo dos próprios familiares são algumas das atitudes citadas pelos jovens. Somado a isso, polícia e poder judiciário também foram acusados de reproduzir os olhares condenatórios, em vez de buscarem acolher e proteger a vítima.

O processo judicial, os exames de corpo de delito e as idas aos projetos sociais intensificavam as reações dos outros. Neste momento, é comum uma parte significativa da família e dos amigos rejeitar as informações passadas pela criança/adolescente, entendendo que esta é mentirosa ou entrou em uma situação embaraçosa por escolha própria. Maria e João, por exemplo, foram rotulados como *“a menina que saiu de casa porque não prestava*” e *“o veado incubado”*, respectivamente. Camila e Luna também foram acusadas. Responsabilizados, eles acabaram se sentindo abandonados e marginalizados por vigilantes das regras sociais, sofrendo sanções sociais como desviantes.

Todas essas dificuldades desencadeadas pelas denúncias são muitas vezes ignoradas pela própria gravidade da acusação inicial. Sendo a prioridade das ações governamentais e não governamentais a retirada de crianças e adolescentes do ciclo de violência nos quais estes estão inseridos, as consequências psicossociais da denúncia ainda são pouco analisadas. “*Eles só querem números de denúncias”*, disse Luna, inconformada. Entretanto, há um tímido movimento de evitar cada vez mais os processos de revitimização. Um exemplo disso é a tentativa de implantação do depoimento especial. Nele, a vítima fica em uma sala separada sem contato com seu agressor, sendo a comunicação com o juiz feita por um ponto eletrônico colocado no ouvido de um profissional qualificado (psicólogo e assistente social, por exemplo) para conversar com crianças e adolescentes sobre o assunto. A ideia é evitar a exposição excessiva da vítima e, consequentemente, sua revitimização. Entretanto, para Luna, nenhuma ação que envolva justiça deve ser incentivada: *“Eu tô pra apoiar todas as outras vítimas. Jamais vou pedir pra que elas denunciem. Não vale a pena você ir pra uma delegacia. Contar tua historia porque só quem se fode é você”*.

Essa postura crítica dos jovens diante dos limites dos órgãos públicos responsáveis pelo enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser considerada como um reflexo do processo de resiliência pelo qual eles passaram (ou estão passando). Tentando viver para além dos traumas, eles seguem suas vidas, buscam a resolução dos problemas e analisam os acontecimentos de forma a tentar compreendê-los. Seguir em frente, aqui, não significa esquecer. Mas distrair-se de um passado doloroso em busca da construção de um futuro melhor.

.



“As pessoas precisam é de amor, entendeu? De... sei lá... De atenção... De alguém que só olhe pra ela e diga assim: - ‘Pô, você não tem culpa, mas eu to aqui com você. Pode contar comigo’! As pessoas precisam disso” (Luna).

6 Considerações Finais

A dissertação analisou vivências e sentidos sobre o abuso sexual incestuoso, narrados por jovens, de ambos os sexos, vítimas desse tipo de violência na infância, alunos e ex-alunos do Projeto Vira Vida (PVV), localizado na cidade de Fortaleza/CE. Seus objetivos foram analisar a percepção desses jovens sobre a violência sofrida por eles na infância, bem como conhecer os percursos pelos quais eles percorreram antes, durante e depois do abuso, compreender o contexto doméstico no qual eles estavam/estão inseridos e analisar a repercussão da revelação/denúncia em suas vidas, observando as possibilidades de resiliência.

Terminado o trabalho, sinto-me emocionalmente exausta. Não tem sido fácil ouvir tantas cenas de violência, tantas cicatrizes dolorosas. Mas, como sempre digo aos que me perguntam de onde vem tanta coragem, alguém precisa escrever sobre isso. Não dá para esperar. Apesar de singulares, as histórias são parecidas. E digo mais: os leitores não sabem quantas mulheres, hoje adultas, procuraram-me para contar suas dores nos corredores por onde passei. Algumas, inclusive, da minha família. Algumas delas contavam pela primeira vez. Por isso, considero esta dissertação apenas a ponta do *iceberg*. Reconheço seu alcance reduzido. Faz-se, então, urgente mergulharmos ainda mais a fim de compreendermos o fenômeno de forma mais abrangente e geral.

Partindo da ideia oficial contemporânea de criança e adolescente, localizei os conceitos de maus-tratos infanto-juvenis, especialmente violência sexual. Esta, longe de ser uma prática doentia, é uma prática cultural ainda comum na sociedade brasileira. Está nos limiares entre o aceito e o inadmissível. Muitas vezes, não se sabe lidar com o assunto. Em Fortaleza/CE, não é raro encontrar meninas e meninos sendo explorados sexualmente nas ruas e avenidas da cidade. São imagens que deixam as pessoas perplexas, mas que não desencadeiam denúncias. Presos aos segredos de família, muitas crianças sofrem abuso sexual em silêncio, mesmo que seja um silêncio compartilhado com a negligência de alguns adultos. Neste sentido, considero que a ideia oficial de infância e adolescência ainda não conseguiu ser absorvida por muita gente (inclusive por algumas pessoas que ocupam cargos em órgãos de proteção), sendo que a peculiaridade das fases de desenvolvimento, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, convive diretamente com a ideia ainda difundida de que se pode esperar de crianças e adolescentes o mesmo comportamento e mentalidade dos adultos. Daí a tendência, unânime nas falas dos jovens, da responsabilização infantil pelos atos de abuso sexual de adultos. Somado a isso, temos as questões de gênero e sexualidade. As meninas tendem a ser responsabilizadas pelos atos praticados por homens porque “andam de roupa curta” e “se oferecem”: como resistir à

tentação do corpo jovem? Aos meninos-vítimas, restam as acusações sempre relacionadas ao preconceito contra homossexuais: “o repugnante”, “o promíscuo”. Ao revelarem, os jovens, assim, foram responsabilizados, em vez de protegidos.

Os abusos sexuais geralmente vêm acompanhados de outras formas de maus-tratos. Espancamentos, ameaças e negligência foram os mais citados. Eles sofrem por achar que nunca tiveram uma família de verdade. Aqueles que desempenhavam o papel de seus pais foram seus agressores sexuais. João, Luna e Camila destacaram a omissão de suas mães. Rebeca fala de uma mãe violenta e negligente, mas que na tenra infância a resguardou. Somente Maria falou da mãe como protetora. Esse papel de proteção familiar foi esperado por todos eles, esperança que não se efetivou na prática. O perfil das famílias está em consonância com a literatura especializada, segundo a qual, em famílias abusivas, muitas vezes, as mães são omissas e os pais, agressores sexuais. É relevante destacar também que o pai de Luna e o padrasto de Camila apareceram como agressores de suas outras filhas/enteadas.

O abuso sexual incestuoso correlaciona o amor paterno e o desejo sexual. A criança dificilmente consegue diferenciar isso no início dos abusos. A manutenção do segredo, aliada aos incômodos físicos da relação, desencadeiam medo, angústia, culpa. A criança desperta cedo para as questões relativas ao corpo e à sexualidade, mas não sabe lidar com as descobertas e sofre. Dor e prazer acabam fazendo parte de seu cotidiano, sempre solitário. Logo a criança se adapta: cria subterfúgios para fugir das investidas do pai, seja mudando de casa, de quarto, de rotina. Ao mesmo tempo, ela observa o que pode ganhar: qualquer pequeno benefício acaba se tornando válido para enganar a solidão e o sofrimento, seja dinheiro, bombons, chocolates, brinquedos. Esses pequenos ganhos são geralmente utilizados para responsabilizar a criança pelo abuso e esta se sente ainda mais culpada. Espancamentos são comuns nas práticas de abuso sexual, mesmo no caso das meninas que tendem a ser seduzidas/convencidas também. Mas o trauma psicológico é sempre destacado como a mais cruel das marcas. Assim, o abuso sexual incestuoso é mais do que uma violência aplicada por um adulto a uma criança: é uma **relação** de poder, cujas resistências e imposições são negociadas.

Há uma crescente preocupação com a violência sexual infanto-juvenil. Organismos nacionais e internacionais têm intensificado ações de enfrentamento, pensando principalmente nos casos de exploração sexual e tráfico de crianças para fins sexuais. Entretanto, além disso, entendo que se fazem necessárias ações mais específicas com

relação à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, porque se sabe que muitos jovens que caem nas redes de aliciadores estão fugindo de uma realidade familiar violenta. Foi o caso de Luna. Ela afirma que aprendeu com seu pai que a forma mais rápida de ganhar dinheiro era através do sexo. Ela precisava de dinheiro e foi um alvo fácil. Nos casos de abuso sexual incestuoso, as ações devem ser encaradas para além da denúncia de um crime. Sendo um problema cultural, envolto pelo imaginário de que não se intervém em assuntos de família, é preciso cuidado nas intervenções após revelação/denúncia, evitando constrangimentos e novas violações de direitos. Na maioria das vezes, as vítimas saem de casa e o agressor não é preso. As investigações policiais demoram, o sistema de justiça é lento, os projetos sociais são apontados como inadequados e a criança acaba se sentindo abandonada e enganada também pelos órgãos públicos.

Os jovens demonstraram uma reflexão crítica sobre suas vivências e trouxeram informações que demonstram grandes limitações do poder público no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. As possibilidades de vida após a denúncia dependem muito de como essa criança/adolescente é recebida após revelar e denunciar o abuso. Quanto mais ela se sentir acolhida e compreendida, mais força terá para continuar sua vida. Em contrapartida, o (sentimento de) abandono pode radicalizar os efeitos do abuso sexual, agravar problemas psicológicos e dificultar sua readaptação em uma nova rotina. Por isso, faz-se tão importante rever todo o fluxo de atenção e enfrentamento ao abuso sexual, levando em consideração principalmente o bem-estar dos pequenos.

Esta pesquisa não esgota todas as possibilidades de discussões sobre as questões aqui tratadas e suas contribuições não podem ser generalizadas. Apenas cumpriu uma de suas etapas da jornada. Não pude também explorar todos os assuntos relevantes trazidos pelos jovens. Termino a dissertação com a certeza de dever cumprido. Ao mesmo tempo, estou cheia de inquietações para futuros estudos, afinal o trabalho está só começando. Investigações acerca do fluxo de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual são imprescindíveis, bem como sobre as possibilidades de superação e resiliência.

7 Referências

ALVES, Ariadna Queltre Nobre; SOUSA, Maria Loureto Barroso. A trama e seus protagonistas: um estudo do abuso sexual doméstico na cidade de Fortaleza. **O público e o privado**. Fortaleza, Ceará, n. 4, p. 165-184, jul./dez., 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo; VAICIUNAS. Nancy. Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas. In AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (orgs.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2005. p. 195-209

BECKER, Howard. A história de vida e o mosaico científico. In _____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1994.

_____. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELLONI, Maria Luíza. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2009.

BHABHA, Hommi H. O compromisso com a teoria. In ARANTES, Antônio (org.). **O espaço das diferenças**. Campinas: Papirus, 2000.

BOSI, Éclea. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. A ilusão biográfica. In _____. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus Editora, 1996

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Ministério da justiça. **Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil**. 3 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002. 59p. (Série Subsídios, 5).

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social. **Portaria nº 878**, de 03 de dezembro de 2001. Estabelece diretrizes e normas do Programa Sentinela e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 dez. 2001.

_____. Ministério da Saúde. **Estatuto da criança e do adolescente**. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. 114p. (Série E. Legislação de Saúde).

BUTLER, Sandra. **A conspiração do silêncio**. Rio de janeiro: Zahar, 1979.

CALS, Roberto Carlos et al. **Direitos de crianças e adolescentes –** guia de atendimento. Fortaleza: CEDECA, 2007.

CEDECA. CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Relatório de monitoramento da política para infância e adolescência no município de Fortaleza**. Fortaleza: CEDECA, 2010. Disponível em: <http://www.cedecaceara.org.br/noticias/456>. Acesso em: 07 de set. 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. PRIORE, M. Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 55-83.

COHEN, Cláudio. O incesto. In _____. AZEVEDO, L. A.; GUERRA, V.N.A (orgs.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 211-225.

COSTA, Irlena Maria Malheiros da. **Os meninos jesus**: crianças com câncer acolhidas em uma casa de apoio. Fortaleza, 2005. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2005.

_____. **A produção acadêmica sobre abuso sexual incestuoso publicada na biblioteca virtual em saúde, base de dados LILACS**. Monografia (Especialização em Saúde Pública). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2010.

DA MATTA, Roberto. A família como valor: considerações não familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Ângela M. (org.). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Ed. UFRJ, 1987. p. 115-136.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 14, nº 40, jun. 1999, p. 31-42. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1706.pdf. Acesso em 25 ago. 2012.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. Psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1. Acesso em 10 jun. 2012.

DENÚNCIAS ao Disque Direitos crescem 51,7% em um ano. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 09 fev. 2010, Caderno Cidade, Criança e Adolescente. Disponível em: < http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=733951>. Acesso em 10 jun. 2012.

DIAS, Maria Berenice. A justiça e a invisibilidade do incesto. **JUS navigandi**, jul. 2006. Disponível em: < http://conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.23724>. Acesso em: 10 jun. 2012.

_____. **Família normal?** Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/10_-_fam%EDlia_normal.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

DOSSIÊ. **Violência de gênero contra meninas**. Porto Alegre, 2005. 86p.

DURHAM, Eunice R. **Família e Reprodução**: Perspectivas Antropológicas da mulher. Vol. 3. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DURKHEIM, Émile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice M. **Educação e sociedade.** São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1979.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Coleção Bases. 2ª ed. São Paulo: Global editora, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1. São Paulo: Graal, 2011.

_____. O sujeito e o poder. In DREYFUS, H.; HABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. **Vigiar e punir**. 17 ed. Petrópolis vozes, 1998.

FREYRE, G. **Casa grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de janeiro: José Olympio editora, 1969.

FROTA, M. H. de P.; OSTERNE, M. do S. F. (org.). **Família, gênero e geração**: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004.

GONÇALVES, Hebe Signorini. Infância e violência familiar. In _____. **Infância e violência no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU editora, 2003.

GROSSMAN, Eloisa. A adolescência através dos tempos. **Revista Adolescência latino-americana**, Porto Alegre, 1998, p. 68-74. Disponível em: http://ral-adolec.bvs.br/pdf/ral/v1n2/p03v01n2.pdf. Acesso em: 17 dez. 2012.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. A violência doméstica contra crianças e adolescentes. In _____. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-48

HAZEU, M.; FONSECA, S. Exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. In Leal, M. de F. P.; César, M. A. (Org.). **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes** (Relatório Final da Oficina). Brasília: CECRIA, 1998, p. 33-43.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JUNQUEIRA, Maria de Fátima Pinheiro da Silva; DESLANDES, Suely Ferreira. Resiliência e maus-tratos à criança. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, Feb., 2003. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000100025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Sept. 2010.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 117-141, 1994. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/pagu03.06.pdf. Acesso em: 29 abr. 2012.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercados de Letras, 2001.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LANGDON, Esther Jean. O "dito e o não dito": Reflexão sobre narrativas que famílias de classe média não contam. **Estudos Feministas**, n. 1, p. 155-158, 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares de parentesco**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOWENKRON, Laura. **Sexualidade e (Menor)idade**: estratégias de controle social em diferentes escalas. Rio de Janeiro, 2008. 109 p. Dissertação [Mestrado em Antropologia Social]. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro/RJ, 2008.

MACIEL, Luciana Nogueira e Silva. Lei da Palmada faz aniversário (sem andamento). 13 dez. 2012. **Jornal do Brasil**. País - Sociedade Aberta. Disponível em: http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2012/12/13/lei-da-palmada-faz-aniversario-sem-andamento/. Acesso em: 14 fev. 2013.

MARTINS, José de Souza. A biografia na experiência da memória. In _____. Um arqueologia da memória social: autobiografia de um moleque de fábrica. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2011. p. 447-464.

MARTINS, Rosimeire de Carvalho. **Jovens mulheres vitimadas**: abuso sexual, sofrimento e resiliência. Curitiba: Juruá, 2010.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosaic Naify, 2011.

MÉLLO, R. P. **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: Ed.UFPA, 2006.

NECKEL, J. F. Erotização dos corpos infantis. In LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. 191 p.

NORONHA, M.G.R.C.S.; et at. Resiliência: nova perspectiva na Promoção da Saúde da Família? **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(2):497-506, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a18v14n2.pdf. Acesso em: 14 fev. 2013.

OFICINA INTEGRANDO REDES DE PROTEÇÃO E DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA. **Anais**. Fortaleza: PMF, 2008. 1 CD-ROM

OPS. ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Informe mundial sobre la violencia y la salud**. Washington, D.C.: OPS, 2003.

PAIR. PROGRAMA DE AÇÕES INTEGRADAS E REFERENCIAIS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO. Secretaria de Direitos Humanos. **O que é PAIR?** s.d. Disponível em: < http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/exploracao__sexual/Acoes_PPCAM/pair>. Acesso em: 12 mar. 2013.

PEIXOTO, Clarice et al. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: _____. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PINHEIRO, Ângela. **Criança e adolescente no Brasil**: porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: Ed. UFC, 2005.

PINHO, Érika Bezerra de Meneses. **"O tempo bom do farol"**: transgressão, sociabilidade e afeto nas trajetórias de ex-prostitutas idosas. Fortaleza, 2012. 239f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2012.

PIRES FILHO, Moacyr Ferreira. **Abuso sexual em meninos**: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições. Curitiba: Juruá, 2009.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRESUNÇÃO de violência contra menor de 14 anos em estupro é relativa. **Superior Tribunal de Justiça**, 2012. Disponível em: http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=105175. Acesso em: 27 mai. 2012.

PRIORE, M. Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

PROJETO VIRA VIDA. **Projeto Vira Vida.** Disponível em: <www.viravida.org.br/>. Acesso: 27 ago. 2012.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XXI. In PRIORI, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora contexto, 2010. p. 19-54

RANGEL, Patrícia Calmon. **Abuso sexual intrafamiliar recorrente**. Curitiba: Juruá, 2009.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SABOIA, Gilberto Vergne. Apresentação. In BRASIL. **Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil**. 3 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002. (Série Subsídios, 5)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Incesto e abuso incestuoso. In ASSOCIAÇÃO Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude. **Acervo Direitos da Criança e do Adolescente**. s.d.. Disponível em: http://www.abmp.org.br/textos/48.htm. Acesso em: 10 set. 2010

_____. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu Editora, 1989. p.49-95.

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.). **Pensando a família no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Ed. UFRRJ, 1987.

SANCHES, R. N.; MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. In BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. (p. 29-38) (Série B. Textos Básicos de Saúde).

SDH. Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza. **Depoimento especial de crianças e adolescentes**: uma abordagem diferenciada às vítimas de violência sexual. Fortaleza: Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (Rede Aquarela), 2011.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMMEL, Georg. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. **Revista de Ciências Humanas**. Vol. 43, p. 219-242, Florianópolis: EDUFSC, 2009.

TELES, Vanessa. Abuso sexual é o segundo maior tipo de violência. **Agência Saúde** – ASCOM/MS, 2012. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/5242/162/abuso-sexual-e-o-segundo%3Cbr%3E-maior-tipo-de-violencia.html>. Acesso em: 27 mai. 2012.

THOMAS, Eva. **A Violação do Silêncio**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Ângela M. (org.). Pensando a família no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Ed. UFRJ, 1987.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil Populações rurais do centro-sul**. Vol. 1. Niteroi: EDUFF, 1987.

Apêndices

APÊNDICE A

Fundação Universidade Estadual do Ceará
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UECE
Av. Paranjana, 1700 - Campus do Itaperi
CEP 60.740-000 - Fortaleza-Ce
Fone: (085) 3101.9890 - E-mail: cep@uece.br

Fortaleza, 24 de outubro de 2011.

IDENTIFICAÇÂO

Título: Cadernos de Segredos: histórias de família narradas por adolescentes vítimas de abuso sexual incestuoso.
Processo: 11517225-4
Folha de rosto: 456068
Pesquisador responsável: Irlena Maria Malheiros da Costa
Professor orientador: João Tadeu de Andrade
Instituição responsável: Universidade Estadual do Ceará-UECE
Área temática: Políticas públicas

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo compreender como a família é vivenciada, sentida e imaginada por adolescentes vitimas de abuso sexual incestuoso, que vivem/viveram em situação de exploração sexual; conhecer a realidade social nas quais adolescentes vítimas de abuso sexual incestuoso têm estado inseridas durante suas vidas, conhecer o significado das relações incestuosas para as vitimas, compreender como as teias de relações familiares se configuram mediante o incesto, saber como esses adolescentes se reinventaram após a relação incestuosa que viveram contribuir para as discussões acadêmicas acerca da violência sexual infanto juvenil, fornecer subsídios para a construção de políticas mais eficazes no combate da violência sexual infanto-juvenil e para o Projeto Vira Vida intervir de forma cada vez mais eficaz no combate a qualquer tipo de violência sexual infanto-juvenil. A pesquisa terá natureza qualitativa com aplicação da ferramenta "história de vida", sendo que a coleta de dados dar-se-á na rede do Projeto Vira Vida, (que tem como objetivo fortalecer a rede de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, oferecendo serviço sócio educacional, cursos profissionalizantes e atenção psicossocial, localizado na cidade de Fortaleza-Ceará) com dias e horas previamente marcados com os adolescentes e seus respectivos responsáveis legais. Para a coleta de dados serão utilizados gravador digital com a finalidade de gravar a narrativa das adolescentes além de caneta e diário de campo para anotações de dados que a pesquisadora achar pertinente durante a coleta. Os sujeitos da pesquisa serão 30 (trinta) adolescentes de 16 a 18 anos, do sexo feminino, vitimas de abuso sexual incestuoso, e garotas vítimas de abuso sexual entre 18 e 21 anos que começaram a participar do projeto antes de completar a maioridade. Serão incluídas todas as garotas assistidas pelo Projeto Vira Vida que foram vitimas de abuso sexual incestuoso dentro das condições acima citadas previamente consultadas pelo serviço psicossocial do Projeto. Estas adolescentes poderão estar sob a guarda do Estado ou de pessoas físicas (familiares, amigos e outros). Serão excluídos adolescentes que não sofreram abuso sexual incestuoso, adolescentes do sexo masculino, adolescentes que sofreram apenas exploração sexual seja do sexo masculino ou feminino e as que desistirem de participar. O resultado da Pesquisa será apresentado ao Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Publicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para obtenção do grau de mestre. Foi anexado folha de rosto que está preenchida adequadamente, a pesquisadora possui Curriculum na Plataforma Lattes, apresenta cronograma com a realização da coleta prevista para os meses de novembro e dezembro de 2011. A pesquisa esta orçada em R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) sob responsabilidade da pesquisadora. O TCLE está preenchido adequadamente. A pesquisa é relevante, pois trará à tona novas discussões acerca das questões relativas a categorias como família, gênero, sexualidade, incesto e violência alem de fornecer elementos que podem orientar instituições e órgãos competentes na criação de mecanismos capazes de coibir essa conduta.

PARECER

O projeto encontra-se bem estruturado, é relevante, havendo retorno para o sujeito e a comunidade. Ele atende aos ditames da resolução 196/96 do CNS, e portanto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará-UECE.

O relatório final deverá ser apresentado ao CEP.

Profa. Dra. Diana Célia Sousa Nunes Pinheiro
Coordenadora do CEP/UECE

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA CEP-UECE

APÊNDICE B

Universidade Estadual do Ceará
Centro de Humanidades
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

Ofício nº. 098 /2011 MAPPS

Fortaleza, 06 de outubro de 2011

Senhor Secretário,

Apraz-nos apresentar a V.Sa., **Irlena Maria Malheiros da Costa,** aluna regular do curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, que necessita ter acesso aos dados oficiais sobre a violência sexual infanto-juvenil, bem como aos dados de atendimento na Rede Aquarela na cidade de Fortaleza para desenvolvimento de sua defesa de dissertação com título "Cadernos de Segredo: Histórias de Família reveladas por adolescentes vítimas de abuso sexual incestuoso".

Certos do atendimento ao nosso pleito, agradecemos e aguardamos confirmação.

Atenciosamente,

Profª. Drª. Maria Glaucíria Mota Brasil
Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade - MAPPS
Coordenadora

31.05.13-16
S-DH-3452-23-23
081 11.1.2011

Senhor
Demitri Nóbrega Cruz
Secretário de Direitos Humanos
Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza

Campus do Itapery - Bloco do Centro de Estudos Aplicados - CESA | Av Paranjana, 1.700 - 60.740-000 - Fortaleza-CE Brasil
Fone/Fax: 85 3101.9887 | mapps@uece.br / politicasuece@gmail.com | www.uece.br/politicaspublicas

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Concepções da família reveladas por adolescentes vítimas de abuso sexual incestuoso” que tem como objetivo saber o que adolescentes mulheres, que foram abusadas sexualmente por familiares homens, pensam sobre família. Para isso, será utilizada uma entrevista gravada com roteiro de narrativa.

Dessa forma, pedimos a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a uma entrevista sobre o tema acima proposto que poderá ser gravada se você concordar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar que sua participação é voluntária e você poderá a qualquer momento deixar de participar deste estudo, sem qualquer prejuízo ou dano. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializados e/ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e, ressaltando novamente, terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente. Contatos com a mestranda Irlena Maria Malheiros da Costa e com seu o orientador Prof. Dr. João Tadeu de Andrade pelo telefone do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade: (85) 3101.9887.

O comitê de ética da UECE encontra-se disponível para quaisquer esclarecimentos pelo telefone 3101.9890; Endereço: Av. Paranjana, 1700 – Campus do Itaperi – Fortaleza-CE.

Este termo está elaborado em duas vias sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outro para o arquivo da pesquisadora.

Eu, _____, tendo sido esclarecida a respeito da pesquisa, aceito participar desta com o tema concepções de família reveladas por adolescentes vítimas de abuso sexual incestuoso.

Fortaleza, _____.

_____ _____

Assinatura da participante Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE D

ROTEIRO DA NARRATIVA

- Infância:

  - Onde e em que circunstâncias nasceu;
  - Onde e com quem morou;
  - Relações sociais: família, amigos, escola, igreja, dentre outros.
  - Que brincadeiras participava;
  - Fatos marcantes;
  - Como definiria sua infância.

- Atualidade:

  - Onde e com quem mora;
  - Em que circunstancias vive;
  - Relações sociais: família, amigos, escola, igreja, abrigo, sexualidade, dentre outros.
  - Que brincadeiras participa;
  - Relações afetivas e/ou com o sexo masculino;
  - Fatos marcantes;
  - Como definiria seu momento atual.

- Família:

  - Como define família;
  - Como define os papéis de: mãe, pai, filha, irmã e namorado(a);
  - Como seria a família ideal;
  - Conceitos de laços de amor e laços de sangue;

- Violência sofrida (abuso sexual incestuoso):

  - Compreensões sobre o abuso sofrido;
  - Criminalização ou não dos fatos ocorridos;
  - Que palavras usa ao definir a violência sofrida;
  - Possíveis sistemas de negação do fato ou recusa à alguma pergunta;
  - Silêncios.

- Violência sofrida (exploração sexual):

  - Compreensões sobre a situação de exploração sexual (considera assim?);
  - Criminalização ou não da exploração sexual;
  - Que palavras usa ao definir a violência sofrida;
  - Possíveis sistemas de negação do fato ou recusa à alguma pergunta;
  - Associações (ou não) do abuso sexual incestuoso à situação de exploração sexual